



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

AUDREY FERREIRA ROSA

**AS PARTICULARIDADES DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA (AUP)
EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP**

PRESIDENTE PRUDENTE
2020



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

AUDREY FERREIRA ROSA

**AS PARTICULARIDADES DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA (AUP)
EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia - Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

PRESIDENTE PRUDENTE
2020

R788p Rosa, Audrey Ferreira
As particularidades da agricultura urbana e periurbana (AUP) em
Presidente Prudente/SP / Audrey Ferreira Rosa. -- Presidente
Prudente, 2020
139 p. : il., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol

1. Agricultura urbana e periurbana. 2. Segurança alimentar. 3.
Políticas públicas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: As particularidades da agricultura urbana e periurbana (AUP) em Presidente Prudente/SP

AUTORA: AUDREY FERREIRA ROSA

ORIENTADOR: ANTONIO NIVALDO HESPANHOL

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em GEOGRAFIA, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:



Prof. Dr. ANTONIO NIVALDO HESPANHOL
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. ARTHUR MAGON WHITACKER **VIDEOCONFERÊNCIA**
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. CELSO DONIZETE LOCATEL **VIDEOCONFERÊNCIA**
Departamento de Geografia / UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Presidente Prudente, 30 de abril de 2020

Aos meus pais:
Pedro e Tânia
e à minha filha Alice

Há quem passe por um bosque e só veja lenha para a fogueira
(Leon Tolstoi)

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus por me dar a força necessária para chegar até aqui, ainda que com muitos questionamentos, tenho fé em algo maior, que nos fortalece quando precisamos e é a fé que temos que nos permite ir muito longe.

Agradeço a todas e todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho. Sei que certamente não caberão todos os nomes das pessoas as quais gostaria de agradecer, por isso este agradecimento àqueles que, por ventura, o nome não aparecer aqui. Agradeço aos meus pais, que me incentivaram a chegar até aqui, dando-me carinho e conforto quando precisei e cuidando da minha filha para que eu pudesse realizar as pesquisas de campo. Um agradecimento especial a três pessoas que me incentivaram a fazer o mestrado: Leila, Ana Claudia Dundes e Regina Penati. As três cobravam-me o tempo todo para que eu fizesse mestrado e tiveram grande importância na minha formação. Ana e Regina foram minhas professoras, uma no ensino médio e a outra na faculdade, e ainda tivemos a oportunidade de sermos professoras de Geografia na mesma escola.

Minha gratidão ao Professor Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol, que aceitou me orientar neste trabalho e que, desde o início acreditou em mim. Espero ter alcançado as expectativas. Agradeço também ao Professor Dr. Marcio Catelan, responsável pelo Estágio de Docência realizado na disciplina de Planejamento Regional. Também agradeço ao Professor Carlos pela boa vontade em colaborar para minha formação e pela participação na banca de qualificação. Aos professores envolvidos na minha formação: João Osvaldo Rodrigues Nunes, Eduardo Paulon Girard, Maria Encarnação Beltrão Sposito, Antonio Thomaz Jr., Rosangela Aparecida Medeiros Hespanhol, Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim, Eliseu Saverio Sposito, Bernardo Mançano Fernandes, Jose Tadeu Garcia Tommaselli, Ricardo Pires de Paula, muito obrigada.

Agradeço aos Profs. Drs. Carlos de Castro Neves e Arthur Magon Whitacker pela participação na Banca de Qualificação e por suas sugestões.

Durante o percurso pude contar com amigos e colegas da pós-graduação, Paula, Maryna, Ribas, Claudinei, com os quais tive a oportunidade de conviver por um curto período de tempo, mas que foram importantes para que eu pudesse chegar aqui. Muito obrigada pela amizade e carinho.

Agradeço ao meu amigo José, que me ajudou a realizar a pesquisa de campo acompanhando-me sempre que eu precisei e incentivando a continuar firme na realização deste trabalho.

Às minhas colegas de trabalho Juliana, Maura e Gisele, que acompanharam o último ano no mestrado. Essas meninas foram minhas companheiras nos momentos em que eu estava cansada, com tantas coisas ainda para terminar, sempre me incentivando.

Não poderia deixar de agradecer ao James, que me ajudou com a correção do texto e à Letícia, que me ajudou na elaboração dos mapas.

Meu principal agradecimento é dedicado aos agricultores urbanos, parte fundamental dessa pesquisa, que me receberam aos sábados de manhã, na maioria das vezes, com muito bom humor e sempre estiveram dispostos a participar da pesquisa.

Também agradeço à minha filha, que me fez companhia enquanto eu escrevia de madrugada, que queria me ajudar de todas as maneiras. Mesmo com tão pouca idade, 8 anos, ela sempre esteve presente, oferecendo ajuda e carinho também.

Muito obrigada a todos!

SIGLAS E ABREVIACOES

AGF	Aquisio do Governo Federal
AUP	Agricultura urbana e periurbana
AUP	Agricultura urbana
BACEN	Banco Central
CCF	Cidades Cultivando para o Futuro
COAF	Cooperativa da Agricultura Familiar de Presidente Prudente
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DAP	Declarao de Aptidão ao PRONAF
EGF	Empréstimo do Governo Federal
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educao
GNAU	Grupo Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPES	<i>Instituto de Promoción del Desarrollo Sostenible</i>
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITR	Imposto Territorial Rural
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate  Fome
MP	Medida Provisória
NPK	Nitrogênio, Fósforo e Potássio
ONG	Organizaes Não Governamentais
ONU	Organizao das Naes Unidas
PAA	Programa de Aquisio de Alimentos
PGPM	Política de Garantia de Preço Mínimo
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentao Escolar
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Naes Unidas para o Desenvolvimento
PROAURP	Programa de Agricultura Urbana e Periurbana
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RUAF	Fundao Rede Internacional de Centros de Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP	Universidade Estadual Paulista

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Presidente Prudente/SP: População urbana e rural (1934-2010).....	84
Tabela 2 - Condição da área cultivada.....	94
Tabela 3 - Formas de comercialização adotadas pelos agricultores urbanos e periurbanos.....	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese das diferenças entre o espaço urbano e o espaço rural, para Zorokin, Zimmerman e Galpin (1986).....	25
Quadro 2 - Caracterização da cidade, rural e urbano segundo os critérios político-administrativos do Decreto Lei 311/1938.....	32
Quadro 3 - Tipologias possíveis para atividades de AUP.....	49
Quadro 4 - Características dos sistemas de produção da agricultura urbana e periurbana.....	53
Quadro 5 - Impacto da agricultura urbana na geração de emprego e renda.....	63
Quadro 6 - Variedade de produtos cultivados pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em Presidente Prudente/SP.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária dos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em Presidente Prudente/SP.....	93
Gráfico 2 - Incidência de produtos cultivados pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em Presidente Prudente/SP.....	98

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Presidente Prudente/SP.....	21
Figura 2 - Localização do Conjunto habitacional Ana Jacinta em Presidente Prudente/SP.....	38
Figura 3 - Localização dos Condomínios DAMHA I, II, III em Presidente Prudente/SP.....	38
Figura 4 - Localização do novo loteamento e do Distrito Industrial Aquiles Ligabo em Presidente Prudente/SP.....	39
Figura 5 - Representação da faixa rural-urbana ou periurbana.....	40
Figura 6 - Presidente Prudente /SP: Vazios urbanos e equipamentos urbanos.....	41
Figura 7 - Determinantes da agricultura urbana e periurbana.....	48
Figura 8 - Propriedade localizada no Jardim Cobral em Presidente Prudente/SP.....	50
Figura 9 - Principais contribuições da agricultura urbana.....	55
Figura 10 - Expansão da estrada de ferro Sorocabana em direção ao Sudoeste Paulista..	80
Figura 11 - Presidente Prudente/SP: Loteamentos populares, 1968-1997.....	83
Figura 12 - Presidente Prudente/SP: Localização das áreas de produção dos agricultores urbanos e periurbanos identificados na pesquisa.....	91
Figura 13 - Localização da Horta Hidropônica Viva Verde no município de Presidente Prudente/SP.....	95
Figura 14 - Banca localizada na área de produção no bairro Ana Jacinta e alface orgânica em supermercado em Presidente Prudente/SP.....	100
Figura 15 - Produção de mudas: Viveiro NH em Alvares Machado/SP.....	103
Figura 16 - Cultivo Convencional localizado próximo à Estrada da Amizade.....	104
Figura 17 - Cultivo orgânico localizado no Jardim Cobral em Presidente Prudente/SP...	105
Figura 18 - Cultivo hidropônico em propriedade localizada no Jardim Humberto Salvador em Presidente Prudente/SP.....	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1. O RURAL, O URBANO E O PERIURBANO	23
1.1. Diferenciação dos espaços urbano e rural.....	24
1.2. Ruralidades e urbanidades.....	29
1.3. O espaço periurbano.	34
CAPÍTULO 2. AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA (AUP).....	44
2.1. Definições, conceitos e considerações sobre a AUP	45
2.1.1. Contribuições da AUP para a Segurança Alimentar, desenvolvimento sustentável e preservação do ambiente	55
2.1.2. Experiências de AUP no Brasil e no Mundo	59
2.3. Políticas públicas.....	64
2.4. Políticas públicas para a AUP.....	73
CAPÍTULO 3. A AUP EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP.....	79
3.1. Caracterização do município.....	80
3.2. AUP na perspectiva do planejamento urbano de Presidente Prudente/SP.....	86
3.3. Iniciativas da AUP no município: caracterização dos produtores.....	89
3.3.1. Unidade de produção: caracterização do responsável pelo processo de produção da agricultura urbana e periurbana.....	92
3.3.2. Infraestrutura familiar e da unidade produtiva: tipo de atividade produtiva, produção e comercialização e relações de trabalho	94
3.3.3. Organização social: identificação das formas de relação e situação social dos agricultores/produtores	101
3.3.4. Técnicas: análise e descrição dos materiais e tipos de uso dos materiais para a realização da atividade agrícola	102
3.3.5. Financiamento: linhas de financiamento acessadas e seu rebatimento nas condições de vida do entrevistado	108
3.3.6. Unidade produtiva e mercado institucional: a relação do responsável pela unidade produtiva com o mercado institucional	108
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112

APÊNDICE.....	120
ANEXOS	133
ANEXO A - LEI MUNICIPAL Nº 5480 – 25 DE MARÇO DE 2000.....	133
ANEXO B - LEI MUNICIPAL Nº 6435 – 01 DE MARÇO DE 2006.....	134
ANEXO C - LEI MUNICIPAL Nº 9586 – 05 DE JANEIRO DE 2018.....	136
ANEXO D - DECRETO MUNICIPAL Nº 29270 – 26 DE SETEMBRO DE 2018.....	138

Resumo

A agricultura urbana e periurbana, embora não seja uma prática recente, tem se difundido nas últimas décadas como alternativa para amenizar alguns problemas, tais como a pobreza e a fome em diversos países do mundo. Trata-se de uma modalidade específica e que se diferencia da agricultura rural não somente por estar no espaço urbano, mas também por estar integrada à lógica urbana. Considerando o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana (AUP) nas cidades brasileiras e a necessidade de compreender como a mesma está sendo desenvolvida, escolheu-se o município de Presidente Prudente/SP, como área de estudo. O objetivo principal da pesquisa é caracterizar a AUP no município, além de identificar os agentes envolvidos no processo produtivo, a produção e a comercialização, as políticas públicas acessadas pelos agricultores urbanos e periurbanos, oferecendo um panorama da AUP no município e identificando as possibilidades de ampliação das áreas e da produção por meio de políticas públicas. Para a realização deste trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas e aplicados formulários a agricultores urbanos e periurbanos. Os dados apresentados evidenciam a importância da AUP no município, os produtos que são comercializados no comércio local e que os produtores apontam problemas pontuais, como os efeitos da sazonalidade e o acesso à água em relação à produção e comercialização dos produtos, evidenciando um mercado em expansão. As políticas públicas como o PAA e o PNAE são fundamentais e é nítido que os poucos produtores que mais produzem e apresentam uma produtividade elevada possuem acesso a essas políticas. Conclui-se que a AUP tem um grande potencial e que a elaboração de políticas públicas em níveis municipal, estadual e federal, como isenção de IPTU ou redução na tarifa de água, pode contribuir para o aumento das áreas de produção gerando renda, alimentos, qualidade ambiental e de vida.

Palavras-chave: Agricultura urbana e periurbana. Segurança alimentar. Políticas públicas.

Abstract

Urban and peri-urban agriculture, although not a recent practice, has been spreading in recent decades as an alternative to alleviate some problems, such as poverty and hunger in several countries of the world. It is a specific modality that differs from rural agriculture, not only because it is in the urban space, but also because the urban logic is integrated. Considering the development of urban and peri-urban agriculture (AUP) in Brazilian cities and the need to understand how it is being developed, the municipality of Presidente Prudente/SP was chosen as the study area. The main objective of the research is to characterize the AUP in the municipality, identify the agents involved in the production process, production and commercialization, the public policies accessed by urban and peri-urban farmers offering an overview of the AUP in the municipality and identifying the possibilities for expanding the areas and production through public policies. To carry out this work, researches and bibliographical surveys were carried out, application of forms to urban and peri-urban farmers. The data presented show the importance of AUP in the municipality, the products are commercialized in local commerce, the producers point out specific problems such as the effects of seasonality and access to water in relation to the production and commercialization of the products, evidencing an expanding market. Public policies such as PAA and PNAE are fundamental and it's clear that the few producers who produce the most and have high productivity have access to these policies. It is concluded that AUP has great potential and that the elaboration of public policies at the municipal, state and federal level, such as exemption from IPTU or reduction in the water tariff, can contribute to the increase of production areas, generating income, food, environmental quality is due.

Keywords: Urban and peri-urban agriculture. Food security. Public policies.

INTRODUÇÃO

A agricultura urbana e periurbana vem se firmando no interior das cidades brasileiras. Apesar de ser uma prática que se reporta ao surgimento das cidades, no Brasil a AUP passou a ser reconhecida como estratégia de desenvolvimento local por uma parcela restrita de governos municipais somente a partir da década de 1980.

A agricultura urbana e periurbana (AUP) é desenvolvida em diversos países e pode ser uma atividade realizada para a obtenção de renda, contribuir para a segurança alimentar, para a produção de parte dos próprios alimentos, dentre outros objetivos. Entretanto, faltam estudos, investimentos e políticas públicas voltadas ao estímulo dessa modalidade de agricultura. Nesse sentido, faz-se necessário desenvolver estudos sobre a AUP para subsidiar a elaboração de políticas públicas que estimulem o seu desenvolvimento.

A escolha do tema não ocorreu por acaso; as potencialidades da AUP já estão sendo analisadas em diversos países do mundo e, no caso brasileiro, em diferentes estados e municípios. Este trabalho é o desdobramento de um projeto maior que envolve pesquisadores dos programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que se iniciou no ano de 2015, com o objetivo de estudar o tema: Políticas públicas, mercados institucionais e agricultura urbana/periurbana. Neste projeto foi adotado um recorte espacial para cada um dos programas de pós-graduação para a investigação das áreas de maior incidência das agriculturas urbana e periurbana nas Regiões Metropolitanas de Florianópolis e Natal e dos municípios de Presidente Prudente e Álvares Machado, SP.

O levantamento das áreas de maior incidência do fenômeno da agricultura no município de Presidente Prudente e Álvares Machado foi realizado pelo doutorando Claudinei da Silva Pereira. De acordo com esse levantamento foi possível identificar e localizar 35 áreas de cultivo no espaço urbano de Presidente Prudente voltadas à comercialização.

Foram selecionados 13 agricultores urbanos e periurbanos para a realização desta pesquisa, aos quais foi aplicado um formulário com a finalidade de levantar dados e informações necessários para a consecução dos objetivos da pesquisa. Os formulários foram aplicados a produtores que contemplam a diversidade da agricultura urbana e periurbana no município de Presidente Prudente/SP, e, à medida que os dados começaram a se repetir, não houve a necessidade ampliar o número de formulários aplicados.

A pesquisa tem como principal objetivo caracterizar a AUP no município de Presidente Prudente/SP, além de identificar os agentes envolvidos no processo produtivo e na comercialização dos produtos, bem como as políticas públicas existentes e identificar as possibilidades de ampliação da AUP por meio de políticas públicas que a estimule.

Para compreender o fenômeno da AUP é preciso estabelecer relações com outros fenômenos que vêm ocorrendo na atualidade, tais como o processo de industrialização e urbanização do espaço urbano brasileiro. Atualmente, mais de 80% da população brasileira vive em áreas urbanas (IBGE, Censo demográfico, 2010).

Com o objetivo de diminuir o índice da pobreza e da fome, a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências têm estimulado a AUP com o intuito de diminuir esses males sociais. A AUP possui grande potencial econômico e social, podendo contribuir para a ampliação ao acesso a alimentos saudáveis, diminuindo, assim, os dispêndios da população pobre com alimentação, uma vez que a proximidade do produtor com o mercado consumidor minimiza os gastos com transportes e melhora a qualidade do meio ambiente urbano.

Ao se comparar a agricultura urbana com a rural, é comum pensar na agricultura como algo que se desenvolve no campo e, a partir desse ponto, questionar-nos a respeito desse fato. O que difere uma modalidade de agricultura da outra? Para responder a esse questionamento, é preciso identificar as diferenças existentes nesses dois espaços, compreender essas diferenças, sendo necessário evidenciar o que, de fato, diferencia a agricultura desenvolvida na cidade (urbana) da agricultura desenvolvida no campo (rural).

Sendo assim, torna-se necessário analisar o que distingue o urbano do rural; nesse sentido, existem diversos estudos que envolvem a compreensão desses dois espaços buscando defini-los. Há vários estudos e análises sobre o rural e o urbano que ajudam a compreender o que caracteriza os espaços urbano e rural. Também é preciso compreender as mudanças que ocorrem ao longo do tempo e de que forma a AUP se insere nessas mudanças. Definir um espaço como periurbano não é tarefa fácil, já que nesse espaço as atividades rurais e urbanas se convergem, dificultando a determinação dos limites físicos e sociais dos espaços urbanos e rurais.

Até meados do século XX, os espaços urbanos e rurais eram definidos por suas características próprias, por vezes antagônicas. Os processos de urbanização e de mecanização da agricultura contribuíram para a intensificação da migração do campo para as cidades. A debilidade da infraestrutura e a carência de serviços públicos básicos afetam diretamente essa população que se desloca dos campos e passa a habitar as periferias das cidades.

O conhecimento popular dessas pessoas em relação à produção agrícola e a identidade com o modo de vida de seu local de origem possibilitam o desenvolvimento de uma produção em pequena escala destinada ao autoconsumo, uma vez que grande parte da população que habita essas áreas é proveniente da zona rural.

Contudo, outras formas de agricultura são desenvolvidas nas cidades, tais como os pequenos cultivos em escolas para fins de educação ambiental e alimentar e hortas em quintais para autoconsumo. Há também exemplos bem-sucedidos de hortas e jardins comunitários em diversos países do mundo, além de hortas urbanas comerciais que têm a produção voltada ao atendimento dos mercados locais.

A hipótese formulada é que a agricultura urbana e periurbana (AUP) comercial desponta como uma alternativa para a resolução de muitos problemas que envolvem as populações mais pobres das cidades, considerando que, além de fornecer alimentos mais próximos do consumidor e, conseqüentemente, mais baratos, a AUP contribui para a melhoria da paisagem urbana, substituindo o lixo dos terrenos baldios pela produção de hortifrutis. A AUP também tem potencial para gerar ocupação e renda à população que possui ou que apenas utiliza pequenas áreas situadas nos espaços intraurbanos e periurbanos para o cultivo de alimentos. Desse modo, o apoio do poder público, por meio da instituição de políticas que estimulem e apoiem esse tipo de produção, é de fundamental importância. Para confirmar ou refutar a hipótese e contribuir para alcançar o objetivo principal, alguns objetivos secundários foram estabelecidos, são eles:

- Identificar e mapear áreas em que são cultivados produtos agrícolas para fins comerciais na área urbana e periurbana de Presidente Prudente/SP (especificamente aquelas que são objeto de estudo da pesquisa).
- Caracterizar a AUP, verificando os tipos de produtos (olericultura, fruticultura e outros), a produção e o seu destino, considerando o volume da produção das áreas identificadas e quais são os principais destinos da produção e a rentabilidade, os sujeitos envolvidos no processo produtivo e os agentes responsáveis por fornecer os insumos necessários para o desenvolvimento da atividade (sementes, mudas, fertilizantes, ferramentas, maquinários, entre outros).
- Identificar as políticas públicas destinadas a esses produtores, por meio de pesquisa bibliográfica, da identificação das políticas públicas destinadas a esses produtores.

Foram realizados levantamentos de dados de fonte primária, por meio da aplicação de formulários semiestruturados e realizadas entrevistas com representantes do poder público e com agente envolvido no fornecimento de insumos aos agricultores urbanos e periurbanos.

Para tanto foram realizadas pesquisa e análise bibliográfica e mapeamento das áreas de produção pela AUP.

A pesquisa bibliográfica é necessária para a fundamentação teórica e científica da investigação, sendo realizada por meio da seleção de publicações em revistas científicas e anais de eventos, livros, monografias, dissertações, teses e jornais, servindo de reforço nas análises da pesquisa e na manipulação das informações obtidas em outras fontes (FERRARI, 1974). Com a pesquisa e análise bibliográficas é possível identificar os conhecimentos produzidos no âmbito teórico e técnico e, por meio destes, identificar práticas relacionadas à temática em questão, possibilitando relacionar as dimensões teórica e empírica dos estudos que abordam o tema e comparar com os dados obtidos na pesquisa.

Foi realizado levantamento das áreas produtivas a partir da análise de imagens de satélites e de investigação *in loco* com o objetivo de identificar e mapear as áreas produtivas, os alimentos cultivados, com a finalidade de identificar os que ocorrem com maior frequência. O *corpus* inicial da pesquisa abrangeu três produtores que responderam formulários aplicados pelo doutorando Claudinei da Silva Pereira. Posteriormente, foram aplicados pessoalmente 13 formulários a produtores urbanos e periurbanos. Portanto, o *corpus* da pesquisa inclui 13 hortas urbanas e periurbanas que, certamente, não correspondem ao total de hortas urbanas existentes no município, porém são suficientes para caracterizar a agricultura urbana comercial em Presidente Prudente/SP.

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de julho de 2018, de janeiro e julho de 2019. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 186), a “pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. Com base nessas orientações de pesquisa, buscou-se coletar os dados para este trabalho, em pesquisa de campo, correspondente ao descrito pelas autoras.

A fase exploratória deu-se por meio da realização de entrevistas com agentes envolvidos com a agricultura urbana e periurbana possibilitando a obtenção de dados e informações pertinentes ao tema estudado, tais como áreas de produção, quantidade produzida, agentes envolvidos e participação da produção no desenvolvimento econômico e social do município e políticas públicas municipais existentes.

Segundo Kauark, Manhães e Medeiros (2010), as entrevistas podem ser de caráter exploratório ou de coleta de dados, devendo ser estruturadas previamente para atingir os

objetivos da investigação, utilizando preferencialmente questões elaboradas com itens ou questões fechadas de múltipla escolha.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 195),

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Assim, a aplicação de formulários estruturados facilita a obtenção de dados objetivos que podem ser tabulados e utilizados para explicar os fenômenos, confirmar ou refutar hipóteses e direcionar a pesquisa para atingir os objetivos propostos inicialmente. Do ponto de vista metodológico, os levantamentos dos dados primários assemelharam-se a um inventário de recursos materiais, sociais, ambientais, culturais e políticos locais. Esse é o diferencial da pesquisa qualitativa, a forma como esses dados são levantados, proporcionando respostas aos problemas investigados.

Dessa forma, para a obtenção de dados que validem os objetivos da pesquisa foram aplicados formulários estruturados a 13 produtores e entrevista com um funcionário da secretaria do Meio Ambiente do Município, que pode vir a oferecer alguma assistência a esses produtores. Esses dados foram analisados e quantificados de modo que podem comprovar ou refutar a importância econômica e social da produção agrícola urbana para a população próxima das unidades produtivas e, de maneira geral, para o município.

A partir dos dados obtidos, por meio dos formulários e das entrevistas, foram realizadas análises que contribuem para a legitimação e regulamentação das áreas destinadas à AUP e ao desenvolvimento de políticas públicas que viabilizem a expansão dessa modalidade de produção, considerando seu potencial de geração de renda e alimentos.

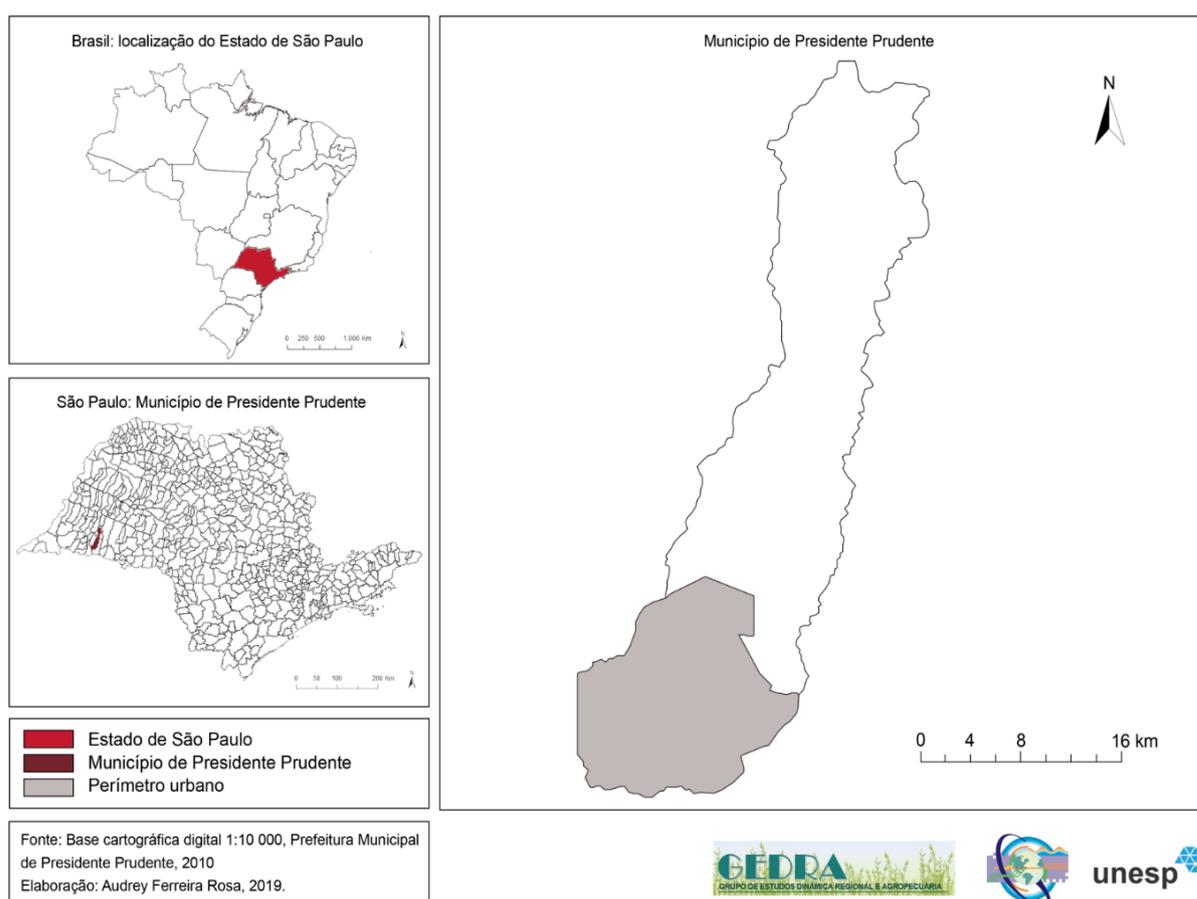
A definição e sistematização dos procedimentos metodológicos são fundamentais para atingir os objetivos da pesquisa, embora algumas mudanças e adaptações possam ocorrer durante o seu desenvolvimento. De acordo com as demandas que podem surgir ao longo da execução do projeto, novos objetivos e metodologias podem ser necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

Por se tratar de uma modalidade que ocorre no ambiente urbano, a AUP necessita de estudos e de políticas públicas que possibilitem a realização dessa produção, bem como de investimentos que possam levar o produtor a obter renda satisfatória com a atividade. Proporcionar a ampliação da AUP nos municípios brasileiros é garantir alimentos para atender

uma demanda que cresce continuamente e investir na melhoria do microclima e da qualidade ambiental das cidades.

A pesquisa foi conduzida no município de Presidente Prudente/SP (Figura 1), verificando as áreas produtivas, tipos de produção, as formas de comercialização e o mercado consumidor. Os dados e informações levantados foram analisados e sistematizados com o intuito de contribuir para a implementação de políticas públicas ou mesmo para que as políticas já existentes sejam utilizadas em favor da AUP.

Figura 1 - Presidente Prudente/SP: Localização do município e do perímetro urbano.



A AUP pode ser incentivada tanto por novas políticas como por meio de políticas já existentes, a exemplo dos programas de compras institucionais de alimentos. O incentivo às feiras livres municipais e o apoio à organização de associações e cooperativas de produtores também podem contribuir para a expansão da AUP.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro foram realizadas análises referentes à relação cidade-campo para compreender a construção dos espaços rurais e urbanos e as mudanças ocorridas ao longo do tempo. A relevância desse capítulo é dada em

função da definição do que é rural e urbano para, por fim, delimitar o que é o periurbano, um elemento importante para a pesquisa, uma vez que a análise é sobre a agricultura urbana e periurbana.

No capítulo 2 é apresentada, caracterizada e conceituada a AUP por meio da análise da literatura que engloba diferentes estudos sobre AUP. Ainda são apontadas iniciativas de AUP no Brasil e dados obtidos por meio do documento elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) - *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua Promoção (2007)* -, sobre a AUP nas regiões metropolitanas brasileiras apontando as políticas públicas implementadas nas diferentes escalas.

Algumas dessas políticas estão associadas às políticas desenvolvidas para a agricultura familiar. Dessa forma, faz-se necessária uma análise sobre o reconhecimento recente da importância da agricultura familiar realizada no campo e presente na cidade diante de um país caracterizado pelos latifúndios e a produção de monoculturas para exportação.

No terceiro capítulo, é apresentado um histórico do município de Presidente Prudente/SP, como contribuição para entender a presença dos vazios urbanos e a configuração da malha urbana do município, que produziu espaços ociosos que podem ser utilizados para o desenvolvimento da AUP.

A análise da agricultura urbana e periurbana voltada para a comercialização no município de Presidente Prudente permitiu caracterizar quem são os produtores, os produtos, a quantidade produzida, a comercialização e o acesso a políticas públicas, evidenciando sua importância na dinâmica urbana e servindo de referência para a elaboração de políticas públicas.

Dessa forma, ao longo deste trabalho, espera-se contribuir para a compreensão da dinâmica rural e urbana, principalmente com o surgimento de ruralidades e urbanidades que apresentam uma nova dinâmica nas relações espaciais. Consideram-se, então, esses espaços tanto como agricultura urbana, como ruralidade no urbano, situação que não é nova, porém tem sido objeto de inúmeras pesquisas na atualidade, oferecendo perspectiva para o combate à pobreza e à fome, contribuindo diretamente para a soberania alimentar, que se constitui em importante objeto de estudo também nesta pesquisa.

CAPÍTULO 1. O RURAL, O URBANO E O PERIURBANO

Os conceitos de rural e urbano se constituem de elementos que incluem as formas de expressão da vida humana em sociedade, que é fruto da ação dos sujeitos históricos ao longo do tempo. Trata-se, então, de concepções mutáveis, visto que nas ações humanas foram e são incorporadas técnicas e tecnologias que proporcionaram diferentes relações entre os seres humanos e o espaço em que vivem no decorrer da história.

Dessa forma, compreender o espaço em quem vivemos e as relações que se estabelecem nesse espaço passa a se constituir objeto de questionamentos: existe apenas uma forma de se compreender e definir as relações espaciais que envolvem o campo e a cidade? Se existe mais de uma, como definem o campo e a cidade e as relações sociais que ocorrem neles e entre eles?

Não existe uma única definição de rural e urbano que possa ser aplicada a qualquer espaço rural ou urbano de alguma área do planeta. São muitos os estudos que levam a diferentes análises e definições que explicam determinadas formas de expressão da vida humana em áreas onde foram desenvolvidos esses estudos.

Durante muito tempo predominou uma visão de rural e urbano como espaços antagônicos, caracterizados pelas diferenças entre eles. Porém, essa visão explicava uma situação específica de uma determinada área. Outros estudos, a partir de 1990, passaram a considerar o fim do isolamento entre as cidades e o meio rural, instituindo o conceito de *continuum* rural-urbano; porém, esse conceito permite uma ideia do rural como continuidade do urbano, podendo nos levar a entender que o rural tende a se tornar urbano.

A globalização produziu novas dinâmicas e, com isso, novas formas de interpretá-las. Surgem novas formações espaciais que passam a ser analisadas com a finalidade de se compreenderem os fenômenos e as mudanças que vêm ocorrendo. Para além dos espaços urbanos e rurais surge um terceiro espaço, o espaço periurbano, que envolve a coexistência de elementos do urbano e do rural. Esse espaço possui dinâmicas complexas que envolvem diferentes modos de vida e de uso e ocupação do espaço.

Os conceitos e definições que envolvem o rural e o urbano são trabalhados neste capítulo, uma vez que o objeto desta pesquisa, a agricultura urbana e periurbana, envolve a definição de tais conceitos. É preciso entender quais elementos tornam a agricultura como urbana e periurbana e por que não como rural, visto que é uma atividade considerada essencialmente rural.

1.1 Diferenciação dos espaços urbano e rural.

O rural e o urbano são dimensões da totalidade do espaço. De acordo com Santos (1978, p. 122), “o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções”; é nesse espaço que a relação cidade-campo vem se transformando e ganhando novas formas e concepções.

Os estudos sobre o campo e a cidade desenvolvidos pela Sociologia rural¹ no século passado apontavam para uma visão dicotômica entre a cidade e o campo e caracterizavam esses dois espaços por meio de diversos elementos; porém, não era tão simples definir o grau de urbanização e ruralização dos espaços rurais e urbanos.

[...] Não existe um grau definitivo de urbanização ou de ruralização, e sim um fluxo de características em que o rural e o urbano em vez de constituírem simples partes de uma dicotomia, tendem a situar-se ao longo de uma escala, num extremo da qual se colocam os povos mais primitivos, os pastores e agricultores nômades, os coletores, enquanto no outro se escalonam as sociedades urbanas modernas nas quais, graças às formas de produção e distribuição, de um lado, e a um tipo de tecnologia, o rurícola se encontra numa teia de relações altamente urbanizadas (RIOS, 1979, p. 87).

Devido à necessidade de compreensão do espaço rural, a Sociologia rural surge com outra perspectiva dentro da Sociologia para estudar os problemas e as modificações que estavam acontecendo, tais como o êxodo rural, a inserção da cultura urbana no campo, problemas sociais do campo e as mudanças que começaram a ocorrer no ambiente rural e algumas modificações, além de diferenciar o que é rural do que é urbano.

As contribuições de Sorokin, Zimermman e Galpin (1981) foram importantes para a compreensão das diferenciações entre o rural e o urbano. Mas é importante salientar que as “características diferenciais” entre o rural e o urbano identificadas por Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981) retratam as condições do rural e do urbano até os anos 1930 e a realidade dos Estados Unidos. Muitas transformações ocorreram no mundo desde então, promovendo novas dinâmicas e relações entre o urbano e o rural decorrentes da intensificação da pluriatividade, do aumento das atividades não agrícolas em áreas rurais, da mecanização das atividades agropecuárias, entre outras, reconfigurando a ideia que se tinha a respeito do rural/campo.

¹ A Sociologia rural é uma ciência ou um campo científico ligado à Sociologia geral. Isso porque pretende aplicar ao estudo de seus problemas os mesmos métodos, comuns a todas as ciências e, mais ainda, aquelas técnicas de pesquisa específicas da sociologia que visam ao estudo sistematizado das relações entre os homens, pelo fato de viverem em coletividades ou grupos, e as mudanças que daí decorrem no seu comportamento (RIOS, 1979, p. 86).

Entretanto, torna-se essencial apresentar suas análises uma vez que elas constituem a base de grande parte dos estudos sobre o rural e o urbano no Brasil e no mundo.

O estudo de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981) é norteado a partir de critérios de diferenciação dos espaços rural e urbano. Segundo os autores, o principal critério de diferenciação desses espaços envolve a ocupação da população ou sociedade rural, que é definida pela coleta e cultivo de plantas e animais. Esse critério está diretamente ligado aos demais quando se busca compreender todo o contexto de diferenciação do rural e urbano.

Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981) enfatizam que a definição sociológica dos universos do campo e da cidade não deve ser descrita em termos de uma característica, seja o tamanho da comunidade, a densidade populacional, a nomenclatura administrativa, a composição ocupacional da população ou outros elementos semelhantes. A definição sociológica desses universos requer uma combinação de vários aspectos. No entanto, no caso brasileiro, essas diferenciações não se aplicam, principalmente na atualidade.

Ao analisar algumas das principais diferenciações entre os espaços urbano e rural de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986) fica evidente que não se aplicam ao Brasil contemporâneo (Quadro 1). Tal conceituação, considerando a dualidade desses dois espaços, é limitada no sentido de explicar os fenômenos recentes que vêm ocorrendo nos meios urbano e rural, pois considera o urbano e o rural como dois extremos, sem conexão entre eles e sabe-se que as relações entre esses espaços têm se tornado cada vez mais intensas.

Quadro 1. Síntese das diferenças entre os espaços urbano e rural, para Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986) e reflexões sobre essas diferenciações.

Diferença	Rural	Urbano	Urbano e rural contemporâneos
Ocupação	Coleta e cultivo de plantas e animais.	Produção artificial (indústrias e comércio).	Há pluriatividade no campo com crescimento expressivo de atividades não agrícolas, assim como a presença da agricultura nas cidades (SCHNEIDER, 2006).
Ambiente	Natural; relação direta com a natureza, ocupação dependente das condições climáticas e ambientais.	Artificial; os moradores da cidade estão separados por pedra e ferro.	Tanto no rural como no urbano há presença de ambientes artificiais, presença de cultivos protegidos e emprego de técnicas de irrigação e presença de áreas verdes na cidade e cultivos de hortaliças que dependem das condições climáticas e ambientais.
Tamanho das comunidades	Pequenas comunidades.	Grandes aglomerações de pessoas.	O agronegócio influencia o comércio e serviços e pode mobilizar uma grande quantidade

			de pessoas e envolver o campo e a cidade (ELIAS, 2011).
Densidade populacional	Baixa concentração populacional, vista como aspecto negativo.	Alta concentração populacional, vista como aspecto positivo.	Alta ou baixa densidade populacional não conferem aspectos negativos ou positivos. Locais considerados como de vida urbana intensa, como o centro da cidade, geralmente apresentam baixa densidade de população.
Homogeneização e heterogeneização	Homogeneidade das populações, tradições e costumes comuns.	Heterogeneidade das populações, diversidade da população.	Rural e urbano podem ser bastante heterogêneos e diversos, principalmente com a pluriatividade no campo. Tradições como festas juninas, outrora tipicamente rurais, ocorrem em diversas cidades de todo o Brasil.
Estratificação e complexidade social	Menos estratificado; menor divisão do trabalho entre os membros da sociedade.	Complexidade formada pela multiplicidade de grupos secundários; divisão social do trabalho.	Ambos possuem estratificação e complexidade social com as novas dinâmicas na divisão do trabalho no campo, com o surgimento de novas atividades que podem ser desenvolvidas no campo.
Mobilidade social	Pouco dinâmica devido à baixa estratificação entre as ocupações do campo; “agricultores permanecem agricultores”.	Dinâmica, diferentes: estratos sociais e ocupações que permitem uma maior mobilidade social.	A mobilidade social também pode ser relativizada, visto que a pluriatividade permite uma maior estratificação das ocupações no campo e a possibilidade de uma família combinar duas ou mais ocupações, sem deixar de residir no campo.
Direção da migração	Em direção às áreas urbanas.	De uma área urbana para outra.	O sentido da migração também mudou. Muitas pessoas têm buscado viver no campo ou próximo a ele, associando a proximidade da natureza com melhor qualidade de vida.
Sistema de integração social	Interação com um número reduzido de pessoas; relações de proximidade, contato face a face.	Complexo, dinâmico, superficial; interação com um número grande de pessoas; relações indiretas.	Em muitas cidades pequenas são muito comuns as relações de vizinhança, assim como nas periferias das cidades, de modo geral. Essa também é uma diferenciação relativa, o agronegócio permite uma complexidade no sistema de integração social assim como nas áreas urbanas.

Fonte: SOROKIN, ZIMMERMAN e GALPIN (1986).

De acordo com Queiróz (1979), os estudos e as definições de campo e cidade envolvem a composição das sociedades e o momento histórico em que essas definições são elaboradas. Para a autora, o campo é parte de um conjunto mais amplo que faz parte junto com a cidade; considerando suas análises para compreensão dessa dinâmica no Brasil, é possível constatar que se trata de uma situação diferente das analisadas por Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986). E embora a visão dicotômica não se aplique ao presente estudo, tal análise teve sua importância e validade e explicam a realidade do período em que foi desenvolvida.

Tais diferenciações estão diretamente relacionadas com o processo de formação das sociedades europeias e das formas de colonização dos países do continente americano. A colonização de exploração conferiu um caráter diferenciado para a formação das cidades brasileiras, que continuou com um modelo econômico agroexportador mesmo após a independência política do Brasil, em 1822 (MOREIRA, 2005).

As questões relacionadas às mudanças e transformações ocorridas no meio rural, na atualidade, são objetos de estudo dos cientistas, que têm se esforçado para superar as tradicionais concepções dicotômicas que definiam o rural em oposição ao urbano. Já é possível constatar, nos estudos sobre o tema, a existência de uma interação ativa e recíproca entre o rural e o urbano. Embora ainda não exista consenso quanto ao conteúdo e extensão da ruralidade, há consenso de que a ideia de associar o urbano ao atrasado ou arcaico perdeu o sentido (SCHNEIDER, 2009).

Muitos pesquisadores definiram o rural e o urbano por meio de uma visão dicotômica; mas, a partir da década de 1990, foram desenvolvidos estudos considerando as inter-relações dos espaços contínuos (ALVES, 2012). A definição de *continuum* urbano-rural corresponde à área entre um polo urbano e um polo rural e às mudanças que se processam nesses espaços.

Segundo Wanderley (2001, p. 33):

O fim do isolamento entre as cidades e o meio rural é frequentemente expresso através do conceito de continuum rural-urbano. Este conceito – tanto quanto o de urbanização do campo – é utilizado em duas vertentes principais. A primeira delas corresponde a uma visão “urbano centrada” (RAMBAUD, 1973), que privilegia o polo urbano do continuum como a fonte do progresso e dos valores dominantes, que se impõem ao conjunto e que tenderia a reduzir-se sob a influência avassaladora do polo urbano.

A ideia de *continuum* também se apoia numa concepção dual ao considerar o rural e o urbano como pontos extremos; entretanto, ela sugere o campo como uma continuação da cidade e que, num determinado momento, tudo será urbanizado.

A produção agropecuária que, durante muito tempo, foi relacionada essencialmente ao espaço rural, também é realizada no espaço urbano e tem ampliado a sua importância na atualidade. De acordo com Lefebvre (1999), o espaço urbano é o território onde se desdobram a modernidade e a cotidianidade no mundo moderno. Apesar de não ser exterior à natureza, o espaço urbano é mais propriamente produzido; no campo, normalmente, prevalece a atividade agropecuária.

[...] ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não as definir por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas [...] (ABRAMOVAY, 2000, p. 6).

Conforme Abramovay (2000) atividades tipicamente urbanas passam a ser desenvolvidas no campo, assim como, a urbanização não ocorre de forma homogênea, e alguns traços do rural podem ser percebidos nas áreas urbanas, criando espaços com características específicas e particulares, como é o caso da agricultura urbana e periurbana. A presença da agricultura nos espaços urbanos e periurbanos confere a esses espaços características particulares que ainda necessitam de estudos e consensos quando se tem por objetivo definir uma tipologia para tais espaços.

Podemos inferir, por meio da análise da agricultura urbana e periurbana, que as mudanças foram significativas, tanto no espaço rural quanto no urbano. Da mesma forma que o crescimento da produção e da produtividade no campo foi realizado por intermédio da modernização da produção agrícola. A demanda por alimentos e a busca de obtenção de renda levaram à constituição de espaços agrícolas no interior das cidades, intrínsecos à dinâmica urbana, coexistindo e mantendo-se justamente por essa relação, onde a AUP passa a ter grande importância na economia urbana.

Tanto a presença de elementos do campo na cidade quanto o contrário se constituem em qualidades desses espaços, que podem ser entendidos pela dicotomia existente entre eles, pela continuidade do urbano sobre o rural, pelo “fim” do rural, ou, mais precisamente, pelo fim da visão que se tinha do rural e do urbano e que predominou até o surgimento das novas tecnologias e do processo de globalização/mundialização da economia do fim do século XX e início do século XXI.

1.2 Ruralidades e urbanidades.

As mudanças ocorridas na sociedade e na economia relacionadas ao advento da globalização, que se concretizou a partir das inovações tecnológicas nos sistemas de transporte e de comunicação/informação, possibilitaram aos fenômenos, que antes ocorriam na escala do local e regional, tornassem-se globais, tendo em vista que capital, mercadorias e pessoas circulam pelo mundo todo numa velocidade jamais vista.

Esse fenômeno produziu novas dinâmicas e, com isso, novas formas de interpretá-las. Definições, modelos e conceitos que explicavam as relações entre as pessoas e a natureza acabaram se tornando limitados, fazendo-se necessário analisar, interpretar e refletir sobre o objeto em si, com a finalidade de compreender os fenômenos e as mudanças que vêm ocorrendo.

Em sua análise sobre a dialética do concreto, Kosik (1976) considera a importância de se decompor o objeto de estudo para compreendê-lo em sua totalidade, pois o conceito da coisa é apenas uma dimensão da compreensão da coisa e não a coisa em si. O mundo real estaria escondido por detrás de uma pseudoconcentricidade, aquilo que vemos do objeto não é o objeto em si. Sendo assim, é necessário compreender o conceito em si, distinguir o que é essência do que é secundário e construído ao longo do tempo. A análise teórica e empírica do fenômeno é imprescindível para a construção do objeto, ou até mesmo de suas representações, e assim fazemos ao buscar compreender o urbano e o rural contemporâneos.

Existe uma distinção entre a representação e o conceito e perceber essa distinção é fundamental para compreender a coisa em si e a análise dialética permite-nos identificar um caminho para se chegar à compreensão da realidade (KOSIK, 1976). As definições de urbano e rural podem ser analisadas por essa lógica, uma vez que são construídas histórica e socialmente. A concreticidade, ou pseudoconcreticidade, dos objetos e dos conceitos pode ser evidenciada por meio das mudanças nas concepções sobre o urbano e o rural e suas definições que são construídas a partir de representações, ou seja, leituras da realidade.

Segundo Carlos (2007), a questão é muito mais ampla. A autora afirma que o advento da globalização causou profundas mudanças nas relações humanas, do homem com a natureza e da natureza com o homem, reafirmando o papel da globalização nas mudanças ocorridas na sociedade. Teorias e conceitos geográficos passaram, e ainda estão passando, por transformações e reformulações no que diz respeito aos conceitos de urbano/cidade e seu par dialético rural/campo. Houve tantas mudanças que tais conceitos não explicam mais a realidade em sua totalidade.

As características rurais e urbanas coexistem no mesmo espaço em oposição ou complementariedade. Práticas agrícolas são realizadas nas áreas urbanas enquanto a tecnologia de ponta e outros aparatos urbanos são encontrados em áreas rurais, com qualidades ou atributos específicos que envolvem a definição de urbano ou rural e podem ser chamados de ruralidades ou urbanidades.

Nesse contexto, Rua (2006) analisa as mudanças do rural contemporâneo a partir das urbanidades no rural como uma possibilidade para o surgimento de novas territorialidades:

O capitalismo recria um rural, capaz de participante de lógicas complexas, integrar-se, desigualmente, às múltiplas escalas que marcam as interações espaciais do mundo atual. Esse processo de integração afeta, sobremaneira, a (re)construção ou a manutenção da identidade social do agricultor e os rebatimentos territoriais desse processo (RUA, 2006, p. 2).

É possível afirmar que ruralidade é um termo que pode ser empregado para definir as mudanças ocorridas (ou não) no rural, e o mesmo se estabelece em relação ao urbano. Dessa forma, o termo ruralidade no plural serve para demonstrar que existem diferenças no rural. Podemos encontrar no Brasil, de um lado, um “rural” com baixo nível de desenvolvimento tecnológico no processo produtivo, com a necessidade de grande quantidade de mão de obra; por outro lado, um “rural” com grande investimento tecnológico e científico, com mão de obra qualificada. Mas também um “rural” na cidade com o trabalho dependendo das forças da natureza, com mão de obra qualificada ou não, com trabalho familiar e, por se tratarem de características próprias, algumas qualidades que são diferentes das outras, a definição de rural por si só não contempla tais caracterizações, daí a concepção de ruralidade.

Compreender as mudanças ocorridas na distribuição da população brasileira, as formas de uso e ocupação do solo, o modo de vida e os costumes e tradições é um elemento importante para analisar as novas ruralidades e urbanidades, uma vez que, em 1945, apenas 25% da população brasileira viviam nas cidades e correspondiam a um total de 45 milhões de habitantes e, no início do ano 2000, correspondiam a 82% do total.

De uma sociedade essencialmente rural nos anos 1950, o Brasil teve seu perfil demográfico invertido e, na atualidade, ela é, segundo os critérios normativos utilizados pelo IBGE, predominantemente urbana. Essa mudança do perfil demográfico brasileiro foi o resultado do intenso processo de migração campo-cidade que levou parcela expressiva da população para os centros urbanos e provocou a redução significativa da população rural (HESPANHOL, 2013, p. 105).

O processo de industrialização brasileira seguido pelas mudanças provocadas pela revolução tecnológica, tanto na cidade quanto no campo (modernização da agricultura e

diminuição do uso da mão de obra), a concentração de terras, o modelo de produção agroexportador e a expectativa de melhores condições de vida, assim como a ausência, a princípio, e a ineficácia das políticas públicas voltadas para a população do campo e as políticas de desenvolvimento do agronegócio levaram à “expulsão” das pessoas do campo, sendo elas obrigadas a migrarem para as cidades, culminando para a configuração atual da distribuição da população brasileira concentrada nas áreas urbanas (MATOS; PESSOA, 2011).

A visão de que as cidades se constituem em oportunidades, acesso a melhores condições de vida e infraestrutura que não existem no campo reforça a ideia de que viver na cidade é melhor do que viver no campo. Porém, as transformações ocorridas no meio rural e no meio urbano têm gerado novas dinâmicas que influenciam diretamente na reflexão que se faz em relação ao campo e à cidade, principalmente no que diz respeito à qualidade de vida.

As transformações ocorridas nas relações cidade-campo, considerando a escala de análise local, mostram espaços urbanos e rurais com características heterogêneas que contribuem para evidenciar que a “distinção clara que existiu entre o rural e o urbano vai desaparecendo gradualmente num conjunto de espaços porosos de desenvolvimento geográfico desigual” (HARVEY, 2012, p. 84).

Nesses espaços, encontram-se novas dinâmicas, urbanidades e ruralidades que vão além das suas características tradicionais devido à presença de novos elementos que formam esses espaços. Marafon (2014) apresenta algumas considerações sobre as urbanidades no rural do Rio de Janeiro, apontando a presença de diversas atividades que ocorrem nesse espaço, por meio de eixos de urbanização como os que envolvem os municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. Segundo o autor,

Essa área é marcada pela produção de hortigranjeiros e flores, e que abastece a RMRJ. Apresenta também um tradicional e significativo polo industrial (com destaque para a moda íntima), além da presença de inúmeros sítios de veraneio, casas de segunda residência, hotéis-fazenda, pousadas, spas, que associam seus estabelecimentos aos aspectos naturais da região (MARAFON, 2014, p. 10).

Da mesma forma que também existem, nessa área, produtores familiares, com baixo grau de tecnificação e que buscam trabalho na região como forma de complementar sua renda (MARAFON, 2014).

Assim, temos espaços rurais com alto grau de investimento tecnológico e modernização, com diversidade de relações interpessoais, com atividades econômicas onde predomina o setor de serviços (turismo e lazer). Da mesma forma temos um espaço urbano

com variadas funções, predominando o comércio e os serviços, as atividades industriais, assim como a produção agrícola no perímetro urbano (chácaras, hortas e outras áreas de cultivo que coexistem com outras atividades “tipicamente” urbanas) ou no espaço de transição entre o urbano e o rural (periurbano).

No que diz respeito às transformações no espaço urbano, “a questão urbana tem sido reconceituada em termos reflexivamente escalares no contexto de debates sobre a reestruturação urbana e regional mundial” (BRENNER, 2013, p. 202).

De acordo com Veiga (2003), a própria definição de cidade apresenta contradições, pois, no Brasil, foi utilizada para definir as sedes municipais. Tal definição é desprovida de análise espacial que permite distinguir os atributos da cidade e do campo.

A vigente definição de “cidade” é obra do Estado Novo. Foi o Decreto-Lei 311, de 1938, que transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais. Da noite para o dia, ínfimos povoados, ou simples vilarejos, viraram cidades por norma que continua em vigor, apesar de todas as posteriores evoluções institucionais (VEIGA, 2003 p. 2).

O entendimento do que é urbano e rural, nesse caso, trata de uma divisão político-administrativa que desconsidera os elementos que compõem o campo e a cidade e as relações que se estabelecem entre esses espaços. De acordo com o Decreto-Lei nº 311, de 1938, têm-se as definições de cidade, rural e urbano apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Definição de cidade, rural e urbano segundo os critérios político-administrativos do Decreto-Lei 311/1938.

Cidade ↓ Sede de município	Urbano ↓ Áreas delimitadas pela Lei do Perímetro Urbano	Rural ↓ Áreas localizadas fora do Perímetro Urbano
----------------------------------	---	--

Fonte: Decreto Lei 311/1938.

É evidente a limitação da definição político-administrativa (Quadro 2). Essa definição tão abrangente de urbano e rural impõe a necessidade de refletir sobre a complexidade desses conceitos e envolve uma série de elementos que os caracterizam e os definem. As cidades são caracterizadas por possuírem uma diversidade de elemento, que vai muito além do fato de ser a sede de um município, tais como adensamento populacional, divisão do trabalho, relações

interpessoais mais superficiais, trabalho assalariado, diversidade de pessoas e culturas, pavimentação, edificações, entre outros (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981).

São várias características que definem o urbano e o rural, não se trata de uma única característica, mas sim de suas particularidades e das relações estabelecidas entre elas. Uma das características que definem o espaço urbano é o adensamento populacional; porém, locais considerados como de vida urbana intensa, como o centro da cidade, geralmente apresentam baixa densidade de população e as áreas industriais e comerciais da cidade que contêm as atividades econômicas mais características da vida urbana dificilmente seriam classificadas como urbanas em qualquer parte se a densidade fosse interpretada literalmente como evidência do urbano.

Muitas “cidades” brasileiras não possuem características essencialmente urbanas, continuam a desenvolver as festividades culturais tradicionais, criação de pequenos animais, relações de proximidade com a vizinhança, principalmente nas cidades pequenas, pois grande parte da população das cidades tem origem no campo e, mesmo estando em contato com os hábitos urbanos, as pessoas que vivem nas cidades têm dificuldades de se acostumar com os hábitos “urbanos” e continuam mantendo hábitos rurais (OLIVEIRA; SILVA; PAULA, 2006).

Da mesma maneira, existem cidades com grandes edifícios, pavimentação, diferentes meios de transporte, concentração de indústrias, comércio e serviços e, dependendo do grau de urbanização dessas cidades, é possível pensar em diferentes urbanidades que na escala global não seriam percebidas. Porém, ao analisar as cidades brasileiras e suas diferenças na escala local, percebemos distintos graus de urbanização e urbanidades que ocorrem não só no limite das cidades, mas também atingem o campo.

As formas de organização espacial do campo e da cidade passaram por transformações a partir da década de 1980 (SACHS, 2001); foram aprofundadas pela revolução técnico-científica-informacional e pelo processo de globalização com novas formas de produção do espaço do campo e da cidade. Elementos que caracterizam o campo dividem o mesmo espaço com elementos que caracterizam a cidade, formando espaços novos, heterogêneos, onde o conjunto dos elementos presentes define as ruralidades e urbanidades do território brasileiro.

Muitos impasses ainda permanecem na definição de urbano e rural, como a proposta de uma definição de rural que leve em consideração suas especificidades, que não seja apenas o contrário daquilo que é urbano e sem atrelar o seu desenvolvimento à necessidade de urbanização. Faz-se necessária a reformulação dos velhos paradigmas que definem urbano e rural levando em consideração apenas a densidade populacional e a dimensão econômica com

a agricultura predominante no campo e a indústria, o comércio e os serviços na cidade, sendo que estes agregam maior valor.

Da mesma maneira que surgem, no rural, urbanidades que afetam o modo de vida das pessoas, a ressignificação não se restringe apenas ao campo. A busca por alimentos mais saudáveis, a proximidade com a natureza, a paisagem “verde” levam as pessoas da cidade para o campo e também trazem os elementos do campo para a cidade, como é caso da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP).

Nos “vazios” das cidades e áreas periféricas encontram-se hortas, pequenas plantações e criação de animais com o objetivo de garantir a subsistência e a geração de renda de parte da população residente nas cidades e no seu entorno imediato. Muitas pessoas que residem nas cidades têm suas origens no campo e trazem consigo suas vivências, seu modo de vida, que se estende sobre o espaço que vivem e, na medida em que não conseguem ser empregados pelas indústrias, comércio ou serviços, desenvolvem o que conhecem melhor, ou seja, as atividades anteriormente praticadas no campo, embora em menor escala devido às especificidades e maiores limitações.

Ao analisar o processo de periurbanização no município de Araraquara, Vale (2005) argumenta que a presença de ruralidade na periferia das cidades é resultado do modo de vida da população que migra do campo para a cidade e se instala nas periferias, mantendo práticas do modo de vida rural, tais como as relações interpessoais de vizinhança, o cultivo de olerícolas e a criação de pequenos animais.

1.3 O espaço periurbano

De acordo com Bagli (2006), a negação e a afirmação dos espaços urbanos e rurais é uma constante; desse modo, o espaço geográfico é fluido, mantém traços característicos de um espaço no outro. Logo, na relação espacial urbano *versus* rural atuam forças que se convergem e se influenciam, pois mantêm características de polos opostos.

O entendimento e a compreensão do urbano e do rural passam pela lógica da afirmação e da negação: o espaço rural é negado na medida em que não possui as características do espaço urbano e “ao buscar aquilo que os espaços não contêm, ou seja, o que não são pela negação do que há no outro, impossibilitada fica a visualização daquilo que eles de fato são. Perdidos ficam seus verdadeiros significados e representações” (BAGLI, 2006, p. 15).

No entanto, na medida em que um espaço é negado pelo que não possui, ele pode ser afirmado pelas outras características que possui. Essas forças que tendem para a afirmação e para a negação de características urbanas e rurais e os espaços nos quais estão atuando envolvem relações sociais, modo de vida e de produção, entre outros elementos que interagem entre si e ganham novas configurações. Essa produção e reprodução do espaço dá origem a outra forma espacial que não pode ser definida como urbana nem como rural

Eis que surge um terceiro elemento: um espaço que é rural e urbano, embora não seja nem campo nem cidade, mas os dois ao mesmo tempo. Surgem locais intermediários que contemplam uma mescla de relações que diferem das caracterizações habituais existentes (BAGLI, 2006, p. 77).

No sentido desse terceiro elemento em particular, Bagli (2006) compara os municípios de Álvares Machado/SP, Presidente Prudente/SP e Mirante do Paranapanema/SP expondo as diferenças do tipo de relação estabelecida entre campo e cidade em cada um dos municípios. Segundo a autora, a princípio, os critérios que definiam o que era cidade e o que era campo estavam fundamentados na localização. A cidade era o lugar da reunião, um tipo de localização fundamentada na aglomeração, enquanto o campo era o lugar da dispersão, do trabalho natural (BAGLI, 2006), e o terceiro elemento é um espaço localizado na periferia das cidades.

Esses espaços possuem dinâmicas complexas que envolvem diferentes modos de vida e de ocupação e uso do solo. São áreas em que podem predominar atividades agrícolas, residências de população com baixa renda, distritos industriais e condomínios fechados. Devido à diversidade de atividades rurais e urbanas desses espaços e as relações que neles ocorrem, seja o vínculo com a terra ou o modo de vida da população que vive nessas áreas, faz-se necessário refletir sobre novas classificações e denominações.

É preciso refletir sobre o crescimento urbano. Ao expandir seus limites físicos sobre o espaço rural há uma a integração do espaço rural pela cidade e o mesmo ocorre em relação à forma de vida rural que está presente nas periferias urbanas. De acordo com España (1991), a integração do espaço rural pela expansão do limite físico do espaço urbano ocorre por meio de duas etapas distintas: o crescimento compacto, em forma de anéis concêntricos, invadindo os espaços mais próximos, integrando-os à economia urbana e urbanização de áreas mais distantes (dezenas de quilômetros), denominada urbanização dispersa.

A urbanização dispersa caracteriza-se pela expansão do tecido urbano e a produção de periferias, que se constituem em áreas urbanizadas separadas por grandes vazios urbanos, porém dependentes do núcleo urbano central. A descentralização da população por meio da

implantação de conjuntos habitacionais e condomínios fechados é uma manifestação visível da dispersão urbana.

Contudo, a tendência à dispersão urbana é uma característica do processo de urbanização contemporâneo. No Brasil, essa tendência começou a se evidenciar há cerca de cinco décadas devido à intensificação dos processos de industrialização e urbanização, associados ao grande “estoque” de terras, o que facilitou o processo de urbanização das áreas próximas aos limites das cidades (COSTA, 2013).

Nesse contexto, Souza (2003) salienta que, com o objetivo de classificar esses espaços, surgem várias denominações como espaço rururbano, espaço periurbano, franja urbana, franja rural urbana, entre outros:

Na franja rural-urbana, muitas vezes a face visível do espaço (a paisagem) continua tendo um aspecto “rural”, às vezes até belamente bucólico – algumas plantações, muito verde, grandes espaços servindo de pastagem para algumas cabeças de gado -, quando, na verdade, por trás disso se verifica uma presença insidiosa e cada vez mais forte da “lógica” urbana de uso do solo. Grandes áreas servindo de pastagem para umas tantas cabeças de gado, por exemplo, nada mais são frequentemente, que uma “maquiagem” para glebas mantidas como reserva de valor por empreendedores urbanos; são, assim, terras de especulação, “em pousio social”, por assim dizer, e que serão convertidas, depois de muitos anos ou mesmo após algumas décadas, em loteamentos populares ou condomínios fechados de alto status, dependendo de sua localização (SOUZA, 2003, p. 27-28).

Podemos destacar alguns exemplos da situação apresentada por Souza (2003) no que diz respeito ao processo de periurbanização, condomínios fechados e de bairros populares distantes que servem à especulação imobiliária. Porém, poder-se-ia dizer que, em alguns casos, há o avanço do campo sobre a cidade, principalmente no que diz respeito à agricultura periurbana, que ocupa espaços muito próximos ao limite construído das cidades em áreas de “vazios urbanos”. De acordo com Miranda (2008, p. 28), o espaço periurbano também pode ser considerado uma área de transição rural-urbana, pois

As áreas de transição rural-urbana são espaços plurifuncionais, em que coexistem características e usos do solo tanto urbanos como rurais – presença dispersa e fragmentada de usos e ausência de estrutura urbana coerente que proporcione unidade espacial, submetidos a profundas transformações econômicas, sociais e físicas, com uma dinâmica estreitamente vinculada à presença próxima de um núcleo urbano.

Definir o espaço periurbano é algo bastante complexo. Existem diferentes definições e denominações e não há consenso sobre os atributos desses espaços em relação ao uso e ocupação do solo, a função que eles exercem, a economia desenvolvida nesses espaços, a infraestrutura e os equipamentos. De acordo com a análise realizada por Vale (2005) e

Campos (2018), a periurbanização é um fenômeno que ocorre devido ao avanço da cidade sobre os espaços rurais. Nos espaços periurbanos pode ser encontrada a justaposição de três tipos de espaços: os naturais, os rurais e os urbanos. Nesses locais se encontram modo de vida urbano em paisagens que se assemelham ao meio rural e o contrário também.

A concentração populacional e de edificações nos centros urbanos estimula o crescimento das fronteiras em direção às periferias por parte das pessoas que não conseguem manter o custo de vida no aglomerado urbano e por pessoas que buscam qualidade de vida distante dos grandes centros, criando espaços de difícil caracterização.

A busca pelo campo é uma forma de entrar em contato com uma realidade diferenciada daquela vivenciada cotidianamente. Buscam-se atributos não encontrados nos espaços urbanos. Se os problemas ambientais e sociais de tais espaços (poluição atmosférica e dos cursos d'água, desconforto térmico em virtude da escassa vegetação, aumento da violência, barulho, mau cheiro) constituem-se como fundamento para a busca de uma outra realidade, então essa busca transforma-se em uma estratégia para a construção de outros territórios, consequentemente, para a formação de novas territorialidades. É o que acontece, por exemplo, com as chácaras de recreio e os hotéis-fazendas (BAGLI, 2006, p.153).

Assim, a preferência da população urbana com maior poder aquisitivo vem crescendo por esse desejo de residir em áreas com condições ambientais superiores àquelas encontradas nas áreas centrais da cidade. Contudo, o crescimento das periferias urbanas em detrimento das áreas centrais também gera gastos devido à necessidade de expansão da infraestrutura, tais como redes de água e esgoto, transmissão de energia e dos meios de transporte coletivo.

Campos (2018) aponta que o fenômeno da periurbanização é resultante, principalmente, de três processos. O primeiro processo é o de marginalização de uma parte da população que passa a residir em áreas periféricas consideradas periurbanas, seja pelo preço da terra, que é mais acessível, ou por conta dos empreendimentos públicos de moradias como os conjuntos habitacionais destinados a essa população. Os conjuntos habitacionais em si não causam a periurbanização, porém as escolhas do local pelo poder público para implantação dos conjuntos habitacionais intensificam o processo.

No caso de Presidente Prudente, diversos conjuntos habitacionais serviram a essa finalidade, além de afastar as famílias mais pobres do núcleo urbano central. A título de exemplo podemos identificar o Conjunto Habitacional Ana Jacinta (Figura 2), que serviu à especulação imobiliária e também contribuiu para o processo de periurbanização de uma grande área, que permaneceu e permanece ociosa, constituindo-se em um grande vazio urbano.

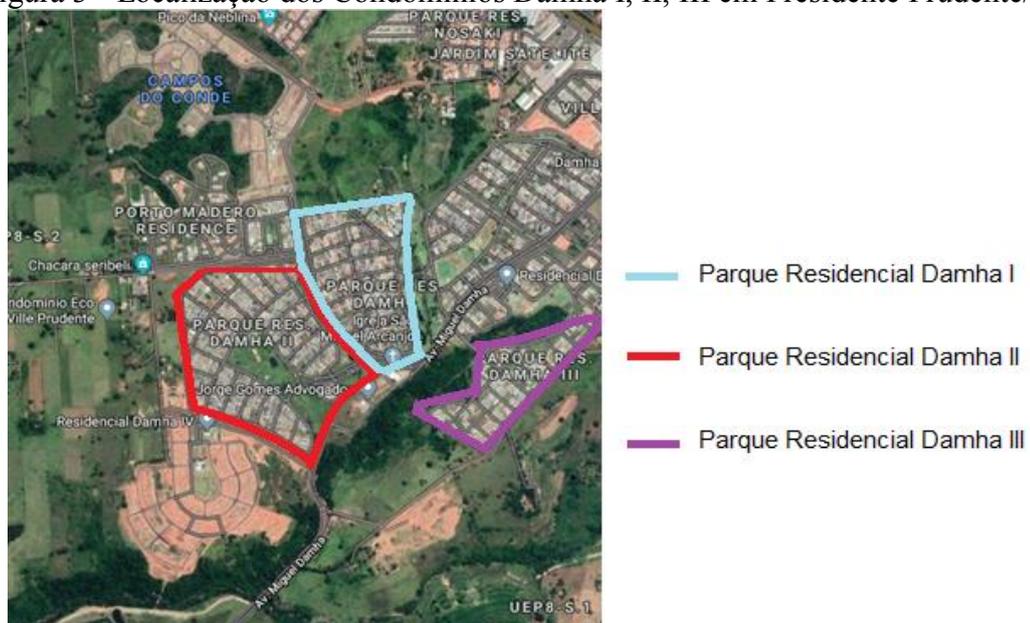
Figura 2 - Localização do Conjunto habitacional Ana Jacinta em Presidente Prudente/SP



Fonte: Google maps. Acesso em 05/01/2020

O segundo processo é o de autoss segregação, quando uma parte da população da cidade passa a residir em áreas periurbanas, como forma da população de classe média e alta buscar uma maior qualidade de vida (CAMPOS, 2018). Em Presidente Prudente podemos citar como exemplo os condomínios de alto padrão Damha I, II e III que estão afastados do núcleo urbano (Figura 3).

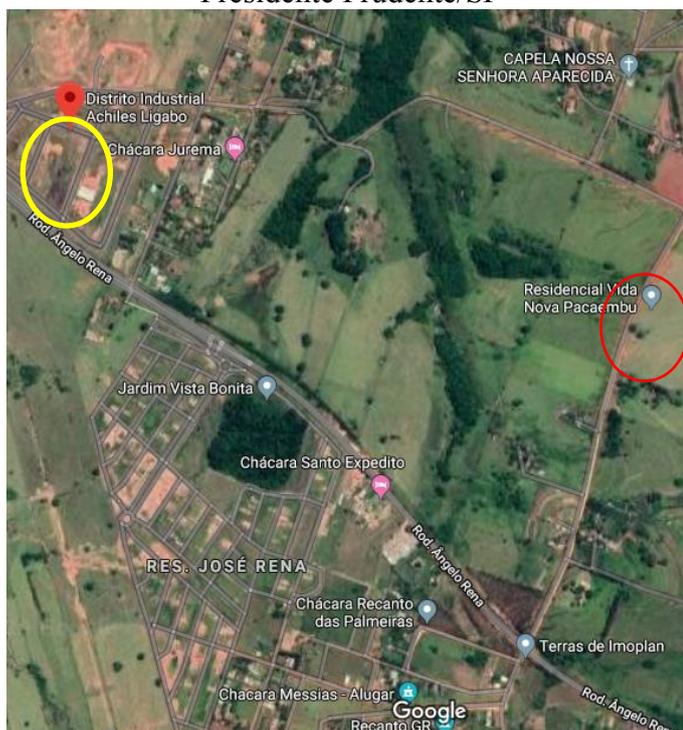
Figura 3 - Localização dos Condomínios Damha I, II, III em Presidente Prudente/SP.



Fonte: Google maps. Acesso em 05/01/2020

“O terceiro processo se dá por meio da construção de empreendimentos públicos ou privados como aeroportos, fábricas e infraestruturas turísticas” (CAMPOS, 2018, p.37). No município de Presidente Prudente, um espaço com essas características começa a se formar, impulsionando uma nova dinâmica socioeconômica e aumentando a densidade populacional do local. Trata-se do novo Distrito Industrial Aquiles Ligabo (Figura 4), localizado às margens da Rodovia Ângelo Rena e do Residencial Vida Nova Pacaembu, ambos próximos de um antigo bairro de chácaras, Terras de Imoplan, também resultante do processo de periurbanização.

Figura 4 - Localização do novo loteamento e do Distrito Industrial Aquiles Ligabo em Presidente Prudente/SP



Fonte: Google maps. Acesso em 05/01/2020

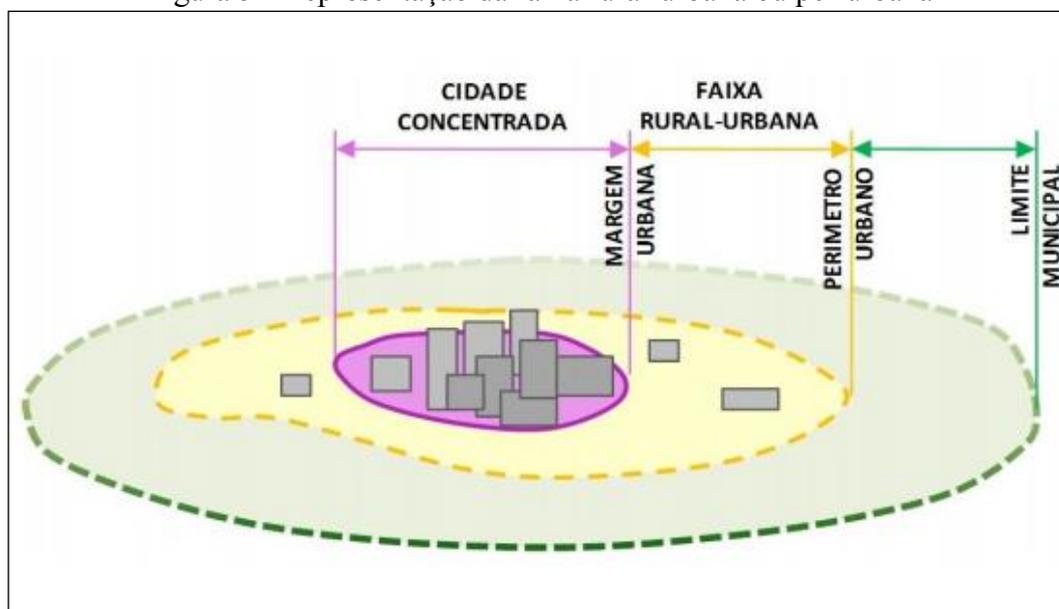
Assim, os espaços periurbanos possuem uma dinâmica completamente diferente das que ocorrem nos âmbitos urbanos e rurais tradicionais. Nesses locais, coexistem atividades agrícolas, pousadas, segundas residências, áreas de reserva, chácaras, entre outros. Da mesma forma, as pessoas que residem nos espaços periurbanos vivem da atividade agropecuária ou utilizam essas áreas apenas como moradia, desenvolvendo atividades diárias tipicamente urbanas, constituindo-se em espaços bastante heterogêneos.

As diversas dinâmicas que envolvem os municípios brasileiros produzem espaços heterogêneos em todo o território. Tais situações são pautadas nas relações entre a cidade e o campo, e se apresentam como espaços cujas características que os definem vão sofrendo

alterações ao longo do tempo, produzindo relações diferenciadas em locais com características específicas.

A área do perímetro urbano passa a se constituir de espaços urbanos e espaços em processo de urbanização, pois as áreas rurais que foram incorporadas no perímetro urbano devido à especulação imobiliária acabam sendo loteadas e os terrenos são negociados por um valor muito superior. França e Bergamaschi (2011) reinterpretam o modelo de Bryant, Russwurm, McLellan (1982) (Figura 5), identificando a área que corresponde à cidade concentrada, à faixa rural-urbana, ao espaço periurbano e à área rural do município para facilitar a compreensão do que os referidos autores consideram como área periurbana, reafirmando a importância de se conhecer as características desses espaços para compreender suas particularidades.

Figura 5 - Representação da faixa rural-urbana ou periurbana



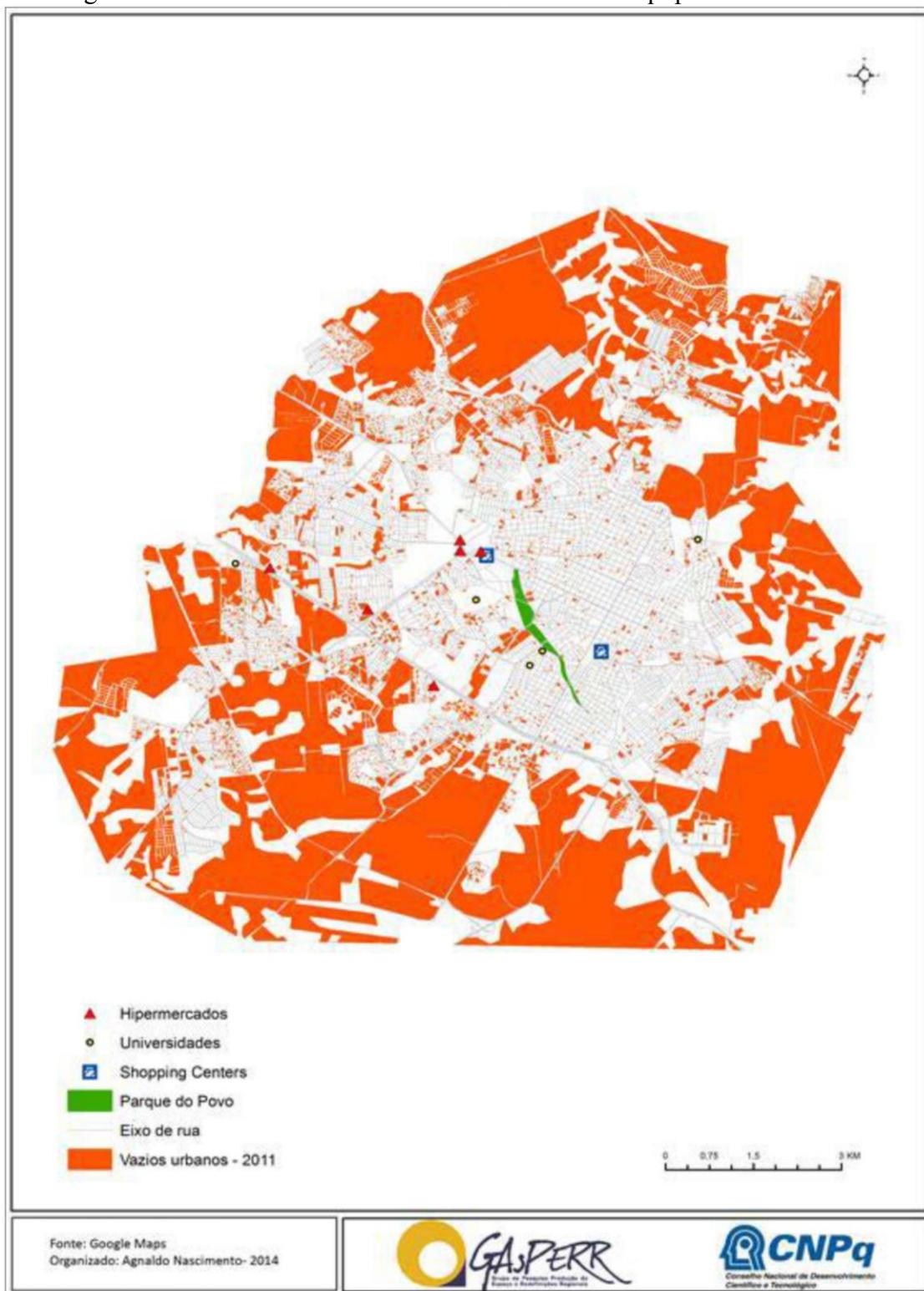
Fonte: França; Bergamaschi (2011, p. 6)

Dessa maneira, é possível perceber que as relações nesses espaços são diferenciadas pelos usos do solo urbano e rural, associadas aos interesses de grupos que detêm capital suficiente para alimentar a especulação imobiliária e contribuem, consideravelmente, para a transformação dos usos agrícolas do solo para usos habitacionais, acarretando a incorporação de novas áreas ao perímetro urbano.

Como já foi evidenciado por meio dos exemplos, no município é possível identificar um processo de periurbanização crescente com o loteamento de condomínios fechados nos limites do município, bem como a construção de bairros populares gerando também grandes

áreas de vazios urbanos, conforme se verifica na figura 6, elaborada por Nascimento (2014). Esses espaços contribuem para a valorização das áreas que se encontram entre o núcleo urbano principal do município, possibilitando a chegada da infraestrutura nesses locais.

Figura 6 - Presidente Prudente/SP: Vazios urbanos e equipamentos urbanos.



Fonte: Extraído de Nascimento (2014, p. 120).

Vale ressaltar aqui uma distinção entre espaços ociosos e vazios urbanos. Os espaços ociosos podem ser identificados em qualquer área da cidade. Na área central, por exemplo, a obsolescência dos espaços públicos vem sendo apontada como causa de alguns problemas sociais da localidade, como uso inadequado dos espaços, prostituição e vandalismo que, além de depreciar o patrimônio público, também colocam em risco os moradores.

Em Presidente Prudente podemos citar, como exemplo, os prédios que atendiam às demandas da linha férrea. Muitos desses prédios permaneceram abandonados por anos, alguns foram revitalizados e atendem ao interesse social, onde foram instalados o Poupa Tempo, um centro cultural e um centro de eventos. Esse aspecto social é de grande relevância para o espaço e está embasado em instrumentos urbanísticos definidos e aprovados na Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da cidade), que preconiza ações voltadas a esse fim.

No entanto, existem várias praças com pouco ou nenhum atrativo que favoreça a circulação ou permanência de pessoas, como é o caso da praça ao lado da Rodoviária. Essa praça permaneceu cercada por grades durante muitos anos com a finalidade de evitar vandalismo, prostituição, tráfico e uso de drogas. Mesmo após a retirada das grades, ainda é um lugar que oferece pouca segurança à circulação de pessoas.

Com relação aos vazios urbanos, é fato que a terra não está vazia; esse termo está relacionado ao tipo de uso do solo, como, por exemplo, o uso especulativo, cujo propósito é a valorização da terra urbana para futura comercialização.

Os vazios urbanos incluem outras áreas, terrenos sem construção, terras especulativas, terras devolutas, terrenos subaproveitados. Nascimento (2014) entende os vazios urbanos como áreas privadas ou públicas dentro do perímetro urbano, sem nenhum tipo de construção, podendo ser loteadas ou não, considerando os vazios como um elemento estruturador da forma urbana.

O processo de periurbanização envolve o aumento dos vazios urbanos, são incorporadas áreas que não atendem à função social da cidade e da propriedade, tornando-se objeto da especulação imobiliária. Essas áreas são organizadas de acordo com os recortes territoriais oficiais e as legislações vinculadas a esses recortes, como a Lei do Perímetro Urbano e a Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do solo, dificultando ainda mais a identificação das áreas periurbanas.

Considerando as dificuldades em caracterizar os espaços periurbanos pelas atividades que são desenvolvidas nessas áreas, pela função social da terra, pela forma como ocorre o uso e a ocupação da terra e pelos entraves relacionados às legislações que organizam os recortes

territoriais, é possível elencar alguns fatores que, relacionados, podem oferecer perspectivas para definição e identificação desses espaços.

Os espaços periurbanos localizam-se na periferia das áreas urbanas; não existe consenso sobre um limite exato para a extensão do espaço periurbano; a pluriatividade é marcante nesses espaços; há dependência com relação à cidade, principalmente ao que concerne à fonte de rendimento e às relações que se estabelecem com a cidade, podendo encontrar situações muito distintas: áreas consideradas urbanas do ponto de vista legal, onde se vive da produção agrícola e o oposto das propriedades rurais, que não são utilizadas como local de trabalho nem moradia, servindo como residência secundária ou espaço de locação para fins de lazer e descanso.

Mas, por que se faz tão importante essa discussão que envolve conceitos, termos técnicos imprecisos, como perímetro urbano, e legislações que definem arbitrariamente o que é urbano e o que é rural? O grau de relevância é proporcional à influência direta que afeta a população que reside e produz nessas áreas. Um produtor agrícola localizado na área urbana paga o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que é recolhido pelo município e que possui um valor muito mais alto que o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), imposto sobre a terra rural, que é recolhido pela União. Porém, ambos são considerados agricultores urbanos por meio da interação com o ecossistema urbano, mesmo que a propriedade seja considerada rural. Tal situação causa desigualdades entre os dois produtores cuja produção e o destino dela seja o mesmo. Tal fato ainda pode ser verificado no acesso a políticas públicas destinadas ao produtor familiar que produz na área rural.

O espaço periurbano é um espaço diferenciado, que não pode ser considerado urbano, quando pensamos em infraestrutura, uso do solo, modo de vida e dotação de equipamentos urbanos; e também não pode ser considerado rural, pois possui adensamento populacional e de edificações, sendo que muitas pessoas que residem nos espaços periurbanos desenvolvem atividades urbanas. Um mosaico que reflete múltiplas paisagens com características urbanas e rurais, com diferentes usos do solo e com uma relação estreita do urbano com o rural.

Assim, no município de Presidente Prudente, não temos uma área bem definida ou bem delimitada que compreenda o espaço periurbano, mas sim um conjunto de paisagens que revelam elementos urbanos e rurais com características bastante heterogêneas no limite da cidade, configurando o que se pode definir como espaço periurbano.

CAPÍTULO 2. AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA (AUP)

A concepção de que o rural é onde se desenvolvem as práticas agropecuárias (cultivos e pecuária), e o urbano onde se desenvolvem as atividades de indústria e comércio, não abarca todas as situações que podem ocorrer nesses espaços, como foi evidenciado no capítulo 1. O desenvolvimento da agricultura no espaço urbano e periurbano exemplifica uma dessas situações que ocorrem fora da visão tradicional de urbano e rural.

O desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana não é um fenômeno recente, o cultivo de alimentos sempre esteve presente nos quintais de residências urbanas. Porém, a AUP tem ganhado um elevado e crescente interesse, uma vez que desempenha um papel muito importante na alimentação das populações urbanas (AQUINO; ASSSIS, 2007).

O recente interesse na AUP nos leva a interrogar o que é a agricultura urbana e periurbana? Para responder a esse questionamento é necessário discutir o conceito de agricultura urbana, bem como suas interações com outros temas de interesse na atualidade.

Existem diferentes definições de AUP e ainda não existe um consenso sobre um conceito que explica o que é a agricultura urbana. De acordo com Mougeot (2005), alguns elementos são determinantes para diferenciar a AUP da agricultura rural, tais como a interação com o sistema urbano e a utilização de pequenos espaços para a produção. No entanto, o que chama atenção são suas contribuições em diversos segmentos, tais como o bem estar social, a economia e o meio ambiente (SMIT, RATTA, NASR, 1996).

A importância das contribuições da AUP está em evidência em diversos países do mundo. Cuba é um dos exemplos bem sucedidos de AUP e serve de referência quando se trata de produção de orgânicos (LEME, 2012). A AUP permite a geração de emprego e renda, pode usar espaços ociosos da cidade e permite uma melhoria na qualidade da alimentação.

Contudo, a agricultura urbana e periurbana, assim como a agricultura rural, necessitam de políticas públicas para seu desenvolvimento e ampliação. Nesse sentido, muitas ações de governos estaduais e municipais têm possibilitado alguns avanços na AUP no Brasil, além de existir uma grande quantidade de estudos recentes que têm evidenciado as potencialidades da AUP na geração de emprego e renda e no desenvolvimento sustentável.

Ao longo deste capítulo, a definição de agricultura urbana, suas contribuições e as políticas públicas que são destinadas a essa modalidade são discutidas com maior nível de detalhamento, de modo a contribuir com o debate sobre as características que diferenciam a agricultura urbana e periurbana da agricultura rural.

2.1 Definições, conceitos e considerações sobre a AUP.

A agricultura é uma das atividades mais antigas desenvolvidas pelo homem; conhecida pela domesticação das plantas, ela alterou completamente o modo de vida do nomadismo para o sedentarismo, o que possibilitou a organização social e econômica tal como é desenvolvida na atualidade. Durante o período neolítico, iniciou-se um processo de construção de moradias duráveis, o desenvolvimento da agricultura e a criação de animais. Assim, “a agricultura neolítica se expandiu pelo mundo de duas formas principais: os sistemas pastorais e de cultivo de derrubada-queimada” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p.45).

Os primeiros sistemas de cultivo foram sendo substituídos por diversos outros sistemas e em cada região do mundo as sociedades foram desenvolvendo sistemas agrários com características distintas.

Séculos mais tarde, na metade norte da Europa, a revolução agrícola da Idade Média Central produziu os sistemas com alqueive e tração pesada, com o uso do arado charrua e da carreta. Em seguida, dos séculos XIV ao XIX, a primeira revolução agrícola dos tempos modernos gerou os sistemas de cultivos baseados na cerealicultura com forrageiras e sem alqueive (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 46).

As relações capitalistas de produção e consumo do final do século XX e início do século XXI afetaram as dimensões política, econômica e social em escala planetária; tal conjuntura proporcionou novas formas de organização do espaço. Dentre essas novas formas de organização do espaço temos a presença do rural no urbano, fato relevante nesta pesquisa, por meio da ação de agentes que praticam atividades agrícolas. As atividades agrícolas têm se tornado marcantes nas cidades e oferecem novas perspectivas para a segurança alimentar.

Nos países subdesenvolvidos da África, Ásia e América Latina, incluindo o Brasil, a produção agrícola nas cidades surge como resposta às crises e dificuldades econômicas enfrentadas por grande parte da população. Os movimentos em prol da agricultura urbana buscam o enfrentamento da pobreza urbana oferecendo perspectivas que envolvem a produção de alimentos e a geração de renda (SMIT, RATTA, NASR, 1996).

As transformações no processo produtivo agrícola acompanham as transformações ocorridas na sociedade. No século XX, a segunda revolução agrícola é marcada pela revolução nos transportes, da mecanização da produção e fertilização com o auxílio de insumos químicos.

A segunda revolução agrícola prolongou, ao longo do século XX, essa primeira fase da mecanização. Para tal, ela apoiou-se no desenvolvimento de novos meios de

produção agrícola originários da segunda revolução industrial: a motorização (motores a explosão ou elétricos, tratores e engenhos automotivos cada vez mais potentes), a grande mecanização (máquinas cada vez mais complexas e eficientes); e a quimificação (adubos minerais e produtos de tratamento) (MAZOYER; ROUDART, 2010, p.420).

Essa fase representou mudanças no processo produtivo agrícola e tem como desdobramento a Revolução Verde, nos anos 1950, representando transformações no desenvolvimento técnico e tecnológico na agricultura contemporânea, com a utilização de fertilizantes, agrotóxicos e a motorização-mecanização da produção, que marcam o período.

O termo agricultura, desde sua origem, sempre esteve associado ao meio rural; porém, com os avanços tecnológicos cada vez mais vem distanciando o agrícola do rural tal como é caracterizada por meio da cultura popular.

A produção agrícola que demandava grandes áreas, que possuía pouco aparato técnico e que era dependente dos fenômenos da natureza sofreu profundas transformações por meio da expansão do agronegócio, dos avanços tecnológicos nas atividades rurais cujo objetivo “é o de fabricar instrumentos apropriados para aumentar a produtividade da terra e do trabalho e também para submeter o processo produtivo ao capital” (MATOS; PÊSSOA 2011, p. 300) e também do surgimento de atividades não agrícolas no espaço rural.

As definições sobre a agricultura urbana ainda estão em construção, apresentam aspectos que necessitam de análise e aprofundamento, além disso, envolvem uma quantidade muito grande de elementos e variáveis que ainda precisam ser delimitados. Na publicação da EMBRAPA Cerrados sobre agricultura urbana, Machado e Machado (2002) apresentam uma definição de agricultura urbana:

A definição de agricultura urbana refere-se à localização dos espaços dentro e ao redor das cidades ou áreas urbanas. A área intra-urbana refere-se a todos os espaços dentro das cidades que podem ter algum tipo de atividade agrícola. Podem ser áreas individuais ou coletivas ou ainda áreas públicas dentro e entre os contornos das cidades, incluindo as vias públicas, praças, parques e áreas ociosas como lotes e terrenos baldios (MACHADO; MACHADO, 2002, p. 11-12).

Na definição apresentada pelos autores, a área é o fator que determina a agricultura urbana. Ao buscar definir a agricultura periurbana, apontam para a complexidade em relação à sua localização. Afirmam que a agricultura periurbana

Deve estar próxima à cidade, mas o limite pode variar de 10 a 90 km, dependendo do desenvolvimento da infra-estrutura de estradas e dos custos de transporte. A agricultura periurbana por sua vizinhança com as áreas rurais, interfere nas mudanças da agricultura, de forma geral e pode combinar o trabalho rural com o não

rural, o que, em determinado momento pode ser uma vantagem. Muitas áreas que há pouco tempo eram consideradas rurais, hoje são áreas de agricultura periurbana (MACHADO; MACHADO, 2002, p. 12).

Nota-se que tal definição apresenta algumas limitações ao considerar apenas a localização (urbana) como fator de definição da agricultura urbana, uma vez que a AUP também envolve o tipo de cultivo, o tamanho dessas áreas, entre outros elementos que a distinguem da agricultura rural.

Segundo Madaleno (2000), a agricultura é a soma das tarefas capazes de transformar o meio natural para a produção de vegetais e criação de animais úteis ao homem. Nesse sentido, a agricultura urbana difere da agricultura rural por ser desenvolvida no espaço urbano, porém não só por esse elemento como também pelo fato de estar inserida no contexto urbano e fazer parte de sua dinâmica. O Grupo Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (GNAU), de Cuba, define a agricultura urbana como sendo

a produção de alimentos dentro de perímetro urbano e periurbano, aplicando métodos intensivos, tendo em conta a inter-relação homem - cultivo - animal - meio ambiente e as facilidades da infraestrutura urbanística que propiciam a estabilidade da força de trabalho e a produção diversificada de cultivos e animais durante todo o ano, baseadas em práticas sustentáveis que permitem a reciclagem dos resíduos (GNAU, 2002).

De acordo com Mougeot (2005), o conceito de agricultura urbana é ainda impreciso e está em construção. Existem diferentes definições que podem colaborar com a construção desse conceito, entretanto as definições mais usuais desprezam a característica que realmente determina essa modalidade: “a agricultura urbana é diferente da agricultura rural (e complementar a ela) justamente porque ela está integrada no sistema econômico e ecológico urbano” (MOUGEOT, 2005, p. 2). A agricultura é considerada urbana, pois está inserida na dinâmica urbana, em uma relação de interdependência.

Segundo Santandréu e Lovo (2007), no documento da FAO, *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção*, a AUP

é um conceito multi dimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao auto consumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades.

Essa definição visa alcançar as mais variadas formas de representação da AUP encontradas, bem como as diferentes relações, as dinâmicas e processos que envolvem a AUP. A combinação dessas variáveis pode explicar diferentes fenômenos de agricultura urbana e periurbana em diferentes municípios, estados e países do mundo. Por exemplo, nas áreas urbanas de Presidente Prudente são desenvolvidas atividades agrícolas essencialmente comerciais, enquanto em Campinas, SP há uma presença muito forte das hortas comunitárias, ambas as situações representam a agricultura urbana.

Os tipos de cultivos, a produção em pequenos espaços, o trabalho familiar, entre outros elementos caracterizam tanto a agricultura urbana como a rural, impossibilitando a utilização desses elementos sem considerar suas particularidades para definir a agricultura urbana. No entanto, as definições usuais de agricultura urbana são caracterizadas pela presença de alguns desses elementos determinantes: tipos de atividade econômica, localização, área onde ela é praticada, escala e sistema de produção, as categorias dos produtos e sua destinação (figura 7).

Figura 7 - Determinantes da agricultura urbana e periurbana.



Fonte: Adaptado de Mougeot (2005).

Considerando todos esses elementos e a interação com o ecossistema urbano, Mougeot (2005, p. 7) considera que a agricultura urbana

é a praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópolis), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios,

(re) utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana.

Para cada um dos elementos da agricultura urbana e periurbana temos suas especificidades, o que torna ainda mais difícil a elaboração de um conceito/definição para a AUP. Em seus estudos, Mougeot (2005) identifica diversos critérios quanto ao tipo de área em que se desenvolve a AUP. Tais critérios variam de um autor para o outro, há critérios em relação à residência do produtor, se a área é construída ou não, a relação quanto ao uso e a posse da área e a categoria oficial do uso do solo da zona onde se pratica a agricultura urbana (residencial, industrial, institucional etc.). Santandréu e Lovo (2007), para analisarem os espaços de desenvolvimento da AUP no Brasil, adotam a tipologia de Terrile (2006) para os tipos de áreas em que pode ser desenvolvida a AUP.

Quadro 3 - Tipologias possíveis para atividades de AUP

Tipologia	Espaços característicos
ESPAÇOS PRIVADOS	Lotes vagos; Terrenos baldios particulares ou com dúvidas sobre a propriedade; Lajes e tetos; Quintais ou Pátios; Áreas periurbanas; Áreas verdes em conjuntos habitacionais.
ESPAÇOS PÚBLICOS	Terrenos de propriedade Municipal, Estadual e Federal com espaços possíveis de utilização de acordo com a caracterização feita nas linhas abaixo:
Verdes urbanos	Praças e parques.
Institucionais	Escolas e Creches; Posto de Saúde; Hospitais; Presídios; Edifícios Públicos e privados.
Não edificáveis	Laterais de vias férreas; Laterais de estradas e avenidas; Margens de cursos d'água; Áreas inundáveis; Faixa sob linhas de alta tensão; Ambientes aquáticos (rios e lagoas).
Unidades de Conservação	Áreas de Proteção Ambiental; Reservas Ecológicas; Outras unidades desde que seja permitido o manejo e uso de potencialidades
Áreas de tratamento	Aterro sanitário; Lagoas de oxidação.

Fonte: Terrile, (2006 *apud* Santandréu e Lovo, 2007).

Nesta pesquisa foram encontrados diferentes tipos de áreas de produção de agricultura urbana e periurbana, áreas com residência do produtor, terrenos públicos e privados. São áreas

da prefeitura, terrenos baldios, propriedades rurais, terrenos de vizinhos, entre outros. Logo, os espaços privados são mais recorrentes no desenvolvimento da AUP no município de Presidente Prudente.

Na Figura 8, é mostrada uma propriedade particular de área residencial e comercial margeada por uma avenida do bairro Jardim Cobral. Nessa área, são cultivados vegetais (folhagens e tubérculos) orgânicos com certificação.

Figura 8 - Propriedade localizada no jardim Cobral em Presidente Prudente/SP



As atividades econômicas da AUP estão relacionadas à produção agrícola em si e também ao processamento e comercialização, que estão condicionados à proximidade do mercado consumidor. As atividades relacionadas à AUP contribuem para o desenvolvimento econômico dos espaços urbanos e periurbanos locais, pois utilizam os recursos humanos e materiais encontrados na área urbana. Para Santandréu e Lovo (2007), as atividades de AUP compreendem cinco categorias:

- Produção: agrícola, pecuária e de insumos.
- Transformação: de forma artesanal, familiar ou comunitária, promovida pela sociedade civil ou poder público.
- Comercialização.

- Autoconsumo, trocas e doações a espaços institucionais ou à população da comunidade.
- Prestação de Serviços.

De acordo com Mougeot (2005), a agricultura urbana interage de muitas maneiras com o ecossistema urbano ao usar insumos, serviços e recursos produzidos na área urbana e ao fornecer seus produtos para os habitantes da cidade também.

As atividades de produção agrícola no espaço urbano são estabelecidas para complementar a rural em termos de auto abastecimento e comercialização. De acordo com Machado; Machado (2002), a AUP é apoiada pela comunidade e proporciona um sistema de ligação entre produtor e consumidor. A produção é pequena e artesanal e vinculada à demanda da comunidade e dos consumidores. No entanto, há áreas onde a produção é grande e destinada exclusivamente à comercialização.

Assim, ainda que a AUP possa ter uma produção limitada quantitativamente, se comparada à agricultura praticada em áreas rurais a escala de produção costuma ser subestimada. Nas unidades maiores onde o objetivo é a venda, esses produtos são comercializados nas feiras e no mercado local: restaurantes, quitandas, supermercados, entre outros. Inclusive, alguns grupos de produtores chegam a se organizar para a criação de cooperativas e agroindústrias de beneficiamento de alguns produtos. No caso de Presidente Prudente, alguns dos produtores entrevistados fazem ou fizeram parte de associações de produtores.

Parte essencial da agricultura urbana consiste no que é produzido. De acordo com a FAO, a AUP inclui atividades como a silvicultura, o cultivo de plantas ornamentais e medicinais, a criação de animais e os cultivos de alimentos, tais como a horticultura e árvores frutíferas.

Aquino e Assis (2007) também tecem considerações a respeito do tipo de produtos da AUP, identificando a presença da produção vegetal e chamando a atenção para a presença da produção animal.

A AU refere-se não somente à produção vegetal, mas também à criação de animais (aves, abelhas, peixes, coelhos e outros). O sistema agrícola urbano pode ser uma combinação de muitas atividades diferentes, incluindo desde a horticultura e o cultivo de cereais, como milho e feijão, à integração com a produção de animais, aproveitando-se restos vegetais na alimentação destes através de compostagem, isoladamente ou em conjunto com esterco oriundo das criações (AQUINO; ASSIS, 2007, p.143).

Dessa forma, os tipos de produto variam bastante, as definições usuais os diferenciam quanto à finalidade do consumo: humano ou animal e também quanto aos tipos de produtos, vegetal ou animal. A produção vegetal inclui ervas aromáticas, plantas medicinais, árvores frutíferas, grãos, raízes, tubérculos e hortaliças, entre outros. A criação de animais inclui galinhas, coelhos, cabras, carneiros, bovinos, suínos, ramsters, entre outros.

Segundo Mougeot (2005) nas definições sobre os tipos de produtos da agricultura urbana, há uma ênfase nas hortaliças, que correspondem aos produtos mais encontrados nas áreas de AUP. Neste trabalho também identificamos as hortaliças como principal produto da agricultura urbana; existem ervas aromáticas, a criação de pequenos animais, mas com pouca expressividade. Quanto à destinação dos produtos, a produção da AUP tem como destino o autoconsumo e a comercialização.

Assim, pode-se compreender que a agricultura urbana e periurbana é constituída por um conjunto de práticas produtivas econômicas e sociais que fazem uso das áreas disponíveis nos espaços intraurbano e periurbanos para se desenvolver, garantindo a subsistência e a comercialização. Seja qual for a definição utilizada pelos diferentes autores nos diversos países do mundo, a AUP é bastante ampla e inclui a criação de animais, alimentos, plantas ornamentais e medicinais.

A agricultura urbana e periurbana é uma modalidade de produção que envolve pequenos espaços. Desse modo, a AUP pode se desenvolver em diferentes áreas como, por exemplo, quintais, parques, lajes de cobertura residencial e comercial (*shopping centers*), escolas públicas, terrenos vazios, ao longo de avenidas, em áreas próximas aos fundos de vale, em espaços públicos e privados por meio da iniciativa pública, particular, das comunidades e da sociedade civil de modo geral.

Os sistemas e escala de produção, de acordo com Mougeot (2005), são diversos, todos os tipos são aceitos, embora as pesquisas se concentrem nas micro, pequenas e médias empresas, individuais ou familiares, em oposição às empresas de grande escala, nacionais ou estrangeiras.

Arruda (2006) propõe uma tipologia para a caracterização dos sistemas de produção da AUP que envolvem os tipos de produtos, localização e as técnicas utilizadas. Com base nas análises dessa autora, e também dos dados levantados das características da AUP, propõe-se uma caracterização da AUP, conforme indicado no Quadro 4.

Quadro 4- Características dos sistemas de produção da agricultura urbana e periurbana

Sistemas	Produtos	Localização	Técnicas
Agroflorestal	Combustíveis, frutas e sementes, compostagem e materiais de construção.	Ruas, jardins, áreas de encostas, cinturões verdes, parques e zonas agrícolas.	Arborização de ruas e implantação de pomares.
Aquicultura	Peixes, frutos do mar e algas marinhas.	Lagos, riachos, estuários, lagunas e zonas pantanosas.	Criação em gaiolas ou em viveiros.
Criações	Leite e ovos, carne, esturme, peles e pelos.	Áreas de encostas, espaços urbanos e periurbanos.	Criação em confinamento.
Diversificadas	Plantas de ornamentais, flores e plantas exóticas.	Serras, parques e praças, telhados, sacadas de prédios.	Cultivo protegido (estufas), plantas envasadas e canteiros suspensos.
Horticultura	Cultivos agrícolas, frutos, flores e medicinais.	Jardins, parques, terrenos baldios, telhados, espaços urbanos, periurbanos e rurais.	Cultivo protegido, hortas, hidropônica e canais de cultivo.

Fonte: Adaptado de Arruda (2006, p.15).

Dentre as manifestações mais encontradas nos estudos sobre AUP está a Horticultura/olericultura, que consiste no cultivo de vegetais em canteiros. Dada a diversidade de sistemas de produção de olerícolas, Arruda (2006) identifica que as hortas podem ser classificadas quanto ao:

- Tipo de exploração: diversificada, especializada, agroindustrial, social, educacional e terapêutica;
- Tipo de iniciativa: cultural ou induzida;
- Local onde são praticadas: residências, instituições (escolares, terapêuticas e/ou assistenciais), áreas públicas ou privadas emprestadas ou cedidas para fins comunitários e comerciais;
- Tipo de gestão: Individuais/Privadas: domésticas e comerciais. Coletivas: escolares, terapêuticas, comunitárias.

A AUP é uma atividade econômica que envolve dinâmicas e processos urbanos e rurais oferecendo novas perspectivas para os estudos relacionados à organização desses espaços, rebatendo as ideias que determinam o que é urbano e o que é rural e revelando a importância das atividades agrícolas no espaço urbano, como atividade econômica de grande importância para a solução de inúmeros problemas urbanos relacionados ao meio ambiente, à qualidade de vida, à oferta de alimentos e à geração de renda.

Conforme afirma Coutinho (2010), as práticas agrícolas interagem com as dimensões sociais, ecológicas e econômicas do urbano, mas ainda não são reconhecidas pelo planejamento urbano formal, embora estejam presentes no ambiente urbano e façam parte da dinâmica das cidades, fornecendo alimentos, gerando renda e transformando a área que ocupam.

Apesar dessa demanda e da disponibilidade de espaços para a realização da agricultura urbana, ainda persistem situações relacionadas à estrutura que inviabilizam o desenvolvimento da agricultura urbana, tais como o custo da água e da terra. A produção agrícola requer grande quantidade e qualidade de água para seu desenvolvimento.

O custo da terra urbana costuma ser muito mais elevado do que nas áreas rurais. Monteiro (2002) afirma que é impossível para a agricultura urbana arcar com os custos da terra e que sua prática acaba ocorrendo em áreas cedidas ou utilizadas por meio de acordos específicos, o que não garante a prática nos mesmos espaços por muito tempo; porém, mesmo que os espaços se alternem, os grupos de pessoas envolvidas com a agricultura urbana se mantêm.

A AUP é praticada por indivíduos ou organizações formais ou informais nas mais diversas condições sociais, sendo necessário para sua prática à disposição individual, coletiva e a viabilização das condições necessárias para tanto. A prática da AUP está relacionada também com o lazer, a saúde, a cultura, a economia e o ambiente. Destacamos o envolvimento de grupos vulneráveis como: mulheres, desempregados, migrantes rurais, portadores de necessidades especiais, crianças, jovens e idosos, produtores periurbanos, comunidades tradicionais entre outros (SANTANDREU; LOVO, 2007, p.12).

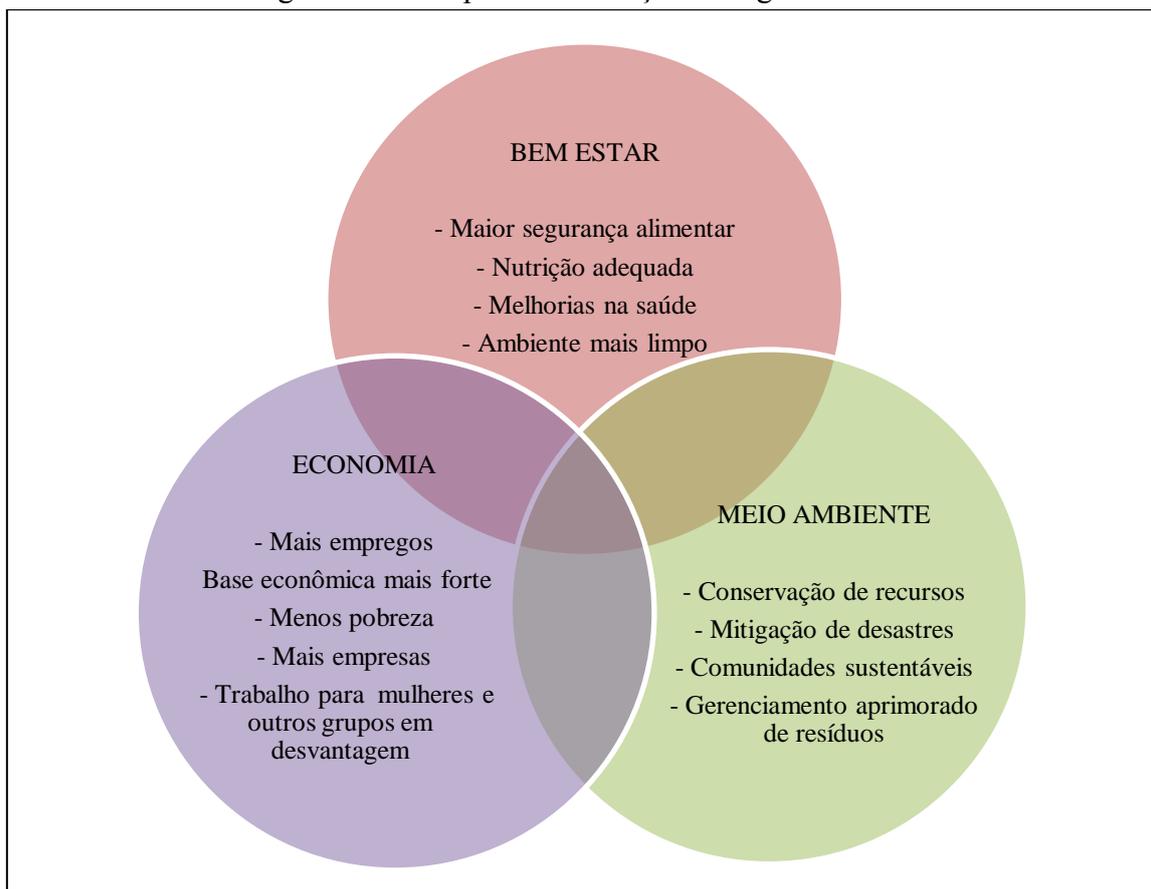
Esses grupos geralmente são compostos por pessoas que já residiram no campo, pois, além da busca por manter o modo de vida e sua herança cultural, é preciso dominar as técnicas de preparação do solo e de plantio. No entanto, nos últimos anos, outros grupos de pessoas preocupadas com uma alimentação saudável, com a preservação do meio ambiente e também com a qualidade de vida têm se envolvido com a AUP.

Os desafios são grandes, mas a AUP tem se mostrado como uma possibilidade para a garantia da segurança alimentar e nutricional e para a geração de emprego e renda. Portanto, os estudos desenvolvidos servem não apenas para caracterizar o que é a AUP em si, mas também as ações que têm sido desenvolvidas, estimular novas práticas, reconhecer a importância da AUP no plano político e servir como apoio para a elaboração de políticas públicas voltadas para essa modalidade específica, principalmente no que diz respeito à sua legitimação no espaço urbano.

2.1.1. Contribuições da AUP para a Segurança Alimentar, desenvolvimento sustentável e preservação do ambiente.

A agricultura urbana e periurbana contribui para a soberania alimentar e a preservação do meio ambiente. Smit, Ratta e Nasr (1996) analisam a AUP em 30 países. Para os referidos autores, a agricultura urbana possui um grande potencial, contribuindo para a saúde e o bem-estar, reduzindo a fome, fortalecendo o acesso a alimentos, melhorando a nutrição e as condições ambientais (figura 9).

Figura 9 - Principais contribuições da agricultura urbana



Fonte: Traduzido de Smit, Ratta e Nasr (1996, p. 159).

Os benefícios proporcionados pela AUP são, portanto, qualitativos e quantitativos, resultando em melhorias na qualidade da alimentação e no número de pessoas que têm acesso a ela. Assim, a AUP pode contribuir significativamente para combater a fome urbana e a desnutrição.

Sua contribuição pode ocorrer por meio da produção para consumo próprio, troca e/ou venda do excedente, possibilitando um equilíbrio nutricional, uma vez que esses alimentos

podem ser obtidos por meio da produção doméstica. Na produção para comercialização, a agricultura fornece alimentos mais frescos e com custo menor ao diminuir o tempo e a distância entre o produtor e o consumidor.

De acordo com Arruda (2006), os benefícios da AUP estão relacionados à utilização racional de espaços, ao desenvolvimento local, à segurança alimentar, à formação de microclimas e manutenção da biodiversidade, ao escoamento de águas das chuvas e diminuição da temperatura, à diminuição da pobreza e à geração de renda.

A FAO destaca a importância da AUP na preservação do meio ambiente, na alimentação e na geração de renda, principalmente nos países em desenvolvimento. A AUP não proporciona somente benefícios econômicos, mas influencia diretamente na qualidade de vida. Os agricultores urbanos e periurbanos de Presidente Prudente não somente se beneficiam com o exercício da atividade agrícola, mas também afirmam estar fazendo algo de bom para a sociedade e garantindo um acréscimo importante na composição da renda familiar.

Entre os benefícios para o meio ambiente está o aproveitamento de espaços ociosos nas áreas urbanas evitando o acúmulo de lixo e entulhos que, geralmente, são jogados nesses espaços. A limpeza e utilização dessas áreas para o cultivo de vegetais contribuem com mudanças na paisagem. Essa forma de intervenção é um dos aspectos mais relevantes, visto que tem se expandido para terrenos baldios e áreas de “vazios urbanos” que, muitas vezes, estão relacionadas à especulação imobiliária. Entendemos aqui que “a paisagem incorpora ao suporte físico os traços que o trabalho humano, que o homem como agente, e não como mero espectador, imprime aos sítios onde vive” (HOLZER, 1997, p. 81).

A paisagem resultante das ações humanas na natureza está em constante processo de transformação e nessa situação a substituição do lixo pela AUP não só imprime mudanças positivas na paisagem, como também contribui para controlar um problema urbano: a proliferação de insetos e vetores de doenças causadas pelo acúmulo de lixo e entulho nessas áreas.

A AUP é um dos componentes essenciais da segurança alimentar e deve ser incentivada em qualquer estratégia que busque promovê-la, uma vez que a AUP proporciona o fortalecimento do acesso aos alimentos à população de baixa renda e outros grupos vulneráveis; incorpora processos inovadores de produção de alimentos, tais como hortas comunitárias e produção de alimentos orgânicos; permite medidas preventivas de saúde,

principalmente melhorias nutricionais e gestão segura de resíduos (SMIT; RATA; NASR, 1996).

Diversos estudos apontam a importância da AUP para segurança alimentar no Brasil. Dentre esses, destacam-se os de Silva (2011), Teixeira (2011), Bezerra (2014), Paim (2017), Alberto (2017) e Grainer (2018), que enfatizam a AUP como forma de garantir o acesso à alimentação de qualidade para milhares de pessoas em diferentes municípios brasileiros.

De acordo com Paim (2017), o cultivo de alimentos contribui para melhorar a qualidade da alimentação, garante a procedência e qualidade desses alimentos, além de contribuir como forma de atividade física e lazer. O resultado das análises realizadas pela autora aponta para a satisfação pessoal dos produtores em produzir seus alimentos, a autossuficiência em relação a determinados alimentos o ano todo e a possibilidade de troca, doação e de obter uma renda com a venda do excedente. Além disso, em várias passagens do texto são mencionados os efeitos terapêuticos do envolvimento com a AUP: “O manejo das hortas gera benefícios para o corpo físico, amenizando tensões do dia a dia e reduzindo o estresse” (PAIM, 2017, p. 65).

A AUP também proporciona benefícios ao clima urbano como, por exemplo, as áreas com vegetação apresentam temperaturas menores em relação às áreas edificadas. De acordo com Machado; Machado (2002), a agricultura urbana está relacionada ao plantio de espécies vegetais destinadas à alimentação e também a todos os aspectos relacionados ao manejo da biodiversidade e ao meio ambiente. Todo cultivo vegetal e criação de animais presentes no espaço urbano, tais como arborização, jardins, aves, animais e plantas ornamentais relacionam-se à prática da agricultura urbana. Considerando essa afirmação,

todos os espaços da cidade podem constituir um contorno verde entre prédios, casas, vias públicas, praças, parques, encostas e alterar as condições climáticas locais, incrementar a umidade, reduzir a temperatura, proteger do vento e interceptar a radiação solar, criando lugares sombreados e protegidos. (MACHADO; MACHADO, 2002, p. 16).

A possibilidade de reutilização e reciclagem de resíduos também se destaca. A AUP pode contribuir para a sustentabilidade ambiental das cidades, bem como para evitar custos de eliminação de resíduos por meio da compostagem, que recicla os nutrientes dos resíduos orgânicos.

O ecossistema urbano ligado a atividades de agricultura urbana tem sido explorado primariamente pelos resíduos de lixo, gerado das atividades não agrícolas. O crescente interesse na ligação da agricultura urbana com o tratamento e recuperação dos lixos sólidos e líquidos é certamente um indicativo dos atrativos econômicos da

dimensão ecossistêmica urbana dessa modalidade de agricultura. (MACHADO; MACHADO, 2002, p. 15).

Embora haja preocupação quanto à origem desses resíduos e possibilidades de contaminação, os resíduos orgânicos que são destinados a aterros sanitários poderiam facilmente ser reaproveitados por meio de técnicas de compostagem. Em Presidente Prudente/SP foi iniciada, em 2019, no horto florestal, a produção de compostagem utilizando o material resultante da poda de árvores.

Em relação à economia, a AUP gera ocupação e cria oportunidades de trabalho para jovens, adultos e idosos. Os trabalhos na agricultura urbana fortalecem a base econômica, diminuem a pobreza e fomentam o empreendimento, gerando trabalho para mulheres e outros grupos marginalizados.

De acordo com Smit, Ratta e Nasr (1996), a AUP é uma atividade econômica competitiva e envolve milhares de produtores. Mobiliza uma grande quantidade de pessoas e gera postos de trabalho que não exigem alta qualificação ou grandes investimentos iniciais, além de ser uma forma de obter uma renda secundária. A AUP geralmente explora espaços não utilizados na cidade; dessa forma, coloca terras ociosas em uso produtivo.

Os benefícios econômicos da agricultura urbana e periurbana envolvem não somente a produção em si, mas os insumos necessários para a sua produção também mobilizam a economia urbana. A produção da AUP tem um efeito multiplicador significativo em diversos países do mundo. Conforme identificado por Smit, Ratta e Nasr (1996), os vendedores ambulantes de comida em Bangkok cultivam a própria comida que cozinham para vender. Em Bamako, Mali, os empresários fornecem composto escavado de lixões para atender à demanda dos agricultores por fertilizantes. A AUP oferece empregos seguros para muitos na cidade. Em algumas cidades, de um quinto a um terço de todas as famílias estão envolvidas na agricultura e a maioria não possui outra fonte de renda (SMIT, RATTÁ e NASR, 1996, p. 170). Os impactos da AUP na geração de emprego e renda já eram consideráveis no período em que o estudo foi realizado.

A geração de emprego e renda é um resultado muito importante e um incentivo às pessoas que se encontram em situação de pobreza e fome na área urbana, seja por meio da produção individual para autoconsumo, seja em hortas urbanas comunitárias que envolvem a comunidade e ganham força econômica (ARRUDA, 2006).

De acordo com Smit, Ratta e Nasr (1996), a AUP também proporciona a criação de mais empresas. Nesse sentido, os autores tratam de uma agricultura urbana comercial que movimenta a economia de algumas cidades de diversos países do mundo. No município de

Presidente Prudente/SP estamos estudando essa dimensão da AUP, seu potencial econômico e por isso são analisados os agricultores urbanos comerciais. Há desde pequenos produtores e comerciantes até grandes produtores consolidados com empresas próprias, como é o caso da Viva verde, com produção em larga escala de hortaliças hidropônicas e a Vida orgânica, com a produção certificada de vegetais orgânicos.

2.1.2. Experiências de AUP no Brasil e no mundo

Experiências com agricultura urbana e periurbana em países da África, Ásia, Europa e América Latina são identificadas em vários estudos voltados para essa prática em todo o mundo. De acordo com Arruda (2006), essa atividade já conquistou espaço no cenário mundial e tornou-se motivo de reflexão em vários campos do saber, como pode ser observado na obtenção de dados secundários a respeito da temática, sendo agora pensados e geridos por atores sociais diversos, como agricultores, governos em diferentes instâncias, universidades, além de Organizações Não Governamentais (ONGs) e da sociedade civil.

As experiências relatadas sobre a AUP no Brasil presentes neste trabalho são resultantes da análise de teses e dissertações e documentos técnicos produzidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pela FAO. Por meio da pesquisa realizada foi possível identificar 169 trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) que envolvem diretamente a AUP, em diferentes programas de pós-graduação, nas mais diversas áreas do conhecimento: Administração, Administração de Empresas, Administração Pública, Agroecologia, Agronomia, Anatomia patológica e Patologia clínica, Antropologia, Arquitetura e urbanismo, Ciência e tecnologia de alimentos, Ciências ambientais, Design, Ecologia, Economia, Educação, Enfermagem de saúde pública, Engenharia agrícola, Engenharia civil, Engenharia florestal, Engenharia de produção, Engenharia elétrica, Engenharia sanitária, Fitopatologia, Fitossanidade, Fitotecnia, Geografia, História do Brasil, Irrigação e drenagem, Meio ambiente e agrárias, Nutrição, Planejamento urbano e regional, Química orgânica, Recursos florestais, Saúde, Saúde Pública, Serviço Social, Sociologia e Turismo (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2019). Em Programas de Pós-Graduação em Geografia são 29 trabalhos entre teses e dissertações com pesquisas cujo tema principal é a agricultura urbana.

É sobre essa ótica que será investigado o desenvolvimento da AUP no município de Presidente Prudente/SP, considerando que essa modalidade de agricultura não é um fenômeno novo e que possui um grande potencial econômico, social e ambiental (MACHADO; MACHADO, 2002).

De acordo Madaleno (2002) *apud* Sequeira (2014, p. 25):

A AUP não é um fenômeno novo nas cidades, e atualmente é cada vez mais considerada como parte integral da gestão urbana, sendo uma ferramenta para a diminuição da pobreza, por meio da geração de renda e empregos. É também uma forma de trabalhar com o manejo ambiental. Neste sentido, a AUP no Brasil passa a integrar o rol de opções de políticas sociais que buscam o resgate da cidadania e da sustentabilidade urbana.

O desenvolvimento da AUP tem recebido importantes contribuições através dos estudos realizados pela EMBRAPA e por diversos pesquisadores, destacando-se dentre eles: Madaleno (2002), com estudos sobre agricultura urbana em Belém - PA; Arruda (2006, 2011), que desenvolveu seus estudos iniciais sobre os programas de hortas comunitárias em Campinas-SP e, posteriormente, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro; Ferreira (2009, 2013), com análises da AUP e a implementação de políticas públicas no Recife - PE; Coutinho (2010), que enfatiza as políticas de apoio à agricultura urbana em Belo Horizonte - MG; Leme (2012) com estudo voltado para a promoção de políticas públicas em Rio Claro - SP; Valdiones (2013) apontando as características da AUP no município de São Paulo e Sequeira (2014) apresentando as perspectivas e desafio da AUP na região metropolitana de Belém - PA.

Destacam-se também as pesquisas realizadas por Santandréu e Lovo (2007, 2011) que identificaram 635 iniciativas de AUP, sendo 537 com uma de suas atividades de produção, coleta ou extrativismo vegetal, 109 de produção animal, 12 de produção de insumos, 248 de atividades de comercialização (a maior parte combinada com autoconsumo), 66 de transformação e 175 atividades de serviços. As iniciativas estudadas estão localizadas em onze regiões metropolitanas do país: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP). Dentre as experiências analisadas, estão incluídas as iniciativas financiadas pelos governos federal, estaduais e municipais (por meio de políticas públicas direta ou indiretamente relacionadas à AUP), pela sociedade civil, organizações não governamentais, movimentos sociais, universidades e setor privado.

As atividades da AUP podem envolver a produção, a comercialização e também a transformação que agrega maior valor ao produto; no entanto, a diversidade e multiplicidade são umas das principais características nos estudos realizados por Santandréu e Lovo (2007). De acordo com os autores, 72% das experiências incluem como uma de suas atividades a produção e 49%, a comercialização. A transformação é a atividade com menor representatividade, o percentual de produtores que transformam os produtos é muito pequeno,

somente 16% das experiências transformam seus produtos de forma semi-industrial ou artesanal; porém, é ainda menor a quantidade de produtores que produzem, transformam e comercializam, apenas 2%. Os produtores que prestam algum tipo de serviço, como capacitação, pesquisa ou microcrédito totalizam 44%. A produção orgânica ou agroecológica inclui a metade (50%) das experiências produtivas na Região Sul e Sudeste, já no Norte e Nordeste chega a 60%.

Essas pesquisas demonstram uma variedade de atividades de agricultura urbana e periurbana, cuja produção em todas as cidades onde ocorrem tem como finalidade não somente o consumo familiar, como também a comercialização. De acordo com a literatura sobre agricultura urbana no Brasil, a partir da década de 1990 essa prática passou a constar na agenda política de algumas cidades como parte da gestão urbana, sobretudo nas cidades médias e nas regiões metropolitanas, buscando enfrentar desafios como pobreza urbana e insegurança alimentar.

Santandréu e Lovo (2007) apontam para a complexidade do desenvolvimento da AUP no Brasil, mostrando-se ainda pequena e voltada, na maioria dos casos, para a produção de hortaliças, criação de pequenos animais e lavouras “nem sempre dentro dos princípios agroecológicos, como seria de se desejar” (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 23). Fato que pode ser evidenciado no município de Presidente Prudente: o mais próximo que se chegou da agroecologia foram dois casos de produtores que produzem orgânicos, porém voltados para a agricultura comercial.

De acordo com o Santandréu e Lovo (2007), a complexidade da AUP no Brasil envolve, do ponto de vista social, o engajamento e a participação popular; do ponto de vista técnico, a necessidade de água, de terra para o plantio e das técnicas envolvidas no processo produtivo; e do ponto de vista pedagógico educativo, a necessidade de um programa educativo sobre as características alimentares e nutricionais.

Em relação aos atores, a sociedade civil e setor privado despontam como os maiores agentes de promoção da AUP em contraposição aos governos federal, estadual e municipal, mas a falta de verticalização da produção impede que a maioria das atividades gere renda e postos de trabalho. No Centro-Oeste, todas as 24 iniciativas analisadas estavam vinculadas com a sociedade civil e setor privado, enquanto no Sul e Sudeste esse patamar é de 52%. O Norte e Nordeste são díspares nesse quesito, onde se sobressaíram as prefeituras e os governos estaduais, com 47%, enquanto sociedade civil e setor privado, somados, tiveram 42%.

De acordo com os autores, as iniciativas mais antigas, em geral, são aquelas promovidas pela sociedade civil. O recente interesse governamental pelo tema pode ser observado devido a maioria das experiências promovidas terem até 4 anos, com exceção de Curitiba, com envolvimento da prefeitura ao longo de mais de 20 anos com experiências de AUP. Além da menor participação como ator provedor de agricultura urbana e periurbana, o poder público normalmente está vinculado a práticas convencionais de agricultura, enquanto as formas particulares de AUP são substancialmente orgânicas e agroecológicas.

Mesmo que não seja possível considerar as iniciativas da AUP como a grande solução para os problemas oriundos da aglomeração humana nas cidades, quando viabilizadas com um enfoque agroecológico elas conseguem ao menos diminuir uma série de impactos gerados pela urbanização, tais como a reutilização de grande quantidade de resíduos orgânicos provenientes das cozinhas domésticas ou de restaurantes e hotéis, a reutilização de lixo reciclável, como pneus, garrafas, potes e até entulhos, que são utilizados como vasos ou limites de canteiros, podendo promover com isso cidades mais limpas e melhorias no ambiente (DAMÁSIO, 2015).

Aquino; Assis (2007) apontam a Agroecologia especialmente apropriada para o desenvolvimento da AUP no entorno das áreas urbanas. A Agroecologia é uma “ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 6).

A AUP com enfoque agroecológico tem o potencial de preservar não somente a biodiversidade das espécies cultivadas, como também a biodiversidade dos ecossistemas urbanos e de seu entorno, a partir das melhorias ambientais que proporciona: por meio da reciclagem de resíduos, diminuindo a dimensão dos lixões; diminuindo a necessidade do uso de transportes e com isso a queima de combustíveis melhorando a qualidade do ar. (DAMASIO, 2015, p.19).

No mundo, vários programas e iniciativas internacionais distinguem a importância da AUP, a exemplo do Programa Especial de Segurança Alimentar lançado pela FAO, em 1994, apontando a AUP como alternativa para reduzir a má nutrição e a pobreza da população urbana. Na Cúpula Mundial da Alimentação ocorrida em Roma, em 1996, os chefes de Estados indicaram a AUP como possível ação para acabar com a fome; a 15ª Sessão do Comitê de Agricultura da FAO, em 1999, cujos países membros recomendaram o desenvolvimento de um programa multissetorial em apoio à AUP e a Declaração de Quito, Equador, assinada em 2000, por 27 cidades latino-americanas, também ressaltam a importância de ações políticas que contemplam a AUP (TUBINO, 2004).

Em Cuba, a partir de 1990, em decorrência da derrocada da União Soviética e do forte bloqueio dos Estados Unidos, iniciaram-se as experiências de Agricultura urbana e periurbana, sendo feita a transição da agricultura convencional à agricultura orgânica e semiorgânica. A produção atingiu grande escala em 1994, por meio de incentivos do governo em todos os espaços possíveis, utilizando-se os princípios da agricultura sustentável; em 1999, toda a produção de hortaliças já era orgânica e proveniente da agricultura urbana, garantindo o abastecimento, melhoria na qualidade dos alimentos, maior produtividade e geração de emprego e renda (LEME, 2012).

No estudo organizado por Smit, Ratta e Nasr (1996) é possível verificar os impactos da AUP em alguns países do mundo, conforme o Quadro 5.

Quadro 5 - Impacto da agricultura urbana na geração de emprego e renda

Continente	País	Impacto
África	Tanzânia	Em Dar es Salaam, a agricultura urbana foi o segundo maior empregador em 1988 (pequeno comércio e trabalho foram os primeiros). 20% dos adultos em idade ativa participam da agricultura urbana.
	Zâmbia	Em um programa para expandir e melhorar hortas alimentares em Matete, a média a renda anual dos participantes quase dobrou em dois anos.
Ásia	Índia	A agricultura intensiva em 800 hectares de lixões em Calcutá emprega cerca de 20.000. A pesca em lagoas alimentadas com esgoto emprega 4.000 pescadores e produzem 6.000 toneladas de peixe a cada ano.
	Tailândia	Em Bangkok, um conglomerado avícola contrata aproximadamente 10.000 cultivadores subcontratados.
América	Argentina	Em Buenos Aires, os cultivos de quintal podem fornecer de 10 a 30% do custo de uma dieta nutritiva.
	Colômbia	A hidroponia urbana apoiada pelo PNUD gera aproximadamente US\$ 30 por mês em 10 metros quadrados e requer apenas 1 hora de cuidados diários. Até 2 salários mínimos mensais (US\$ 90-180) podem ser feitos em 30-60 metros de plantio.
	Estados Unidos	EUA Kona Kai Farms em Berkeley, Califórnia, gerou US\$ 238.000, em pouco mais de 2000m ² de terra, em 1988 através da venda de verduras orgânicas especiais.

Fonte: Traduzido e adaptado de Smit, Ratta e Nasr (1996).

O relatório produzido pela FAO, intitulado *Cidades mais verdes na África*, elaborado em 2013, oferece um panorama da agricultura urbana e periurbana na África, com ênfase na horticultura. Segundo dados do relatório, 40% das famílias nas cidades subsaarianas são agricultoras, sendo que

Milhões de africanos nas áreas urbanas cultivam hortaliças e frutas em hortas domésticas, para suas famílias e para venda. Em Dakar, 7.500 famílias cultivam suas próprias hortas. No Malawi, 700.000 habitantes urbanos praticam a horticultura doméstica para satisfazer suas necessidades de alimentos e ganhar uma renda extra.

Horticultores urbanos de baixa renda na Zâmbia ganham US\$230 por ano vendendo seus produtos (FAO, 2013, p.10).

O relatório produzido pela FAO, *Ciudades más verdes em América Latina y el Caribe: Un informe de la FAO sobre la agricultura urbana y periurbana en la región*, produzido em 2014, evidencia não só a presença, mas a ampliação da AUP em cidades da América Latina e do Caribe, sendo elas Havana, Cidade do México, Antígua e Barbuda, Tegucigalpa, Manágua, Quito, Lima, El Alto, Belo Horizonte, Rosário e Fuentes.

2.3. Políticas públicas

De acordo com Secchi (2012), na ciência política existem dificuldades relacionadas à distinção de alguns termos nos países de língua latina. Na língua portuguesa, por exemplo, o termo “política” pode assumir duas conotações principais, para as quais existem dois termos diferentes na língua inglesa: *politics* e *policy*. O termo *Politics* é entendido como a atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder; já o termo *policy* apresenta uma dimensão mais concreta de “política” e tem relação com orientações para a decisão e ação.

Ao considerar essas duas dimensões de política, o termo política pública está vinculado ao segundo sentido da palavra política, pois as políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões (SECCHI, 2012).

As políticas públicas podem ser elaboradas, executadas e estudadas a partir da combinação de diferentes variáveis, por esse motivo são encontradas diferentes tipologias para as políticas públicas. Uma tipologia é um instrumento classificatório que permite organizar os dados a fim de melhor examinar as relações existentes entre as variáveis observáveis de um dado fenômeno, ou seja, uma tipologia propõe um ordenamento por meio do estabelecimento de categorias de variação das características de um fenômeno, no nosso caso: as políticas públicas. Segundo Secchi (2012, p. 24), “as tipologias de políticas públicas são formas de classificar os conteúdos, os atores, os estilos, as instituições dentro de um processo de política pública”.

Theodor J. Lowi desenvolveu, em 1964, talvez a mais conhecida tipologia sobre políticas públicas. Sua tipologia baseia-se no critério de impacto gerado sobre a sociedade; segundo esse critério, há quatro tipos de políticas públicas: regulatórias, distributivas, redistributivas e constitutivas (SOUZA, 2006).

- Políticas regulatórias: são mais visíveis ao público, estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. “Essas políticas se desenvolvem dentro de uma pluralidade múltipla, em que a capacidade estimada ou não de uma política é proporcional à relação de forças dos atores e interesses presentes na sociedade” (SECCHI, 2012, p. 25). São exemplos dessas políticas as regras para operação de mercado financeiro, o código de trânsito, entre outras.
- Políticas distributivas: geram benefícios para alguns grupos, com impactos mais individuais do que universais e custos difusos para toda a coletividade (contribuintes). São políticas frequentemente fragmentadas, pontuais e de caráter clientelista e que costumam ser menos conflituosas, visto que seus custos recaem sobre a coletividade. Nesse tipo de política predomina o “toma lá dá cá” (SECCHI, 2012).
- Políticas redistributivas: envolvem alguns grupos e impõem custos concretos para outros grupos. São políticas que provocam muitos conflitos, pois contrapõem interesses antagônicos. São, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário, sistema trabalhista, entre outras. “O tipo de dinâmica predominante em arenas políticas redistributivas é o elitismo, no qual se formam duas elites, uma demandando que a política se efetive, e a outra lutando para que a política seja descartada” (SECCHI, 2012, p. 25).
- Políticas constitutivas: estabelecem as regras, as normas e os procedimentos sob os quais devem ser formuladas e implementadas as demais políticas. Elas estão relacionadas à criação ou alteração das instituições políticas, não propiciando, em geral, um envolvimento da população, salvo em condições excepcionais. Os tipos comuns de políticas nessas áreas, como por exemplo, uma definição das regras do sistema político-eleitoral e políticas constitutivas podem causar conflitos entre partidos, os três poderes e níveis de governo (SECCHI, 2012).

Conforme Souza (2006, p.28), “Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente”. Assim como as fronteiras que separam esses quatro tipos de políticas não são fáceis de serem visualizadas, as políticas públicas geralmente agregam características de dois ou mais tipos de política.

Diferentes classificações têm sido dadas ao estudo de políticas públicas. No entanto, há uma concordância ampla ao que se refere à subdivisão desse processo, que são denominadas por Harold Lasswell (1971) de “fases” do ciclo das políticas públicas. De

acordo com Pedone (1986), é possível pensar este processo como sendo constituído dos seguintes itens:

- a) Formação de Assuntos Públicos e de Políticas Públicas: momento em que as questões públicas surgem, contribuindo para a formação da agenda política, que é composta de pelo menos um conjunto de questões consideradas relevantes e que necessitam de políticas definidas.
- b) Formulação de Políticas Públicas: processo de elaboração de políticas no Executivo, no Legislativo e em outras instituições públicas. Segundo Viana (1996), a etapa de formulação pode ser subdividida em três. Na primeira, o conjunto de dados seria transformado em informações relevantes. Na fase segunda, os valores e princípios se combinam com informações relevantes para produzir um conhecimento sobre a ação. Na última, o conhecimento empírico e normativo é transformado em ações públicas.
- c) Processo Decisório: momento em que atuam os grupos de pressão que exercem influência sobre as decisões em qualquer das instâncias citadas.
- d) Implementação das Políticas: processo de execução das políticas resultantes dos processos de formulação e decisão em políticas públicas, inter-relacionando as políticas, os programas, as administrações públicas e os grupos sociais envolvidos ou que sofrem a ação governamental ou os problemas sociais.
- e) Avaliação de Políticas: Analisam-se os efeitos pretendidos e as consequências indesejáveis, bem como quais os impactos mais gerais na sociedade, na economia e na política por meio da eficiência econômica, eficácia e da homogeneidade no atendimento da política pública e realizar os reajustes necessários, por meio do conjunto de informações relevantes obtidas com a implementação da política. Nesta última etapa, verifica-se o significado da ideia de ciclo da política pública.

A análise sobre o que é política pública, seus tipos, bem como as etapas do processo é de extrema relevância neste trabalho de caracterização da AUP no município de Presidente Prudente/SP, uma vez que a AUP tem sido um assunto público que, embora tenha alguma visibilidade política em alguns municípios, ainda precisa entrar na agenda política do país para que sejam elaboradas políticas públicas em âmbito nacional para a legitimação da AUP, considerando seus benefícios para questões importantes como a fome e a pobreza urbana.

As políticas públicas existentes para a agricultura que se desenvolve no campo e seu histórico demonstram que, mesmo no campo em que as políticas públicas se restringiram ao viés econômico, não houve a preocupação com os aspectos sociais e ambientais, como pode ser verificado nos estudos de Delgado (1985), Gonçalves Neto (1997) e Hespanhol (1997).

Tais estudos evidenciam que as políticas públicas e as estratégias desenvolvidas a partir da década de 1960 voltaram-se ao estímulo e ao processo de modernização da agricultura.

Durante muitos anos, as políticas públicas agrícolas foram e ainda são pensadas para a produção de monoculturas, com o desenvolvimento de uma economia agrícola baseada em ciclos econômicos que se iniciam com a colonização brasileira, perpetuando alguns traços até os dias atuais, como está evidenciado nos trabalhos de Prado Junior (1972) e Celso Furtado (1959).

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 26).

Com base no tripé latifúndio, monocultura e trabalho escravo se desenvolveu a economia colonial de base agroexportadora e que muito contribuiu para as desigualdades que persistem no campo na atualidade. Mesmo com a modernização da agricultura, os investimentos continuam sendo destinados ao agronegócio e à produção de *commodities*.

De um modo geral, se pode dizer que até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares, o qual era, inclusive, caracterizado de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal brasileira (MATTEI, 2014, p. 83).

No entanto, a partir do final da década de 1980, com o fim da ditadura militar, a promulgação da Constituição Federal em 1988 e, principalmente, a pressão dos movimentos sociais, vão contribuir para a elaboração de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, que ganham impulso no Brasil no decorrer da década de 1990.

Nesse contexto, na década de 1990, iniciou-se a formulação de políticas públicas que visavam atender às demandas dos agricultores familiares com objetivos específicos: acesso ao crédito, terra, seguro agrícola, moradia, auxílio à comercialização, entre outros. Esse processo foi inaugurado de modo mais amplo a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, sob a orientação do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). O PRONAF é uma política distributiva,

com o objetivo de atingir um público específico: os agricultores familiares. O PRONAF foi a primeira política pública brasileira que reconheceu a importância da agricultura familiar.

Conforme Aquino e Schneider (2015, p. 54),

De acordo com o discurso governamental de então, essa nova política pública seria o principal instrumento utilizado para construir um novo modelo de desenvolvimento rural no Brasil. Sua missão fundamental seria combater as desigualdades que marcaram tradicionalmente as políticas estatais voltadas para estimular a mudança da base técnica da agricultura do país.

O PRONAF faz parte de uma política pública instituída para apoiar os agricultores familiares. Sua finalidade consistia em promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

Tendo em vista a necessidade de capital econômico para a produção e comercialização de bens agrícolas, o PRONAF oferece financiamento com baixas taxas de juros. O financiamento do PRONAF é concedido apenas às atividades produtivas consideradas capazes de gerar renda. Destacam-se algumas funções do PRONAF, tais como: financiar os custos de produção; melhorar a infraestrutura de produção (que muitas vezes exige financiamentos de longo prazo); agregar valor à produção primária e auxiliar os produtores a integralizarem as suas cotas nas cooperativas de agricultores familiares.

Em 1997 é criado o PRONAF Especial, também conhecido como Pronafinho, por meio da Resolução de n.º 2.436 de 21 de outubro, do Banco Central (BACEN). Por essa linha de crédito, o agricultor poderia realizar até três operações, com limites entre R\$500,00 e R\$1.500,00, com direito a um rebate de R\$200,00. É com a criação do PRONAF Especial que se inicia a estratificação dos beneficiários em grupos de acordo com a Renda Familiar. A partir da safra de 1998-1999, o Pronaf Especial torna-se a maior linha de crédito do PRONAF em relação aos agricultores atendidos na categoria da agricultura familiar em transição, até sua extinção no Plano Safra 2008-2009 (BIANCHINI, 2015).

Em 1999, o PRONAF estabelece uma estratificação em quatro grupos: A, B, C e D.; com o fim do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), os assentados também passam a ser considerado como beneficiário do programa. O PRONAF passa por diversas modificações em sua estrutura ao longo dos anos e no ano 2000 passa a ser gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Para ter acesso ao PRONAF é necessário atender alguns requisitos:

- trabalhar na terra em condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário (assentado) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
- residir na propriedade rural ou em local próximo;
- dispor de área inferior a quatro módulos fiscais. O módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectare fixada para cada município. Varia de 5 a 100 hectares (...);
- ter renda bruta familiar, nos últimos 12 meses, inferior a R\$ 110 mil (...);
- ter, no máximo, dois empregados, sendo que a mão de obra deve ser prioritariamente familiar (Cartilha de acesso ao PRONAF, 2011/2012, p. 8).

A partir de 2003, o PRONAF passou a funcionar por meio de planos safra. O plano safra consistia em um conjunto de medidas de políticas agrícolas e sociais para a agricultura familiar por ano/safra.

O PRONAF, em 2011, possuía 5 linhas de crédito distribuídas em cinco grupos básicos: A, A/C, B, C e AF. Cada grupo tem finalidades próprias, e as condições dos financiamentos também são diferentes. Para ter acesso às linhas de crédito é necessária a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que é o principal documento para a identificação do agricultor familiar.

Uma das preocupações principais da análise da operacionalização do PRONAF é analisar as possibilidades de participação dos excluídos das vias tradicionais do desenvolvimento. Todavia, tal programa não abrangia os casos de AUP, até o ano de 2014, destinando-se apenas aos agricultores rurais, impossibilitando inúmeros casos de financiamento.

No ano de 2014 foram feitas alterações na legislação, tornando possível a emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) para agricultores familiares que produzem em áreas urbanas. Essa foi uma conquista importante para os agricultores urbanos, mas a maior parte deles ainda não possui DAP, o que impede a participação de programas importantes, como o PAA e o PNAE.

Em 2019, o PRONAF conta com diferentes grupos e linhas de créditos: Pronaf A, A/C, B, Pronaf mulher, Pronaf mais alimentos, Pronaf Agroindústria, Pronaf jovem, Pronaf Industrialização para Agroindústria Familiar, Pronaf Semiárido, Pronaf Custeio, Pronaf agroecologia, Pronaf Floresta, Pronaf ECO, Pronaf Microcrédito Produtivo Grupo A e Pronaf Produtivo Orientado (BRASIL. BANCO DO NORDESTE, 2019).

Conforme conta no plano safra 2019/2020, o montante global de recursos disponibilizados para o crédito rural é de R\$ 222,74 bilhões, com um aumento de 8,4% para investimento e 1,9% para as demais finalidades, em relação à safra anterior. Para os beneficiários do Pronaf serão R\$ 31,22 bilhões para os financiamentos de custeio,

industrialização e investimento. Do montante, R\$ 500 milhões serão destinados para a construção de moradias rurais (BRASIL. MAPA, 2019).

Sucintamente são apontadas algumas das principais modificações no PRONAF ao longo dos anos; a importância dada ao PRONAF se justifica pela existência de agricultores urbanos que já tiveram acesso a essa política no município. Com base no levantamento dos dados da AUP no município de Presidente Prudente/SP, é difícil o acesso ao PRONAF para os agricultores urbanos e periurbanos e os pequenos produtores desconhecem a existência e a forma de funcionamento do programa.

Pensando no desenvolvimento de uma política pública para o produtor familiar, realmente podemos considerar como um avanço para os agricultores familiares, uma vez que as ações do Estado no Brasil se tornaram mais incisivas, pois não havia anteriormente nenhuma política voltada a esse segmento.

Além do PRONAF, foram criados outros programas: o Programa Comunidade Ativa, criado em 1999 e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 e considerado uma das principais políticas do Programa Fome Zero, coordenado pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) (VELOSO, 2017). Também foram realizadas mudanças no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 2009, estabelecendo que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal aos municípios por meio do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) deveriam ser investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar.

O Programa Fome Zero foi elaborado como uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, associando o problema da desnutrição e da fome no Brasil às dificuldades de acesso à alimentação por parte considerável da população, que possuía baixos níveis de renda ou enfrentava dificuldades na produção agrícola. A ação principal do programa era garantir que toda a população tivesse acesso diário e de forma digna à quantidade e qualidade de alimentos, suficientes para atender às suas necessidades nutricionais básicas e para a manutenção da saúde (VELOSO, 2017).

Em 2004 foi extinto o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) torna-se responsável pelas políticas de desenvolvimento social e de segurança alimentar e nutricional (SAMPAIO, 2010). O MDS investiu, durante o período de 2004 a 2016, em ações direcionadas aos agricultores familiares com duplo objetivo: aumentar a sua renda e elevar a oferta de produtos agropecuários destinados à alimentação. Quanto ao primeiro objetivo, é importante considerar que grande

parte das famílias em condições de miséria e pobreza no Brasil são agricultores familiares moradores da região do Semiárido.

De acordo com Mattei (2018), o Ministério do Desenvolvimento Social foi fundido ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no governo Temer por meio da Medida Provisória 726 (MP 726), de 12.05.2016, criando uma nova estrutura institucional denominada de Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). O MDSA foi extinto em 2019 pelo decreto nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019, sendo algumas de suas atribuições incorporadas ao Ministério da Cidadania.

Instituído pela Lei 10.696 de outubro de 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma estratégia do Governo Federal como um programa de preços mínimos para determinados produtos, buscando garantir a renda do agricultor familiar e contribuir com a segurança alimentar de segmentos menos favorecidos da população brasileira. O PAA tem como objetivo “incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos” (Lei 10.696/2003).

A Política de Garantia de Preço Mínimo, instituída em 1943, funcionou por meio da compra de excedentes da produção e de financiamento para a comercialização até a criação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em 1990. Os instrumentos básicos da PGPM, até os anos de 1990, eram dois: a Aquisição do Governo Federal (AGF), executado com recursos provenientes do Tesouro Nacional e que contribuía para a formação de estoques reguladores públicos e o Empréstimo do Governo Federal (EGF), espécie de crédito de comercialização, operacionalizado com recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (ALMEIDA, 2014).

A partir de 2003, a PGMP passa a ser direcionada de maneira específica para a agricultura familiar. “De forma inédita, a CONAB começa a articular a comercialização agrícola familiar junto com estados e municípios, por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA” (ALMEIDA, 2014, p. 105).

O PAA opera em seis modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra com Doação Simultânea, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, Incentivo à Produção e Consumo de Leite (para os estados do Nordeste e Minas Gerais), Compra Institucional, antiga Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar e Aquisição de Sementes (SILVA, 2019).

De acordo com Almeida (2014), um dos resultados positivos do PAA está no apoio a formação de estoque estratégico para ações de combate à fome e a segurança alimentar,

Com o PAA, pelo menos teoricamente, o governo volta a estimular os estoques estratégicos, que, como visto, desde meados da década de 1990, vinham sofrendo sucessiva pressão para desmobilização, frente à intensificação da liberação comercial. Até o ano de 2003, os estoques existentes da PGPM se direcionavam comumente para se tornarem reguladores de preços e poucas vezes para garantir o abastecimento alimentar da nação (ALMEIDA, 2014, p. 109).

Muitas são as possibilidades garantidas pelo PAA, atuando de forma a facilitar a comercialização de alimentos agropecuários da agricultura familiar de comunidades remanescentes de quilombos, indígenas, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas e agricultores assentados ou empreendimentos familiares rurais, desde que enquadrados no PRONAF, pela posse da DAP, possibilitando a alimentação para a população em situação de vulnerabilidade social. Além disso, o PAA é uma importante estratégia de fortalecimento de circuitos locais e regionais de comercialização (SCHMITT, 2005).

No entanto, a partir do ano de 2016 o PAA teve seus recursos reduzidos drasticamente. O Programa, que já chegou a atender 18.208.960 pessoas em 2012, atendeu apenas 6.186.098 pessoas em 2017 e, embora não tenha se extinguido na atualidade, sua atuação encontra-se bastante restrita (SILVA, 2019).

Quando questionados sobre o PAA, os agricultores urbanos e periurbanos de Presidente Prudente demonstraram desinteresse no PAA, apontando a burocracia como principal impedimento, embora o PAA esteja com um volume muito menor de recursos.

Uma importante conquista da agricultura familiar é a que estabelece a Lei nº 11.947/2009, que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O artigo 14 dessa Lei estabelece que

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Inicialmente, cada portador de DAP podia entregar até R\$ 9.000,00 por ano em produtos para o PNAE. Em 2012 esse montante passou para R\$ 20.000,00, tornando esse programa mais atraente em termos financeiros do que o PAA. No entanto, o PNAE possui alguns entraves que dificultam o acesso do pequeno produtor. O programa é coordenado pelas prefeituras municipais permitindo, por meio de chamadas públicas, que o produtor se comprometa a entregar uma quantidade fixa de produtos semanalmente. Sua operacionalização demanda maior capacidade de gestão e organização dos agricultores; nesse

sentido, o PAA requer maior mobilização social em torno de organizações coletivas, como associações e cooperativas. (SARON, 2014; SILVA, 2019)

Apesar das dificuldades, a participação no PAA e PNAE possibilita maior inserção e participação direta na economia local, além de contribuir para a manutenção de hábitos alimentares saudáveis. Embora essas políticas possam ser acessadas pelos agricultores urbanos, ainda há muito que se avançar para que, de fato, a atividade agrícola urbana faça parte da agenda da política pública nacional.

2.4. Políticas públicas para a AUP

O reconhecimento da AUP nas políticas públicas encontra-se em fase inicial no Brasil, embora em diversos países do mundo já exista uma política consolidada, como é o caso de Cuba, que possui legislação e órgãos específicos para a promoção da AUP.

No caso brasileiro, Santandréu e Lovo (2007) demonstram o papel do poder público na promoção da agricultura urbana; são apresentados marcos legais, institucionais e políticas públicas voltadas para a AUP. De início, é possível estabelecer três tipos de marcos legais: seja pela legislação de relevância ocasional para a AUP, como políticas ambientais e de planejamento urbano; seja pela legislação setorial relacionada com as temáticas de segurança alimentar e nutricional, produção agrícola e de abastecimento e de saúde; seja pela legislação específica de AUP, que inclui a criação de programas de AUP, promoção de espaços multiautorais, concessão de incentivos fiscais etc., orientados de forma específica.

As políticas públicas voltadas para a AUP apresentam-se bastante tímidas, principalmente na esfera municipal. No entanto, muitas são as reivindicações da agricultura urbana visando à sua manutenção e permanência. Sem uma articulação com as demais esferas de governo, os municípios têm dificuldades de assegurar a viabilidade da AUP, em especial com relação à oferta de crédito.

É interessante ter a percepção de que a maioria das iniciativas de agricultura urbana são, em geral, reivindicações sociais. Sua demanda por espaço nas cidades confronta com os diversos usos que uma cidade pode oferecer, e em se tratando de produção agrícola, faz-se necessário um espaço concreto, pela dependência de solo, e que somente torna-se vistosa aos olhos do estado se está atrelada aos meios econômico e social. Mas nem só de necessidade de espaço físico vive uma política de AUP. Comercialização, crédito, tecnologia, assistência técnica também são pontos importantes (ROSA, 2011, p.11).

Faz-se necessária a elaboração de políticas públicas que atinjam as principais demandas dos agricultores urbanos, uma vez que a estrutura das cidades não favorece ao desenvolvimento da agricultura urbana, os impostos relativos à propriedade da terra são mais caros na cidade do que no campo, a energia elétrica, necessária para irrigar os cultivos é mais cara na cidade do que no campo e o acesso à água para a irrigação também costuma ser mais difícil na cidade do que no campo.

Em termos gerais, não existe no Brasil uma política de AUP. Na maior parte dos casos existem as chamadas “hortas escolares”, “hortas em quintais” ou “hortas comunitárias” que desenvolvem atividades de forma isolada. Mais recentemente, com a implementação do Programa Fome Zero, muitas hortas vincularam-se às políticas de segurança alimentar e nutricional e muitos dos agricultores urbanos passaram a ser grupos alvos de programas como a Bolsa Família. Mas, a agricultura praticada por eles nem sempre são efetivamente apoiadas. O Brasil conta com políticas de combate à pobreza e fome, mas estas políticas não têm potencializado a agricultura urbana como solução ou “porta de saída” para a condição de pobreza e fome (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 51).

Até 2018 não havia uma Política Nacional de Agricultura Urbana no Brasil. Várias ações voltadas para a AUP começam a surgir a partir de 2004 voltadas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional. A condução dessas políticas foi desenvolvida pelo MDS e incluída na agenda de políticas relativas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); porém, somente em 2018 foi aprovada a Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018, que institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

As metas do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana são as seguintes:

- I - formalizar parcerias na perspectiva de promover a agricultura urbana, na forma de produção agrícola sustentável, comunitária e/ou doméstica, por meio da introdução de tecnologias de produção sustentáveis como catalizador da segurança alimentar, geração de renda e inclusão social;
- II - fomentar o desenvolvimento de ações voltadas para a gestão e o aperfeiçoamento das ações de agricultura urbana e periurbana;
- III - promover a conscientização de possíveis financiadores para a agricultura urbana e periurbana;
- e IV - sensibilizar as esferas estaduais e municipais para desenvolver políticas regionais e municipais de agricultura urbana e periurbana, principalmente nas escolas e associações comunitárias (Diário Oficial da União, Seção 1, 09/02/2018, p. 64).

Em relação às iniciativas estaduais, o Estado de Minas Gerais possui uma lei específica para a agricultura urbana, a Lei nº 15.973, de 12/01/2006, que dispõe sobre a

Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana. São objetivos da Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana de Minas Gerais:

- I - ampliar as condições de acesso à alimentação e aumentar a disponibilidade de alimentos, inclusive para autoconsumo;
- II - gerar emprego e renda, especialmente por meio da agregação de valor aos produtos;
- III - priorizar a saúde e o estado nutricional do grupo materno-infantil e de outros grupos específicos, combatendo a desnutrição e a mortalidade materno-infantil;
- IV - ampliar e aprimorar os programas institucionais de alimentação em escolas, creches, hospitais, asilos, restaurantes populares, estabelecimentos penais e outros;
- V - garantir a qualidade higiênico-sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos processados no seu âmbito;
- VI - estimular práticas alimentares e hábitos de vida saudáveis;
- VII - promover o trabalho familiar e de cooperativas, associações e outras organizações da economia popular e solidária;
- VIII - estimular práticas de cultivo, criação e beneficiamento que previnam, combatam e controlem a poluição e a erosão em quaisquer de suas formas; protejam a flora, a fauna e a paisagem natural e tenham como referência a agricultura sustentável;
- IX - estimular práticas que evitem, minimizem, reutilizem, reciclem, tratem e disponham adequadamente dos resíduos poluentes, perigosos ou nocivos ao meio ambiente, à saúde humana e ao bem-estar público;
- X - estimular a cessão de uso de imóveis particulares para o desenvolvimento, em parceria, de programas de combate à fome e à exclusão social;
- XI - aproveitar os imóveis públicos não utilizados ou subutilizados;
- XII - promover a realização de diagnósticos urbanos participativos (MINAS GERAIS, Lei n. 15.973, s/n, 2006).

Discriminar os objetivos dessa lei estadual tem relevância à medida que esses objetivos estão diretamente relacionados aos benefícios proporcionados pela AUP identificados ao longo deste trabalho por diversos autores. Outros estados brasileiros, como Santa Catarina (Lei Estadual nº 17533 de 19/06/2018), Mato Grosso (Lei Estadual nº 10.824, de 05/02/2019) e Rio de Janeiro (Lei Estadual nº 8366, de 02/04/2019) também instituíram legislações específicas sobre a AUP, porém ainda são muito recentes quando comparada a de Minas Gerais.

Nos municípios brasileiros é possível verificar algumas iniciativas no estabelecimento de legislação específica de AUP aprovadas ou em processo de aprovação. Podemos destacar, dentre as iniciativas, a Lei municipal nº 13.727, de 12 de janeiro de 2004, que cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP) no município de São Paulo e define suas diretrizes, estabelecendo um marco legal para a cidade de São Paulo. A AUP está presente no Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo e na Seção II - Das Ações no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais estão previstos a legitimação e incentivos às hortas urbanas, uma das atividades que mais representam a AUP nos municípios brasileiros.

Art. 305. As ações prioritárias no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são:
XXVI – promover ações de educação voltadas à segurança alimentar e nutricional por meio de Escolas Estufa em todas as Subprefeituras, fortalecendo e integrando as iniciativas de hortas comunitárias e urbanas;

Art. 351. O Plano de Bairro poderá conter, entre outras, propostas para melhorar:
XVIII – a implantação de hortas urbanas; (PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DE SÃO PAULO - SP).

Os municípios de Americana, Campinas, Santo André e Porto Alegre também se destacam com legislações específicas sobre o tema, nas regiões sul e sudeste. O município de Americana - SP é um dos pioneiros no incentivo e promoção da AUP. A Lei nº 3.189, de 27 de julho de 1998, autoriza o Poder Executivo a conceder redução da taxa de água e do IPTU para produtores de hortaliças:

Artigo 1.º - Fica o poder executivo autorizado a conceder uma redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da taxa de consumo de água e a redução de 50% sobre o valor a ser pago do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU dos terrenos destinados ao cultivo de hortas comunitárias ou particulares.

No Distrito Federal, desde 2004 existe uma legislação específica para a AUP, a Lei nº 3.495, de 08 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a implementação da agricultura urbana no Distrito Federal. Segundo a referida lei, no artigo 1º, o Distrito Federal implementará ações no sentido de incentivar as diversas formas de cultivo, de origem predominantemente orgânica, na zona urbana e incumbirá o Poder Público de definir espaços urbanos onde serão permitidas atividades de AUP.

Em Minas Gerais, os municípios de Belo Horizonte e Governador Valadares são apontados como experiências de AUP no estudo de Santandréu e Lovo (2007). Belo Horizonte integra, desde 2006, o Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro – CCF, coordenado internacionalmente pela Fundação Rede Internacional de Centros de Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (RUAF), e sua subsidiária na América Latina e Caribe, o Instituto de Promoción del Desarrollo Sostenible (IPES).

Já o município de Governador Valadares participou do Projeto Cidade Verde, uma parceria do IPES com a Organização das Nações Unidas (ONU). Criou-se um Fórum de Agricultura Urbana e Segurança Alimentar, que fez um levantamento das experiências de agricultura urbana, criando um sistema de informações. Foram selecionadas áreas divididas em lotes, os quais ficaram a cargo de diferentes agricultores, culminando na Lei nº 5.439, de 18/05/2005, e na inclusão de artigos sobre AUP no Plano Diretor da cidade em 2004.

Considerando as experiências da AUP nesses municípios é possível verificar que são ações relativamente recentes e que as políticas públicas de caráter social e econômico implementadas nos espaços urbanos e periurbanos pouco avançaram em relação ao potencial da agricultura urbana e periurbana.

A pesquisa ora proposta procurará caracterizar a agricultura urbana e periurbana praticada em Presidente Prudente/SP, evidenciando as características principais dos produtores, os diferentes sistemas de produção empregados, os canais de comercialização utilizados e os principais problemas enfrentados, buscando contribuir para a formulação de políticas públicas.

O desenvolvimento da AUP ainda é impulsionado pela população do campo que migra para as áreas urbanas, onde, geralmente, ocupam áreas periféricas e desenvolve um modo de vida de acordo com os conhecimentos que trouxeram do meio rural, produzindo uma agricultura de subsistência e a criação de pequenos animais nos terrenos situados nas proximidades das áreas em que residem.

Como já foi salientado, essa modalidade de agricultura desenvolvida nas áreas urbanas e periurbanas é bastante relevante para o meio ambiente e a segurança alimentar, pois a produção de alimentos é realizada nas proximidades do consumidor e contribui para a melhoria do microclima local ao manter a permeabilidade dos solos e a cobertura vegetal. A AUP constitui-se em alternativa para a produção de alimentos, tornando-os mais acessíveis e gerando renda a muitas pessoas. Incentivar a AUP contribui com a segurança alimentar e o meio ambiente.

Porém, para que essa modalidade de agricultura possa atingir todo o seu potencial é necessário investir na adequação das áreas destinadas à produção, disponibilizar orientação técnica para que os agricultores produzam ou adquiram sementes e mudas adaptadas às condições locais e tenham acesso à água e infraestrutura adequadas.

De acordo com Santandréu e Lovo (2005), em todas as regiões analisadas no Brasil, a formulação de políticas públicas de AUP encontra-se pouco desenvolvida e ainda se faz necessária uma articulação sólida com as outras políticas existentes.

os argumentos de legitimação criaram condições favoráveis ao consenso de que a agricultura urbana é uma área de intervenção pública, que apresenta benefícios potenciais e que pode ser realizada através do uso de uma variedade de espaços urbanos e contextos culturais. Tais argumentos são empregados pelas agências de desenvolvimento, e ONGs internacionais e locais ao darem apoio financeiro e assessoria à inserção da agricultura nas políticas urbanas existentes e à formulação de novas políticas (COUTINHO, 2010, p. 50).

As políticas de desenvolvimento urbano precisam reconhecer a importância da agricultura urbana e periurbana, elaborar estratégias e fomentar a AUP, pois essa modalidade de agricultura tem potencial para fornecer alimentos às áreas urbanas e melhorar a subsistência dos produtores urbanos pobres, sendo importante tratar a AUP como uma atividade econômica, assim como a agricultura praticada em áreas rurais.

No relatório da FAO (2013), intitulado *Cidades mais verdes na África*, há considerações muito importantes sobre a AUP, mais especificamente sobre a estudada nesta pesquisa: a AUP comercial. Segundo dados do referido relatório, a horticultura comercial é uma forma muito especializada de agricultura e se constitui num dos sistemas agrícolas mais produtivos da África.

Quanto às políticas e programas de desenvolvimento agrícola, os governos reconhecem a necessidade de aumentar a produção de alimentos, mas, para isso, os agricultores precisam ter acesso à terra e à água, ao crédito, a variedades de culturas com maiores rendimentos, e a insumos agrícolas, agroprocessamento e mercados.

CAPÍTULO 3. A AUP EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP

Neste capítulo vamos analisar a agricultura urbana e periurbana comercial em Presidente Prudente, município com população estimada (2019) em 228.743 habitantes (IBGE, Cidades, s/d) e localizado no oeste do estado de São Paulo.

A expressividade da AUP para fins comerciais em Presidente Prudente chama a atenção e revela sua importância na oferta de produtos agrícolas (especificamente hortaliças, em sua maioria, folhosas) e na geração de emprego e renda para os agricultores urbanos e periurbanos prudentinos.

Como foi apresentado o capítulo 2, a agricultura urbana e periurbana está presente nos municípios brasileiros e em alguns deles já possui uma regulamentação específica ou política pública destinada a beneficiar os agricultores urbanos e periurbanos de alguma forma. No caso de Presidente Prudente, não há uma política pública que legitime a AUP no município; existem registros de alguns programas que não tiveram êxito e, mais recentemente, a criação de um programa que visa à regulamentação de áreas públicas para fins de produção agrícola.

Ao longo do capítulo são apresentadas características relevantes acerca da AUP em Presidente Prudente, como a caracterização dos produtores, os produtos que são comercializados, os sujeitos envolvidos no processo produtivo, a comercialização desses produtos e a influência que a atividade agrícola urbana e periurbana exerce na geração de renda para esses produtores.

As atividades relacionadas à AUP envolvem trabalhadores e insumos que influenciam toda a dinâmica local. Esses agricultores utilizam insumos como mudas, fertilizantes e equipamentos de irrigação gerando demandas para outros setores da economia local, movimentando cooperativas agrícolas e viveiros da região.

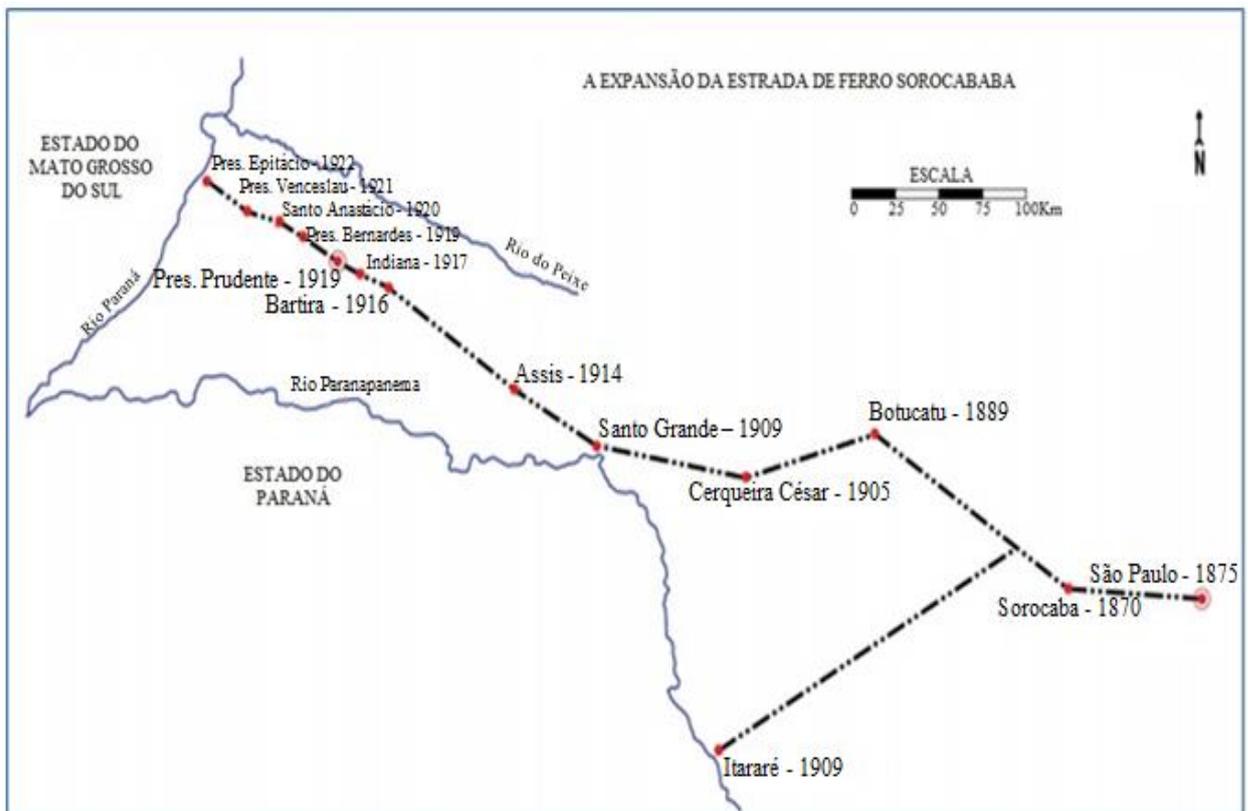
Além disso, a produção abastece o mercado local: a produção dos agricultores urbanos e periurbanos de Presidente Prudente é comercializada em supermercados, quitandas, feiras, bancas de rua, entre outros. A proximidade entre unidade produtiva e consumidores facilita a comercialização e interfere diretamente na dinâmica urbana.

Tais características definem as particularidades da AUP em Presidente Prudente, visto que a agricultura urbana e periurbana desenvolvida é voltada para a comercialização e produzida em moldes tradicionais, como aqueles encontrados no campo, diferindo de outras práticas de AUP, que levam em conta princípios agroecológicos ou orgânicos e com caráter comunitário e de interação com o ambiente natural.

3.1. Caracterização do município

A cidade de Presidente Prudente teve um histórico de ocupação similar às cidades médias paulistas, porém com a construção das ferrovias como norteadora da expansão dos loteamentos e arruamentos que serviram para abrigar a população que migrou para a cidade em busca de melhores condições de vida.

Figura 10 - Expansão da estrada de ferro Sorocabana em direção ao Sudoeste Paulista.



Fonte: Adaptado de Abreu (1972, p. 43).

A partir da construção da ferrovia, os interesses econômicos e políticos, o tempo e as condições do relevo da área que compreende a cidade Presidente Prudente foram direcionando a sua expansão no sentido de Álvares Machado. O eixo de expansão urbana da cidade é direcionado principalmente para oeste, mas a cidade também apresenta sinais de expansão para as direções noroeste e sudoeste. Na zona oeste da ferrovia originou-se a Vila Goulart.

O relevo caracterizado por colinas amplas e topos suavemente ondulados favoreceu a comercialização dos lotes, cujos preços eram mais baixos, o que também favoreceu a

expansão. Além disso, o processo de obtenção de lotes era simples, muitas vezes realizado apenas com a autorização do Coronel Goulart.

A fundação do município se deu em 1917, com a vinda do Coronel Francisco de Paula Goulart para tomar posse da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, que herdou da família e que, posteriormente, seria loteada e vendida. Dois anos depois, quando a ferrovia chega ao município, chega o outro pioneiro, o Coronel José Soares Marcondes, com o objetivo de vender as terras do quinhão do Dr. Amador Nogueira Cobra situadas na área atualmente pertencente ao Distrito de Montalvão.

Na região leste da cidade foi criada a Vila Marcondes, que teve seu crescimento dificultado pelo relevo mais acidentado, com vertentes muito declivosas. Além disso, para a aquisição dos lotes o processo era mais burocrático, necessitando de registro em cartório e a ferrovia ao longo do tempo constituiu-se uma zona de fronteira e havia pouco interesse em residir “além da linha ferroviária” no sentido contrário ao eixo de expansão da cidade e essa área passou a ser marginalizada.

A área denominada “além linha” (zona leste), devido à declividade, foi pouco ocupada inicialmente, o que se refletiu nos anos que se seguiram. A área acabou sendo destinada à ocupação residencial de bairros populares.

Para Jacobs (2000, p. 177),

Usos únicos de grandes proporções nas cidades têm entre si uma característica comum. Eles formam fronteiras, e zonas de fronteiras, nas cidades, geralmente criam bairros decadentes. Uma fronteira – o perímetro de um uso territorial único de grandes proporções ou expandido – forma o limite de uma área comum da cidade. As fronteiras são quase sempre vistas como passivas, ou pura e simplesmente como limites. No entanto, as fronteiras exercem uma influência ativa.

As linhas férreas são exemplos clássicos de zonas de fronteiras; essas áreas exercem influências físicas e funcionais sobre uma vizinhança urbana imediata, pois um lado da linha férrea pode se desenvolver melhor que o outro (JACOBS, 2000). Foi o que aconteceu em Presidente Prudente; os bairros a leste da linha férrea foram marginalizados econômica e socialmente, sendo ocupados por famílias pobres, enquanto o eixo de expansão se deu na direção oeste.

Atualmente, o município continua crescendo com a multiplicação de bairros e loteamentos que são construídos atendendo aos interesses econômicos e políticos, fomentando a segregação socioespacial e a especulação imobiliária. Dessa forma, os bairros de baixa renda são planejados e implantados distantes do núcleo urbano central e sem a infraestrutura

básica necessária, criando vazios urbanos que aguardam a instalação de infraestruturas e a valorização (NASCIMENTO, 2014).

De acordo com as contribuições de Spósito (1983), Melazzo (1993), Marisco (2003), Camargo (2007) e Nascimento (2014), é possível considerar que a especulação imobiliária foi um dos fatores que contribuíram para a expansão do perímetro urbano, transformando áreas rurais em urbanas, sem levar em consideração a necessidade de planejamento, principalmente para os bairros que, futuramente, vieram a surgir.

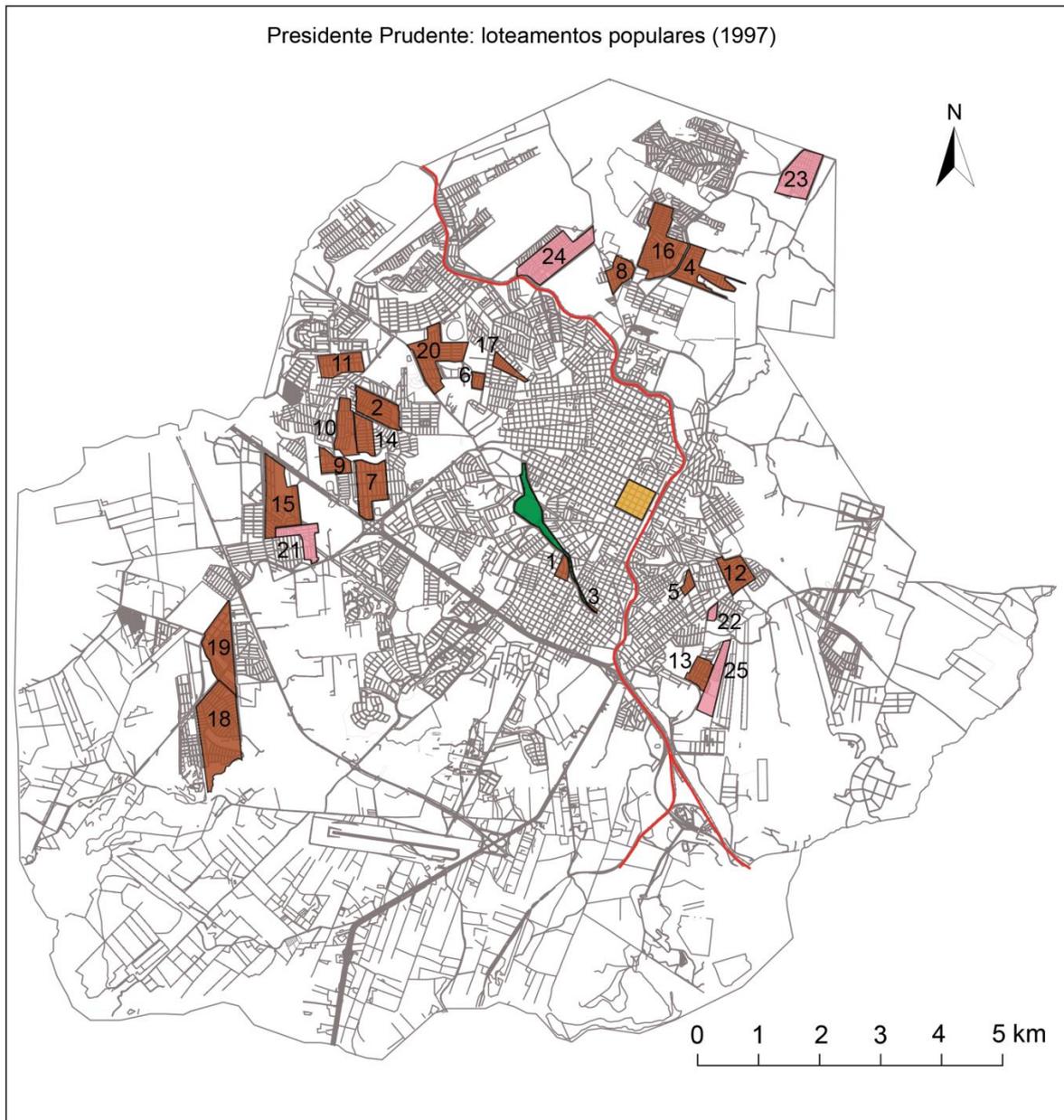
Assim, vai se formando a malha urbana de Presidente Prudente, descontínua e com grandes áreas de vazios urbanos. Essas áreas passam por um processo de valorização com o passar dos anos e os proprietários conseguem vendê-las por preços bastante elevados, o suficiente para adquirir outro terreno em outro bairro mais periférico (SPÓSITO, 1983).

O conjunto das ações voltadas para a expansão urbana contribuiu para a ocupação irregular e desordenada, formando vários bairros que até hoje são marcas da falta de planejamento, com ruas estreitas, lotes de tamanhos irregulares, falta de espaço para calçadas. Em alguns bairros a declividade é tão elevada que torna impossível a circulação de automóveis pela via, como foi identificado por meio da observação nos bairros Vila Brasil e da Vila Líder, onde algumas ruas da são complementadas por escadas, exemplificadas pela Rua Luiz Carlos dos Reis, na Vila Líder.

A expansão territorial da área urbana não ocorreu em função do crescimento demográfico, mas sim para promover a valorização de alguns espaços em detrimento de outros, para afastar a população pobre do núcleo central e para promover a instalação de infraestrutura por parte do poder público até esses bairros, beneficiando as áreas situadas entre o núcleo central e os bairros populares.

Assim, como pode ser observado na Figura 11, a maioria dos bairros e dos loteamentos populares vão sendo construídos nas áreas “além linha”, além da rodovia e da Avenida Juscelino Kubistchek (Avenida Perimetral), favorecendo alguns agentes sociais em detrimento de outros.

Figura 11 - Presidente Prudente/SP: Loteamentos populares, 1968-1997.



	Conjuntos habitacionais	1 Vila Liberdade (1968)	10 CECAP (1982)	19 Mario Amato (1992)
	Lotes urbanizados	2 COHAB (1979)	11 Pq. Res. Mediterrâneo (1987)	20 Jardim Maracanã (1997)
	Centro	3 INOCOOP (1979)	12 Jardim Itapura (1988)	
	Parque do Povo	4 Parque Alexandrina (1980)	13 Jardim Cambuci (1990)	LOTES URBANIZADOS
	Estrada de ferro	5 Jardim Itatiaia (1980)	14 Jardim Santa Paula (1990)	21 Parque Shiralwa (1990)
		6 Parque Bandeirantes (1980)	15 Jardim Vale do Sol (1990)	22 Jardim Marina (1992)
		7 Parque Cedral (1980)	16 Brasil Novo (1990)	23 Jardim Morada do Sol (1992)
		8 Jardim Watal Ishibashi (1980)	17 Sítio São Preto (1991)	24 Jd. Humberto Salvador (1992)
		9 Jardim Jequitibás (1981)	18 Ana Jacinta (1992)	25 Parque José Rotta (1996)

Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2018

Elaboração: Audrey Ferreira Rosa, 2019

A economia do município foi caracterizada, principalmente, pela produção agropecuária de algodão, café e bovinos. Durante os anos de 1930 a 1940 houve uma grande expansão da produção de algodão no município; em 1930 a produção era de pouco mais de 2.000 arrobas, elevando-se para mais de 1.000.000 arrobas em 1940 (ABREU, 1972, p.118). O município que se ergueu graças ao cultivo de café, vê sua produção entrar em declínio enquanto aumenta a produção de algodão.

As indústrias de beneficiamento de algodão e de café e também as máquinas de farinha de milho e de mandioca impulsionaram o desenvolvimento econômico do município, atraindo e empregando uma parcela da população que veio para o sertão em busca de novas oportunidades. As indústrias de beneficiamento de algodão tinham como objetivo beneficiar o algodão do pequeno produtor, que não tinha condições de fazê-lo em sua propriedade.

No início da década de 1930, a pecuária também foi praticada por muitos cafeicultores, desiludidos com os preços do produto. O solo, desgastado pelo algodão, fez surgir outras culturas no decorrer das décadas de 1940 e 1950, como o amendoim e a menta. A região de Presidente Prudente que, por alguns anos, havia sido a maior produtora de menta do país, dedicou-se, basicamente, à pecuária e ao ramo de comércio e indústria trazida por ela.

Quanto à dinâmica populacional do município, esta acompanha a dinâmica do país de modo geral, com o aumento da população urbana e diminuição da população rural. Na Tabela 1 são apresentados os dados referentes à evolução da população total, urbana e rural do município de Presidente Prudente entre 1934 e 2010.

Tabela 1 – Município de Presidente Prudente/SP: População urbana e rural (1934-2010)

Ano	População		
	Urbana	Rural	Total
1934	8.280	71.048	79.328
1940	17.927	57.879	78.826
1950	28.793	32.551	59.341
1960	54.055	17.802	71.857
1970	91.108	13.250	104.358
1980	127.986	7.210	135.196
1991	160.227	5.257	165.484
2000	185.229	3.957	189.186
2010	203.375	4.235	207.610

Fonte: ABREU, 1972; IBGE, Censos Demográficos de 1950 a 2010.

O processo de urbanização ocorrido em Presidente Prudente, na década de 1960, redefiniu as relações entre a cidade e campo. O campo passou por um processo de

esvaziamento populacional, principalmente com a expansão da pecuária extensiva sobre áreas anteriormente dedicadas ao cultivo de café e de lavouras temporárias.

Vale ressaltar que o município de Presidente Prudente passou por muitas transformações ao longo do período, com incorporações e desmembramentos. Dessa forma, a diminuição da população entre 1940 e 1950 está relacionada ao desmembramento dos distritos de Álvares Machado, Alfredo Marcondes e Coronel Goulart para constituir o novo município de Álvares Machado (Decreto-Lei Estadual n.º 14.334, de 30-11-1944).

Entre as décadas de 1950 e 1960 houve a inversão na distribuição da população urbana e rural. Em 1950, a população rural representava 54,9% do total, em termos absolutos era de 32.551 habitantes e a população urbana representava 45,1%, que em termos absolutos era de 28.793 habitantes, conforme se verifica na Tabela 1. Em uma década, a situação se inverte, pois em 1960 a população urbana era superior a rural, representando 75,2% da população total, correspondendo a 54.055 habitantes, em termos absolutos; já a população rural era de 17.802 habitantes, perfazendo 24,8% do total.

A especulação imobiliária foi o grande motor de crescimento de Presidente Prudente a partir da década de 1970 até início da década de 1980. Esse tipo de expansão gerou diversos problemas, como a ocupação de áreas de risco, densidade de edificações, cobertura vegetal arbórea e exclusão social.

Outra importante característica da dinâmica da ocupação de Presidente Prudente são os loteamentos fechados. Durante a década de 1990 foram implantados três loteamentos fechados: Central Park Residence, Parque Residencial Damha e Parque Residencial Damha II e entre 2001 e 2010 mais dez loteamentos foram implantados no município: Golden Village, Residencial Beatriz, Quinta das Flores, Residencial Portinari, Porto Seguro, Village Damha, Parque Residencial Damha III, Porto Bello Residence, Parque Residencial Jatobá e Parque Residencial Mart Ville.

Em geral, os loteamentos fechados de alto padrão em Presidente Prudente, até 2002, estavam localizados na região Sul da cidade, consolidando uma zona residencial de alto padrão; a partir de 2003, foram criados outros condomínios fechados de alto padrão na porção noroeste do município.

A produção de condomínios e loteamentos fechados indica uma tendência à contínua expansão horizontal da cidade em direção ao sul, e dos conjuntos habitacionais e moradias populares em direção ao norte. Somente nos últimos dez anos foram criados oito bairros populares no extremo norte do perímetro urbano de Presidente Prudente.

3.2. A AUP na perspectiva do planejamento urbano de Presidente Prudente

O planejamento urbano deve servir como um instrumento de orientação para a organização e desenvolvimento do espaço urbano. O planejamento urbano brasileiro, inicialmente, importou um modelo europeu; posteriormente, adotou-se a prática de segregar as funções dentro da cidade, destinando cada atividade a uma zona específica. A partir daí, os planos passam a estabelecer as zonas residenciais, industriais, comerciais, entre outras, proporcionando à cidade uma organização racional (MARQUES, 2012).

Tal planejamento compete ao poder público, cabendo a ele disciplinar o seu desenvolvimento, buscando o controle sobre o uso e a ocupação do seu solo, estabelecendo os limites dos interesses individuais e coletivos sobre o espaço urbano. O Plano Diretor municipal deveria ser, portanto, um instrumento público de controle do uso do solo, um instrumento que pudesse controlar os abusos de caráter privado em prol da coletividade, coibindo, por exemplo, a especulação imobiliária.

O planejamento urbano brasileiro ocorre no âmbito municipal por meio da elaboração dos planos diretores. Antes da Constituição Federal de 1988 já havia planos diretores, porém não eram obrigatórios. No entanto, os artigos 182 e 183, no capítulo sobre a Política Urbana da Constituição Federal de 1988, estabelecem os princípios que fundamentaram o Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de julho de 2001), tornando o Plano Diretor obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes e o Estatuto da Cidade, que regulamenta e complementa a Constituição.

O Plano Diretor é um instrumento de organização da cidade, elaborado pelo poder público e que deveria ser formulado a partir das demandas coletivas. No entanto, as ações que envolvem o poder público podem ser e, normalmente são, de fato, tendenciosas.

De acordo com Corrêa (1989),

A complexa e variada gama de possibilidades de ação do Estado capitalista não se efetiva ao acaso. Nem se processa de modo socialmente neutro, como se o Estado fosse uma instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos. Sua ação é marcada pelos conflitos de interesse dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder (CORRÊA, 1989, p. 26).

Embora haja predominância dos interesses na elaboração e execução do planejamento urbano, a elaboração do Plano Diretor dos municípios deve envolver a coletividade e atender aos interesses coletivos.

A breve discussão sobre o planejamento urbano se faz necessária para compreender a participação do objeto de estudo desta pesquisa (a AUP) no plano diretor do município, como pode ser evidenciado em algumas cidades como São Paulo - SP, por exemplo, que não só prevê a agricultura urbana, como propõe incentivos a essa modalidade de produção.

Como pode ser verificado na Lei complementar nº 230/2018, que dispõe sobre a Lei do Plano Diretor de Presidente Prudente, não há qualquer menção sobre a agricultura urbana e periurbana no município, embora sua revisão seja bastante recente. Mesmo não estando prevista no Plano Diretor, houve no município a elaboração de alguns programas com o objetivo de regulamentar e incentivar a AUP.

O primeiro programa que se tem registro é o Programa Alimenta Prudente, criado em 1997, com o objetivo de implantar hortas comunitárias em terrenos públicos cedidos pela prefeitura localizados em bairros com população carente, visando diversificar o consumo de alimentos à população por meio da produção e comercialização de hortaliças.

No ano 2000 foi instituída a Lei nº 5480/00, por meio da qual foi criado o Plano Municipal de hortas domésticas e/ou comunitárias, que concede incentivos fiscais para os proprietários de imóveis urbanos destinados ao programa e dá outras providências. De acordo com a referida lei, o Programa visa à produção de hortaliças aproveitando os terrenos baldios da zona urbana da sede do município, concedendo um desconto de 70% do valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), a título de incentivo fiscal, para as áreas e terrenos utilizados para o desenvolvimento das hortas comunitárias e/ou domésticas. No Anexo A é apresentada cópia integral do texto da referida lei.

O município de Americana/SP é um bom exemplo em termos de legislação municipal. O município possui diversas legislações relativas à AUP, sendo o primeiro mecanismo legal criado em 2003. A Lei 3927/93 beneficiava os agricultores urbanos participantes com a redução de 50 a 90% da tarifa de água, 80 a 90% da tarifa de esgoto e 50% do valor do IPTU. A referida lei foi passando por mudanças ao longo do tempo e ainda está em vigor no município, diferente do que ocorre em Presidente Prudente, pois não foram encontrados produtores que tenham sido beneficiados pela Lei nº 5480/00. Foi encontrado apenas um produtor remanescente do Programa Alimenta Prudente que ocupa a área pública sem regulamentação para a produção de hortaliças, mas que não tem qualquer vínculo com o Programa inicial.

Outro dispositivo também incentiva o desenvolvimento da AUP no município por meio da utilização de terrenos baldios para produção de hortaliças, trata-se da Lei Municipal nº 6435/2006, que cria o programa de aproveitamento de terrenos baldios. Na referida lei está

prevista a autorização do uso de terrenos baldios para o cultivo de hortaliças em geral, porém não foram encontrados registros de pessoas que tenham feito uso dos benefícios da referida lei e os funcionários da prefeitura entrevistados a desconhecem.

Recentemente, em 2018, foi estabelecida a Lei n. 9.586/2018 que instituiu o Programa de hortas educativas nas escolas com o objetivo de conscientizar sobre a importância do cultivo e do consumo de produtos naturais nas escolas do município, que incentiva a AUP, embora numa modalidade diferente da que estamos investigando nesta pesquisa, pois se restringe às hortas educativas em escolas.

Também foi instituído outro programa de incentivo a AUP, o Decreto nº 29.270/2018, por meio do qual foi criado o programa *Semeando Prudente*, que objetiva transformar espaços públicos sem utilização em hortas para produção de alimentos orgânicos, preservação e bom uso das áreas públicas. O diferencial dessa política é o estímulo à produção de alimentos orgânicos, uma vez que há pouco iniciativa dessa ordem no município.

De acordo com o coordenador do Programa, o objetivo é estimular a agricultura urbana por meio do incentivo à produção orgânica buscando uma cidade sustentável, ocupando espaços públicos e ociosos com ações orgânicas e agroecológicas. Desde que o programa foi criado, 30 áreas já foram solicitadas, cadastradas e autorizadas para o desenvolvimento da AUP no município.

Ainda de acordo com o coordenador do Programa, sua implementação está em fase inicial, muitas demandas têm surgido e o objetivo é atender os interessados de acordo com os recursos disponíveis. A Secretaria do Meio Ambiente está capacitando técnicos para atender os produtores e haverá fornecimento de composto orgânico.

Embora tais mecanismos sejam relevantes para o desenvolvimento de uma política municipal de agricultura urbana, o alcance dessas políticas ainda tem sido muito pequeno e não prosperara, é preciso pensar no alcance dessas políticas e o que se deseja com elas. O *Semeando Prudente* é uma política cujo viés não atinge os agentes desta pesquisa, mas abre caminho para outros grupos presentes em diversos estudos brasileiros sobre a AUP.

O que se propõe aqui é uma política pública de AUP que ultrapasse a dimensão social, que seja elaborada visando, principalmente, seu potencial econômico, não só de geração de emprego e renda para os produtores, mas também para outras atividades das cidades, como produção e comércio de insumos, prestação de serviços e microempreendedorismo por meio do beneficiamento desses produtos. A AUP é uma modalidade que precisa entrar na agenda das políticas de desenvolvimento econômico.

3.3. Iniciativas da AUP no município: ênfase na horticultura

A importância da AUP, no contexto das cidades brasileiras relacionado à soberania alimentar, qualidade ambiental e geração de renda motivou a realização do estudo sobre o tema no município de Presidente Prudente.

O levantamento das áreas foi realizado pelo doutorando Claudinei da Silva Pereira, que estuda a AUP no município como objeto de sua pesquisa e também como parte do Projeto: *Políticas públicas, mercados institucionais e agricultura urbana/periurbana*, que envolve pesquisadores das universidades federais de Santa Catarina, do Rio Grande do Norte e da UNESP.

Durante as reuniões do grupo de pesquisadores das universidades citadas foram analisados os dados preliminares e chegou-se ao número de 35 áreas de desenvolvimento da AUP com cultivos comerciais em Presidente Prudente, sendo este o foco, pois se trata de reconhecer a importância e inserir esses produtores nas políticas de desenvolvimento da agricultura do país, principalmente no que diz respeito aos mercados institucionais.

Selecionados os 35 produtores, foram aplicados formulários (APÊNDICE A), no primeiro semestre de 2018, com a finalidade de obter os dados necessários para a caracterização dos agricultores urbanos e periurbanos de Presidente Prudente.

Conforme Covarrubias (2011), são atributos a serem considerados na avaliação e classificação dos agricultores urbanos:

- O papel desempenhado pelos agricultores urbanos e todos os agentes envolvidos direta ou indiretamente com a produção urbana;
- O nível de renda desses produtores e de suas famílias;
- As formas de organização da unidade produtiva;
- A escala da unidade de produção, por meio da qual se pode distinguir os agricultores urbanos em três categorias: produtores comerciais, comunitários e domésticos;
- O tempo de participação na atividade produtiva;
- A propriedade da área cultivada: privada, cedida ou alugada;
- Envolvimento em organizações ou associações de produtores.

O formulário utilizado para a obtenção dos dados abrange os atributos identificados por Covarrubias (2011), sendo estruturado em tópicos com os seguintes temas:

1 – Unidade de produção: Caracterização do responsável pelo processo de produção da agricultura urbana e periurbana;

2 – Infraestrutura familiar e da unidade produtiva: tipo de atividade produtiva, produção e comercialização e relações de trabalho;

3 – Organização social: identificação das formas de relação e situação social dos agricultores/produtores;

4 – Técnicas: materiais e tipos de uso dos materiais para a realização da atividade agrícola e pecuária, tais como equipamentos, insumos e o trato cultural.

5 – Interação técnica: interações técnicas e seus efeitos na unidade produtiva.

6 – Financiamento: linhas de financiamento acessadas e seu rebatimento na condição de vida do entrevistado.

7 – Unidade produtiva e mercado institucional: relação do responsável pela unidade produtiva com o mercado institucional.

8 – Renda: Composição da renda familiar do entrevistado com base nas suas distintas modalidades.

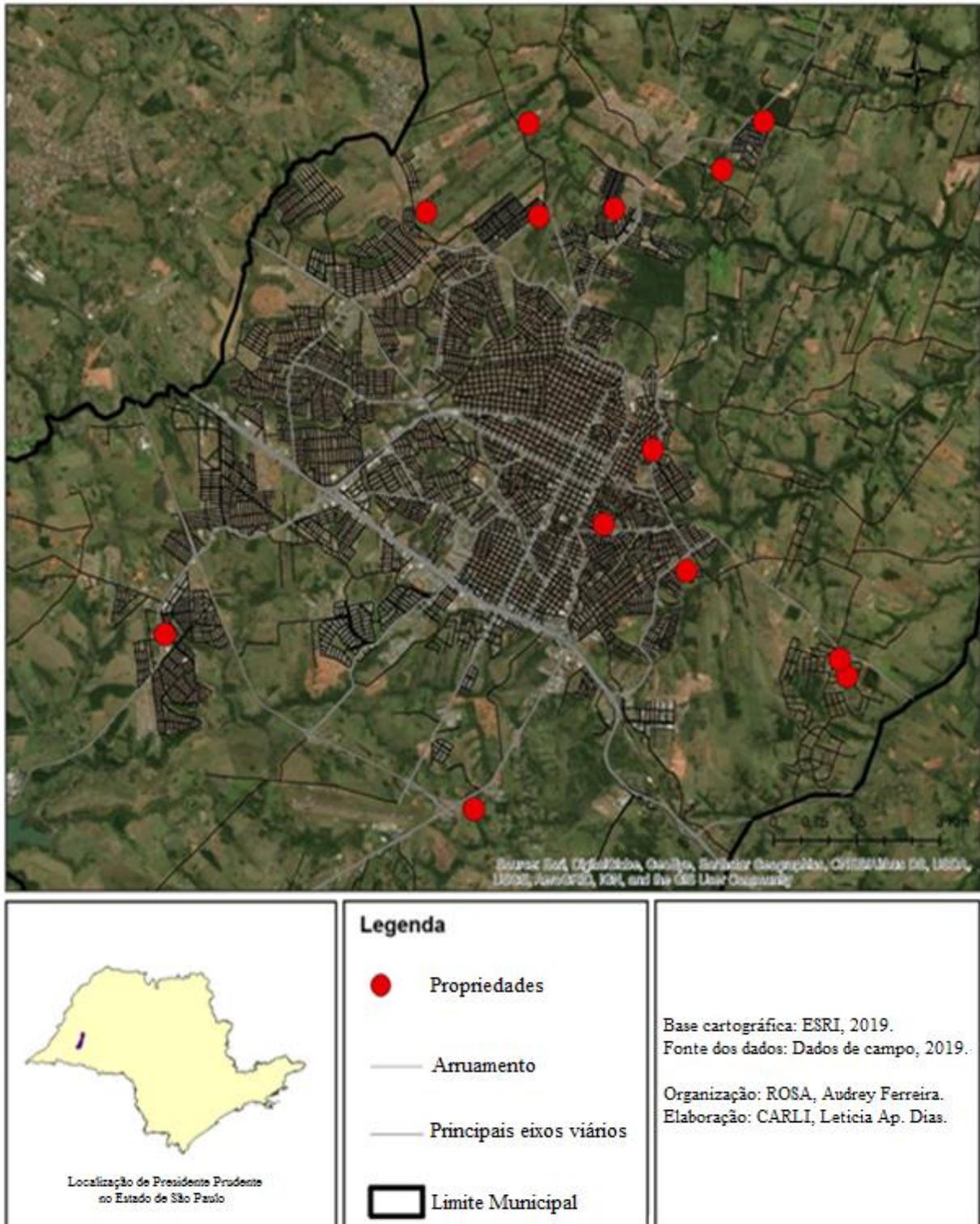
Diversos sistemas de cultivo e estruturas produtivas foram encontrados, como produtos hidropônico, orgânico e convencional; sistema de produção familiar e com empregados; grandes e pequenas áreas; produtores mais capitalizados e menos capitalizados; baixa e alta produção/productividade; comercialização nos locais de produção, venda em feiras, sacolões e supermercados.

Como já foi ressaltado, para esta pesquisa foram selecionados 13 produtores dos 35 identificados na pesquisa mais ampla. Esses 13 produtores foram selecionados de acordo com as suas particularidades, que envolvem o tamanho da área, os tipos de cultivos, a mão de obra utilizada, bem como o sistema de produção adotado e o destino da produção.

Tendo em vista a diversidade de situações e sistemas de produção e de sua relação econômica com a dinâmica urbana, a análise da produção, do perfil dos agricultores, da área cultivada e dos sistemas de cultivo contribui para entendimento da dinâmica dessa modalidade de agricultores e para definir o perfil das políticas públicas que podem ser instituídas com o objetivo de atender às necessidades dos agricultores urbanos e periurbanos comerciais em Presidente Prudente.

Na figura 12 estão localizadas as 13 áreas onde se desenvolve a agricultura urbana e periurbana em Presidente Prudente e que foram o objeto de estudo de campo desta pesquisa. Nessas áreas, os agricultores cultivam seus produtos em hortas e 10 dos 13 produtores residem no mesmo local em que é realizada a produção.

Figura 12. Presidente Prudente/SP: Localização das áreas de produção dos agricultores urbanos e periurbanos identificados na pesquisa.



Verifica-se que a AUP encontra-se localizada majoritariamente nas áreas que compreendem os loteamentos populares e de baixa renda, reafirmando a ideia de que essa

modalidade de agricultura se constitui numa forma de obtenção de renda para uma parte da população. Há também a presença de 3 produtores de renda média.

Para analisar a AUP comercial no município de Presidente Prudente, utilizaremos os tópicos presentes no formulário utilizado para a obtenção dos dados. O primeiro tópico envolve a caracterização do responsável pela produção, a estrutura de sua unidade produtiva e o vínculo com a atividade agrícola.

3.3.1. Unidade de produção: Caracterização do responsável pelo processo de produção da agricultura urbana e periurbana.

Caracterizar os agricultores urbanos e periurbanos parece, a princípio, uma tarefa fácil, uma vez que se poderia pensar que tais produtores cultivam ou criam animais na área urbana e suas imediações. No entanto, os produtores urbanos e periurbanos formam um grupo bastante heterogêneo. Quanto à origem desses agricultores, Martins e Vinholi (2012) identificaram que existe uma estreita relação entre AUP e êxodo rural. As análises dos dados desta pesquisa apontam na mesma direção, pois 10 dos horticultores pesquisados têm vínculo anterior com o meio rural. Foram constatadas diferentes situações. Dentre os 13 produtores pesquisados, 7 deram continuidade ao trabalho dos pais, que migraram para a cidade em busca de melhorar as condições de vida e, ao encontrarem dificuldades, mantiveram as experiências trazidas do campo e continuaram cultivando na cidade.

Um dos produtores pesquisados mencionou desenvolver o cultivo por ser a profissão que conhecia, tinha aprendido ao trabalhar para terceiros durante muitos anos no cultivo de hortaliças e que ensinou aos filhos o conhecimento que adquiriu ao longo dos anos e hoje os filhos também são agricultores.

Nesse grupo de produtores, foi constatado que há 3 pequenos produtores que produzem em seu próprio quintal para garantir o sustento da família por meio da comercialização da produção excedente e 2 empresários com produção em larga escala para fins exclusivamente comerciais. Para ressaltar tal afirmação, foi possível identificar produtores com características singulares: um dos produtores pesquisados cultiva hortaliças em seu quintal, utiliza parte da produção para a alimentação de sua família e o excedente vende em uma banca de rua em frente a um pequeno mercado na mesma rua em que reside e produz.

Outro produtor pesquisado também cultiva hortaliças em seu quintal; no entanto, apresenta algumas particularidades: o espaço em que produz é cedido por um parente, o

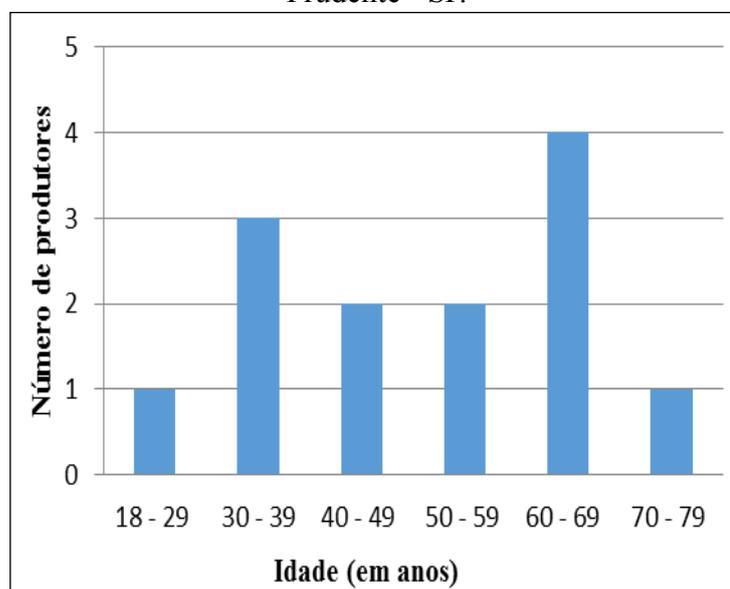
cultivo tem a finalidade de contribuir com a alimentação da família e o excedente é vendido na feira. Esse produtor tem cadastro de feirante e salienta que muitas vezes compra de outros produtores para revender e garantir a comercialização na feira.

Assim como encontramos pequenos produtores menos capitalizados, também encontramos produtores mais capitalizados, como o agricultor e empresário que cultiva vegetais orgânicos juntamente com o seu pai. O produtor tem formação de técnico agrícola e participou de vários cursos para a produção de vegetais orgânicos, também possui uma loja e uma marca, *Vida orgânica*, e seus produtos possuem selo de certificação de orgânico.

Quanto à caracterização por sexo dos responsáveis pelas unidades produtivas, apenas 3 mulheres foram identificadas como responsáveis pela unidade produtiva. Com relação à faixa etária, de acordo com os dados levantados, a produção é realizada, em sua maioria, por homens com mais de 40 anos de idade.

Dos 13 agricultores urbanos e periurbanos pesquisados, nove possuem mais de 40 anos, dentre os quais quatro possuem entre 60 anos e 70 anos e um tem mais de 70 anos de idade. Apenas quatro possuem menos de 40 anos, dentre os quais três possuem entre 30 e 39 anos e um tem 25 anos. Cabe ressaltar que todos os produtores pesquisados com menos de 40 anos já possuíam identidade com a terra, pois são filhos de produtores rurais e continuaram a produzir ao se deslocarem para a área urbana, conforme se verifica no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Faixa etária dos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em Presidente Prudente - SP.



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

A presença de produtores com idade mais avançada é muito frequente na agricultura urbana e periurbana; já a presença majoritária de homens na agricultura é uma característica particular de Presidente Prudente. Os estudos de Smit, Ratta e Nasr (1996) sobre a AUP no mundo e os estudos de Santandréu e Lovo (2007) sobre a AUP no Brasil identificaram que a presença das mulheres na AUP é maior do que a de homens. No entanto, os dados encontrados em Presidente Prudente evidenciam o contrário.

3.3.2. Infraestrutura familiar e da unidade produtiva: tipo de atividade produtiva, produção e comercialização e relações de trabalho.

No que diz respeito à infraestrutura domiciliar e produtiva, “nas práticas familiares e individuais, é mais frequente o uso de espaços privados, como os quintais que oferecem maior comodidade aos produtores que podem associar o morar, o trabalhar e o lazer” (COUTINHO, 2010, p. 124). A afirmação de Coutinho (2010) também condiz com o que ocorre no município, apenas um dos produtores pesquisados não reside no local onde realiza a produção.

O local de moradia do grupo de produtores pesquisados tem características bastante homogêneas quanto à infraestrutura. A água é encanada, as casas são de alvenaria, possuem abastecimento de água da rede geral ou de poço artesiano, energia elétrica e dispõem de bens de consumo duráveis como fogão, geladeira e televisão.

Quanto à condição da área cultivada, encontramos 4 situações: área própria, área cedida (pública e privada), área arrendada e área alugada. Do total, 8 das áreas de cultivo são próprias (tabela 2). Esse é um ponto muito importante a ser considerado na elaboração de políticas públicas para a AUP, uma vez que já existe o espaço disponível para a produção e interesse dos proprietários em dedicar-se a essa atividade.

Tabela 2 - Condição da área cultivada dos produtores pesquisados

Condição da área	Número de produtores
Própria	8
Cedida	3
Alugada	1
Arrendada	1
Total	13

Fonte: Pesquisa de Campo (2018/2019).

As áreas de cultivo podem ser classificadas em três tipos: chácaras, quintais produtivos e áreas públicas. Existe uma diferença muito grande em relação à dimensão da área dedicada à produção. Enquanto há produtores produzindo em 3 hectares de terra (30.000m^2), há produtores produzindo em 130m^2 e, nos dois casos, a produção é voltada à comercialização.

Quanto ao perfil dos produtores, foi possível identificar que três dos agricultores entrevistados são aposentados e, do total de entrevistados, apenas um exerce atividade não relacionada com a produção agrícola. Embora muitos façam parte dos estratos mais pobres da população e fazem da produção agrícola um complemento da renda, pode-se observar a presença de empresários e profissionais liberais que fazem da AUP sua atividade econômica principal, investindo em propriedades rurais bem próximas da área urbana ou até mesmo dentro da área urbana, como é o caso da horta *Viva Verde*, localizada entre os bairros Jardim Humberto Salvador e o Residencial Monte Rey, na zona norte de Presidente Prudente (Figura 13).

Figura 13 - Localização da Horta Hidropônica Viva Verde no município de Presidente Prudente/SP.



Fonte: Google Maps, 2019.

Durante a aplicação dos formulários, os produtores demonstraram conhecimento prático sobre a atividade que exercem, embora possuam baixo nível de escolaridade: 7 possuem

ensino fundamental incompleto, 3 possuem o ensino fundamental, 2 possui o ensino médio completo e 1 ensino superior.

De acordo com os dados, o grau de escolaridade dos agricultores urbanos e periurbanos é baixo. Tal situação é semelhante a encontrada por Pessoa (2005) em estudo realizado sobre a AUP no município de Santa Maria/RS e por Silva (2014), no município de Teresina - PI. Segundo a autora, “o baixo nível de escolaridade dos agropecuaristas urbanos da ZST² revela também a condição de trabalhadores rurais, que vivem de atividade clandestina, o que nem sempre quer dizer baixa remuneração, pois seus produtos têm boa aceitação no mercado” (SILVA, 2014, p. 128). Em todos os casos há boa aceitação e há demanda pelos produtos da AUP, fatores importantes a serem considerados para a elaboração de políticas públicas.

A agricultura urbana e periurbana em Presidente Prudente é diferente daquela apontada por Silva (2014) sobre a AUP em Teresina - PI, com forte presença da criação de gado. De acordo com a autora, a presença do gado na área urbana do município é muito forte. “Muitas vezes eles ficam soltos pelas ruas e avenidas durante o dia, mas à noite, os donos os levam para casa ou outro local” (SILVA, 2014, p. 129). A autora também identifica, por meio de imagens, a presença de animais na cidade em espaços murados limítrofes a casas, ruas, comércios entre outros.

A análise da AUP descrita por Silva (2014) é importante para nos auxiliar a traçar um perfil de produção no município de Presidente Prudente. Bastante diferente daquele encontrado pela autora em Teresina/PI, a AUP em Presidente Prudente é caracterizada pela produção de alimentos, mais especificamente aqueles cultivados em hortas, embora também haja a presença de gado bovino em terrenos maiores, especialmente nas áreas de pousio social, cujos proprietários mantêm a atividade pecuária enquanto aguardam a valorização e oportunidades de ganho no mercado imobiliário.

No quadro 6 estão discriminados os produtos cultivados pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados. É possível constatar que as hortaliças de folhagens predominam entre os produtos cultivados e, dentre as folhagens mais cultivadas, podemos destacar a produção de alface de diferentes variedades (crespa, mimosa, lisa e americana). O ciclo de produção da alface é curto, leva de 45 a 60 dias, o que permite que sua produção seja realizada durante o ano todo (embora sua produtividade seja mais elevada no inverno) e de

² Zona Sudeste de Teresina: é uma das em cinco regiões administrativas criadas pela prefeitura do município com a finalidade de descentralizar e melhorar o atendimento às comunidades (SILVA, 2014)

fácil comercialização; esses dois fatores têm grande influência na escolha dos produtos cultivados.

Quadro 6 - Variedade de produtos cultivados pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em Presidente Prudente.

Hortaliças de folhagens	Hortaliças de fruto	Hortaliças de raiz	Raízes e Tubérculos	Frutas
Acelga	Abóbora	Rabanete	Mandioca	Acerola
Agrião	Berinjela	Nabo		Banana
Alface	Chuchu			
Almeirão	Jiló			
Brócolis	Maxixe			
Cebolinha	Pimentão			
Chicória	Quiabo			
Coentro	Tomate			
Couve				
Couve flor				
Espinafre				
Hortelã				
Manjerição				
Repolho				
Rúcula				
Salsinha				

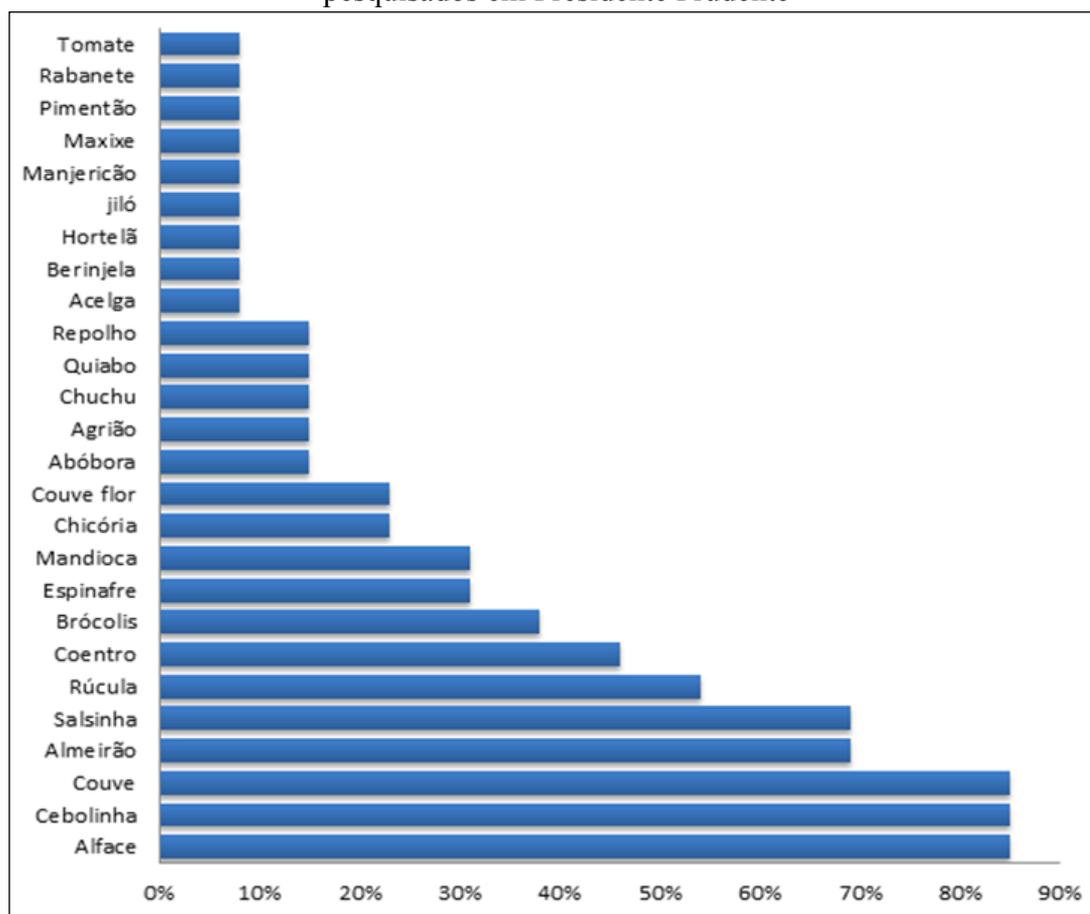
Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

A alface é um cultivo de ciclo curto e, portanto, com retorno financeiro mais rápido que os demais cultivos. De acordo com os dados obtidos na pesquisa, a alface é cultivada por todos os produtores pesquisados em presidente Prudente e é a produção mais comum em diversos municípios das diferentes regiões do Brasil.

Leme (2012), Ferreira (2013) e Silva (2014) constataram a forte presença das hortaliças como expressão da AUP em Rio Claro - SP, Vitória do Santo Antão - PE e Teresina - PI, respectivamente. De acordo com os entrevistados pelos referidos pesquisadores, e também constatado por nós, em Presidente Prudente, o tempo entre a produção e a colheita é um fator fundamental na escolha dos tipos de cultivos, pois é mais lucrativo plantar um pé de alface que pode ser colhido em 2 meses do que uma mandioca que demora 12 meses” (LEME, 2012 p. 68).

No gráfico 2 é possível visualizar a distribuição em percentual dos cultivos encontrados nas áreas pesquisadas. As folhagens se destacam em relação aos demais cultivos, principalmente a alface, cebolinha e couve, cultivados em 85% das áreas pesquisadas.

Gráfico 2 - Incidência de produtos cultivados pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em Presidente Prudente



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

O destino da produção, na maioria dos estudos encontrados, serve para autoconsumo ou comercialização, ou as duas situações ao mesmo tempo; em poucas situações, os produtos produzidos eram para doação ou troca. De acordo com Ferreira (2013), existem duas modalidades principais: produção individual e coletiva (comunitária): a agricultura em Recife, realizada individualmente, é destinada para o autoconsumo e a troca e uma outra forma de organização, por meio das hortas comunitárias.

Em Presidente Prudente não ocorre nenhuma dessas formas de organização; não foi identificada a existência de hortas comunitárias e as hortas individuais são voltadas para o autoconsumo e, sobretudo, para a comercialização.

Considerando a dimensão econômica, a comercialização dos produtos oriundos da AUP integra a dinâmica urbana e proporciona o abastecimento local, podendo se tornar uma atividade econômica importante para as cidades, visto que a qualidade e o preço desses produtos sofrem com a questão do transporte. Assim, o retorno econômico é maior, pois o

custo com transporte é menor, uma vez que a área produtiva e o consumidor estão próximos, não é necessário percorrer longas distâncias.

A comercialização dos produtos da AUP ocorre de várias formas: as hortaliças são vendidas para sacolões, restaurantes, supermercados, bancas de rua e também na própria área de cultivo. De acordo com os dados da tabela 3, os agricultores urbanos e periurbanos utilizam mais de uma forma de comercialização de seus produtos; tal informação pode ser verificada por meio do total de agricultores em relação aos tipos de comercialização, totalizando 27 agricultores. Logo, se são 13 agricultores pesquisados, significa que utilizam mais de uma forma de comercialização.

Tabela 3 - Formas de comercialização adotadas pelos agricultores urbanos e periurbanos.

Formas de comercialização	Número de agricultores
Banca de rua	4
Feira livre	4
Sacolão	3
Mercado de bairro	3
Supermercado	3
Restaurantes	2
Porta a porta	2
Próprio local de produção	5
Loja própria	1
Total	27

Fonte: Pesquisa de Campo (2018/2019).

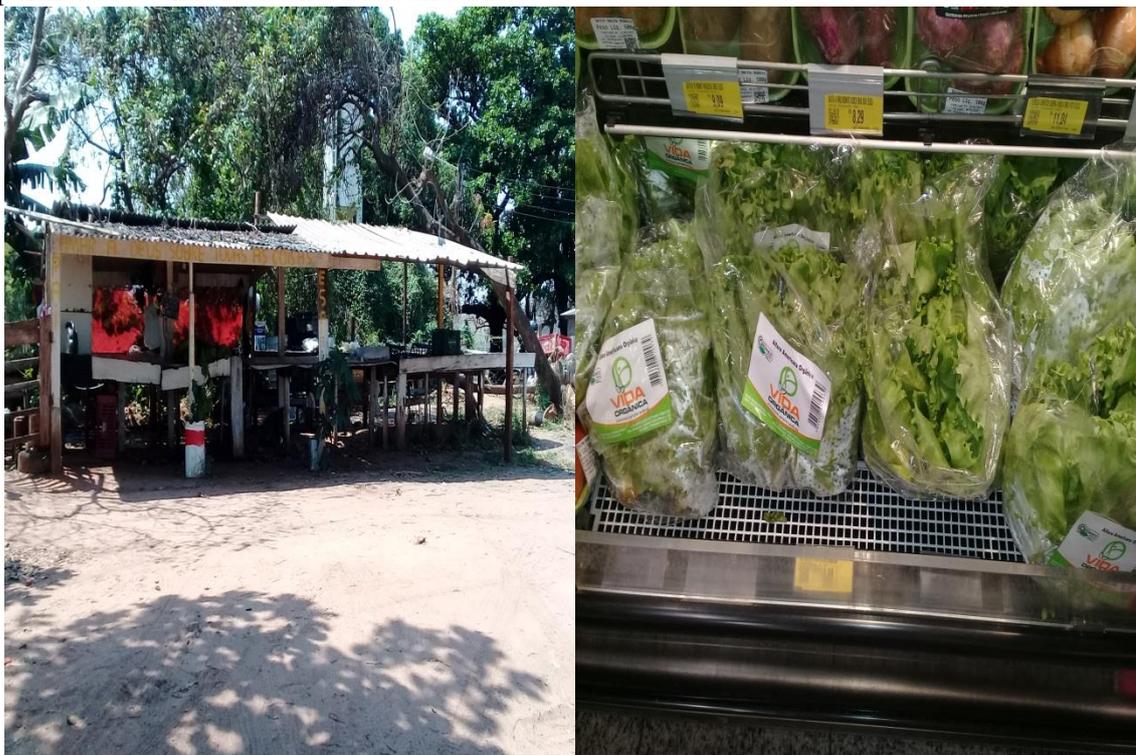
As formas mais encontradas de comercialização são o próprio local de produção, em bancas de rua e nas feiras livres que ocorrem durante a semana em diferentes pontos da cidade. De acordo com os produtores, os preços dos produtos pagam os custos e geram renda para os produtores. Quando se questionou sobre a renda obtida por meio da produção, não foi possível saber qual a renda obtida com a comercialização de seus produtos.

Na figura 14 estão representados dois registros de formas de comercialização dos produtos dos agricultores urbanos e periurbanos de Presidente Prudente. Um das formas trata-se de uma banca localizada na própria área de produção; os preços das hortaliças comercializadas no local variam entre R\$2,00 e R\$3,00 (dois e três reais) por maço no verão, quando a oferta é menor, e chegam a vender por até R\$1,00 (um real) no inverno, quando a

produção é maior e o consumo diminui. Essa situação também foi relatada pelos demais agricultores que participaram da pesquisa

Ainda na figura 14 temos a imagem de uma gôndola de supermercado com alface orgânica, produzido por um dos agricultores que participaram da pesquisa. O preço dos produtos orgânicos é maior; no entanto, o produtor consegue comercializar toda a sua produção em sua própria loja e nos supermercados do município.

Figura 14 - Banca localizada na área de produção no bairro Ana Jacinta e alface orgânica em supermercado em Presidente Prudente/SP



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

A única dificuldade de comercialização foi apontada em relação à venda para os supermercados, pois o que não é vendido pelo supermercado gera prejuízos para o produtor. De modo geral, os produtores afirmaram que as hortaliças são comercializadas com facilidade durante o ano todo.

Uma situação apontada por diversos produtores, embora não se configure como um grande problema, está relacionada à sazonalidade. De acordo com um dos entrevistados, no inverno a produção é maior e a hortaliça é mais bonita, mas as pessoas consomem menos; no verão, o sol forte e as chuvas prejudicam a produção, porém as pessoas consomem mais hortaliças. Essa oscilação se reflete sobre o custo da produção e também sobre os preços dos produtos.

É comum que as práticas da agricultura urbana e periurbana sejam realizadas individualmente ou através da ajuda de membros da família (COUTINHO, 2010). A AUP, em Presidente Prudente, é essencialmente familiar, realizada principalmente pelo casal e filhos, na maioria das vezes.

Conforme afirma Ferreira (2013), a dimensão familiar é um importante aspecto que caracteriza a AUP em que integra as dimensões econômica, social e política. Dessa forma, a AUP também é agricultura familiar e esse é outro aspecto importante a ser levado em conta na formulação de políticas públicas direcionadas a essa modalidade de agricultura, uma vez que pelo menos um integrante da família dos agricultores faz parte do processo produtivo em todas as unidades produtivas da pesquisa.

No que diz respeito ao que se entende por agricultura familiar, Wanderley (1996, p. 2) define agricultura familiar “como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Segundo essa definição, os agricultores urbanos e periurbanos de Presidente Prudente podem ser considerados agricultores familiares, pois em todas as unidades produtivas pesquisadas foi verificada a presença do trabalho familiar, mesmo naquelas em que se utiliza o trabalho assalariado temporário ou permanente.

De acordo com os dados analisados nesta pesquisa, a prática da AUP tem uma importância muito grande para as famílias diretamente envolvidas no processo produtivo. Em uma das hortas, localizada no bairro Brasil Novo, trabalham o responsável pelo cultivo, dois sobrinhos e a filha. Já em outra unidade produtiva, dedicam-se ao trabalho na horta, além do responsável, seus pais e a esposa.

3.3.3. Organização social: identificação das formas de relação e situação social dos agricultores/produtores

No que diz respeito às associações ou cooperativas, apenas três produtores pesquisados afirmaram ser cooperados da Cooperativa da Agricultura Familiar de Presidente Prudente (COAF). Dos 13 produtores, 9 afirmaram não ter interesse em fazer parte de associações ou cooperativas, alegando que não funcionam; porém, ressaltam a importância delas, pois se elas de fato funcionassem “seria mais fácil lutar por melhorias”, segundo os produtores. Do ponto de vista da organização social, ainda há muito que avançar, visto que os produtores apresentam certa resistência quando se fala sobre o assunto.

Quando questionados sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), 7 produtores conhecem ou já se informaram sobre o programa, o que é um elemento muito importante para a pesquisa. Então, uma ampla divulgação do programa e o fornecimento de informações sobre as exigências para acessar essa modalidade de comercialização deveria ser realizada com maior frequência.

Outro dado que é ponto relevante de atenção é a quantidade de produtores que já forneceram produtos para o PNAE. Em termos absolutos, apenas 3 dos 13 produtores pesquisados já forneceram produtos. Nesses casos, os produtores identificaram vários problemas relacionados à regularidade da compra, à demora para receber e à cobrança de taxas da associação para fornecerem seus produtos.

Quanto à avaliação dos agricultores sobre a sua situação social, 7 agricultores sentem-se inferiorizados pela sociedade, pois não são reconhecidos pela sua importância; porém compreendem a relevância de seus trabalhos. “Se a gente não planta, não tem alimentos e, se não tem alimentos, como as pessoas vão sobreviver?” - essa é a fala de um dos produtores entrevistados. “Me sinto quase superior, vai faltar alimentos, já está faltando”, - de acordo com esse produtor, cultivar requer muito conhecimento: “Não é só plantar que nasce, tem que conhecer as técnicas”.

É evidente a valorização que os produtores pesquisados têm em relação à atividade que exercem e, quando questionados como se sentem sobre si mesmos em relação a outros agricultores, as respostas são variadas. 8 dos 13 produtores consideram-se iguais aos demais produtores, porém salientam alguns diferenciais, tais como a experiência que possuem em relação às técnicas de cultivo e em relação à quantidade de fertilizantes e pesticidas utilizados na produção. São diversas afirmações nesse sentido: “utilizo pouco agrotóxico”, “meus produtos são orgânicos”, “não uso veneno”, “utilizo adubo orgânico”. As afirmações relacionam-se a menor utilização de fertilizantes e defensivos agrícolas.

3.3.4. Técnicas: análise e descrição dos materiais e tipos de uso dos materiais para a realização da atividade agrícola

O cultivo de hortaliças dos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados é feito com base no plantio de mudas. As mudas são compradas principalmente dos viveiros Brambilla, de Piacatu/SP, e do viveiro NH, de Álvares Machado - SP. Para compreender a amplitude da produção das mudas foi realizada visita técnica ao Viveiro NH, em 2018. O viveiro conta com uma grande área de produção em estufas, de mudas variadas: alface de diferentes variedades,

rúcula, cebolinha, salsa, coentro, agrião, quiabo, entre outros, em estufas cobertas e protegidas (Figura 15).

Nas bandejas são utilizadas uma mistura de 60% de fibra de coco e 40% de substrato, e sementes peletizadas (sementes com um revestimento que a protege e facilita a distribuição uniforme nas bandejas). São utilizadas técnicas que facilitam a colocação das sementes nas células das bandejas, pois isso diminui as perdas e otimiza o tempo. Atualmente, as mudas são comercializadas, principalmente, em bandejas retornáveis que possuem 288 células e em bandejas descartáveis com 200 células. As bandejas de mudas retornáveis são comercializadas a R\$ 16,50 e as descartáveis por R\$ 12,00.

Figura 15. Produção de mudas: Viveiro NH em Alvares Machado - SP



Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

No que diz respeito ao tipo de manejo praticado pelos agricultores urbanos, encontramos bastante diferença entre eles: o cultivo convencional em canteiros e com uso de adubação química e orgânica são os mais encontrados: onze, dos treze produtores pesquisados, desenvolvem sistema de cultivo convencional. Apenas dois produtores pesquisados desenvolvem sistemas diferentes, sendo que um utiliza o sistema hidropônico e outro é produtor orgânico.

No manejo convencional, os agricultores utilizam principalmente esterco de galinha e nutrientes NPK (Nitrogênio, Fósforo e Potássio) e fertilizantes de cobertura e pesticidas quando é necessário. Os produtores também afirmaram usar alternativas naturais para o combate a pragas e doenças. Na figura 16 é apresentada uma imagem de cultivo com manejo convencional em Presidente Prudente.

Ainda é perceptível a falta de conhecimentos técnicos de base orgânica e agroecológica em relação à produção de alimentos pela maioria dos produtores. Embora a agroecologia seja considerada “um instrumento importante na implementação de estratégias para viabilizar produções agrícolas em pequena escala sob administração familiar” (AQUINO; ASSIS, 2007, p. 137), os agricultores demonstraram ter pouco conhecimento sobre a produção agroecológica.

Figura 16. Cultivo convencional localizado nas proximidades da Estrada da Amizade



Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

Já a produção orgânica apresenta vantagens e desvantagens. Dentre as principais vantagens estão a possibilidade de produzir em áreas pequenas, a eliminação do uso de agrotóxico e maior valor comercial do produto orgânico em relação ao convencional. As principais desvantagens estão no custo da certificação, a menor produção, quando comparada

com o sistema convencional e, se praticada de maneira incorreta, pode causar problemas ambientais (CAMPANHOLA; VALARINI, 2011).

Na produção orgânica não são utilizados adubos químicos ou pesticidas; o controle de pragas e doenças é feito com produtos e técnicas naturais, como a calda bordalesa, fungicida criado inicialmente para controlar o míldio da videira³ e que, atualmente, é bastante utilizado na agricultura para o controle preventivo de doenças foliares e como fonte de cobre (ANDRADE; NUNES, 2001).

Para a produção de orgânicos é possível obter certificação, o que valoriza os produtos. A certificação é outorgada por diferentes instituições no país, as quais possuem normas específicas para a concessão do seu selo de garantia. O agente certificador é responsável por verificar, por meio da inspeção da produção e do processamento dos produtos orgânicos, quando necessário, se essas normas estão sendo cumpridas. A certificação confere maior confiabilidade, além de agregar valor ao produto. Na figura 17 temos uma imagem do cultivo orgânico, no município, que possui certificação.

Figura 17. Cultivo orgânico localizado no Jardim Cobral em Presidente Prudente/SP



Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

³ O míldio da videira é uma doença causada por fungo que ataca todos os órgãos verdes da planta, principalmente as folhas. O agente causador do míldio é originário da América do Norte e é uma das principais doenças dos países produtores de uva onde o verão é úmido (KIMATI *et al*, 1997).

Um dos produtores entrevistados produz hortaliças hidropônicas (Figura 18). No sistema hidropônico utiliza-se um conjunto de técnicas de plantio sem uso de solo. As raízes recebem uma solução nutritiva balanceada que contém água e todos os nutrientes necessários para o desenvolvimento da planta. As hortaliças são cultivadas em estufas; qualquer que seja a espécie cultivada, é sempre feita pelo sistema de cultivo protegido, constituído por um sistema hidráulico por onde circula a água e a solução nutritiva necessária para o desenvolvimento das hortaliças.

Figura 18. Cultivo hidropônico em propriedade localizada no Jardim Humberto Salvador em Presidente Prudente/SP



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

O sistema hidropônico é uma forma de cultivo em estufas que substitui a terra pela água com nutrientes necessários para o crescimento e desenvolvimento das plantas, o que pode gerar elevados custos. O agricultor que desenvolve o sistema hidropônico dispõe de poço artesiano e a propriedade está localizada na área rural, o que diminui o custo da água; além disso, a tarifa de energia elétrica para domicílios rurais é 30% inferior aos domicílios urbanos e, para produtores irrigantes, a tarifa de energia elétrica para utilização entre 21h30m e 6h00m é 67% inferior em relação à energia dos domicílios urbanos (CONEXÃO TOCANTINS, 2018).

Para cada sistema de plantio há diferentes sistemas de irrigação, seja por meio de mangueira, regador, aspersão ou por meio de canos (hidropônia). No sistema hidropônico a produção é suspensa, as mudas são colocadas em canos nos quais a água e os nutrientes necessários são fornecidos às hortaliças em circuito fechado. De acordo com o produtor pesquisado, o sistema de produção hidropônico é muito eficiente e nesta propriedade são produzidos 30.000 pés de alface crespa por mês, além de outras folhagens.

No sistema de cultivo convencional a produção de hortaliças utiliza grande quantidade de água, esse fato complica o produtor das áreas urbanas, pois a água está menos disponível e as tarifas de água e de energia (no caso da extração de água de poços) são mais elevadas do que na área rural, onerando o custo da produção.

Considerando a água como um importante fator de produção, foi possível verificar diferentes formas de irrigação: 9 produtores utilizam o sistema de aspersão, 2 produtores utilizam mangueiras, 1 utiliza o sistema de hidroponia e 1 produtor não irriga (conta com a água da chuva para irrigar a produção).

Santandréu e Lovo (2007) identificaram em suas análises que o acesso à água de qualidade é um grande desafio em todas as regiões do estudo, referindo-se ao elevado uso da água tratada, inviabilizando seu uso em sistemas de produção quando não é subsidiada pelo poder público. Embora haja um discurso por parte do poder público, no município de Presidente Prudente não há qualquer instrumento legal que garanta um custo menor para o uso da água em solo urbano para fins de produção agrícola.

Ao analisar diversas situações da AUP no mundo, Smit; Ratta e Nasr (1996) já identificavam a irrigação como um importante fator de aumento e também diminuição da AUP e consideram que, embora o sistema de abastecimento de água, na maioria das cidades, não reconheça as especificidades da AUP no custo da água, afirmam que esse problema poderia ser facilmente resolvido por meio do uso de águas residuais e subterrâneas: “uso de águas residuais para irrigar tem a vantagem adicional de fornecer nutrientes para as culturas (embora sua desvantagem seja a maior ameaça à saúde humana e ao ambiente quando manuseado incorretamente)” (SMIT; RATTA; NASR, 1996, p.216).

Sobre os principais problemas elencados pelos produtores no processo produtivo, está a questão da sazonalidade. Durante o verão, as temperaturas altas influenciam a produção, diminuindo significativamente a produtividade. A questão da água também foi apontada pelos produtores que não dispõem de poços artesianos, indicando o preço e a disponibilidade de água como fatores que afetam a produção.

3.3.5. Financiamento: linhas de financiamento acessadas e seu reatamento nas condições de vida dos pesquisados

Somente um dos produtores pesquisados já utilizou crédito rural através de bancos, e outro acessou recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para a compra de um caminhão necessário para a entrega de hortaliças. Segundo este produtor, o financiamento foi fundamental para garantir a ampliação da entrega das hortaliças produzidas e também não teve dificuldades em pagar o financiamento, pois consegue obter uma renda suficiente com o cultivo de hortaliças.

Quanto ao Pronaf, 9 dos produtores não conhecem as formas de acesso ao Pronaf. Ao ser explicado de modo breve aos agricultores sobre o Programa (alguns produtores desconheciam ou tinham vaga ideia sobre ele), muitos demonstraram interesse, pois acreditam que seria uma boa forma de acessar recursos para realizar investimentos visando ao aumento da produção, uma vez que os juros dos bancos são muito altos. Um dos produtores comentou que já fez empréstimo pessoal para investir na produção e que não faria novamente por causa dos juros.

3.3.6. Unidade produtiva e mercado institucional: a relação do responsável pela unidade produtiva com o mercado institucional

Os produtores já ouviram falar sobre o PAA e o PNAE, porém 9 dos 13 produtores não sabem como esses programas funcionam. No que diz respeito ao PAA, 3 produtores já forneceram para o PAA, mas não fornecem mais por diversos motivos, tais como a dificuldade na relação com a associação, atrasos no repasse dos pagamentos e alguns produtores eram beneficiados pela associação, em detrimento de outros, na comercialização dos produtos. O produtor de orgânicos entregava para o PNAE, porém a prefeitura de Presidente Prudente não pagava o adicional de 30% no preço dos produtos orgânicos.

Quanto ao interesse de tornar-se um fornecedor do PAA e do PNAE, 9 produtores demonstraram interesse, desde que a política fosse menos burocrática e que compensasse ao produtor urbano de fato. Cabe ressaltar que o PAA teve seus recursos reduzidos drasticamente; porém, espera-se que as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar sejam retomadas e que os agricultores familiares possam continuar produzindo e alimentando tanto a população do campo quanto da cidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como principal objetivo caracterizar a AUP no município de Presidente Prudente/SP, identificar os agentes envolvidos no processo produtivo, a produção e a comercialização, as políticas públicas acessadas pelos agricultores urbanos e periurbanos oferecendo um panorama da AUP. O objetivo foi atingido, pois foram identificados quem são esses produtores, a distribuição das unidades produtivas, as técnicas utilizadas no plantio, a comercialização e também as políticas públicas relacionadas a AUP no município.

Para alcançar esse objetivo foi traçado um caminho; pelo fato de a AUP envolver dois termos relacionados a dinâmicas antagônicas, houve a necessidade de explanar sobre como surge esse antagonismo por meio da relação cidade (urbano) e campo (rural). A primeira parte do trabalho auxiliou na compreensão das relações entre os espaços urbano e rural, esclarecendo que a dicotomia entre cidade e campo em alguns pontos foi superada, embora em suas características físicas o espaço urbano e o rural permaneçam diferenciados e que tanto o rural quanto o urbano influenciam os espaços de transição entre o rural e o urbano.

O que pode ser visto são situações de complementariedade, cidade e campo estão interligados e dependem das atividades que são desenvolvidas em ambos. As máquinas e insumos utilizados no campo provêm da indústria urbana, da mesma forma que os alimentos da cidade são provenientes do campo (ou também do espaço intermediário entre os dois). As cidades estão produzindo alimentos numa escala jamais vista, e no campo têm sido desenvolvidas atividades ligadas ao turismo, lazer, além de outras atividades. De maneira articulada, campo e cidade têm suas particularidades em relação ao modo de vida, à proximidade entre as pessoas, às relações de vizinhança, entre outros elementos que os distinguem, não como contraditórios e sim como complementares.

Ao compreender a relação cidade e campo e a formação de outros espaços, os espaços periurbanos, vale ressaltar algo que foi questionado sobre o entendimento dos espaços periurbanos: não se trata de uma área homogênea. De acordo com o que foi analisado sobre o processo de periurbanização, o espaço periurbano é um espaço plurifuncional, uma zona de transição, onde coexistem elementos urbanos e rurais que influenciam e sofrem influência do modo de vida das pessoas e das relações que estabelecem com a terra.

No segundo capítulo, buscamos identificar o que diferentes autores consideram sobre o que é a AUP, bem como dimensionar qual o nosso entendimento de agricultura urbana e periurbana. Foram identificadas algumas experiências de AUP no Brasil e no mundo, reafirmando a relevância do estudo deste tema, visto que é uma prática que vem crescendo em

diversos países. Por esse motivo demonstramos algumas vantagens propiciadas pelo desenvolvimento da AUP, evidenciando sua importância para a segurança alimentar, a geração de ocupação e renda, bem como para o meio ambiente.

E no terceiro capítulo tratamos da AUP em Presidente Prudente/SP. A cidade é dispersa e possui muitos vazios urbanos, frutos da especulação imobiliária realizada pelos proprietários e agentes imobiliários. Os bairros afastados do núcleo central não estão apenas afastados, estão separados por grandes áreas que ainda não foram ocupadas.

Alguns desses espaços ainda são considerados rurais e dispõem de alguns benefícios próprios para a produção agrícola, como a possibilidade de instalar poços artesianos e pagamento de tarifas mais baixas de energia elétrica. Quanto aos financiamentos e políticas públicas voltados à agricultura familiar, constatou-se que não têm beneficiado os agricultores urbanos e periurbanos pesquisados.

É evidente que as práticas socioespaciais desenvolvidas no espaço urbano e periurbano têm levado a territorialidades distintas e que a AUP leva à configuração de novas dinâmicas que precisariam ser incorporadas à lógica urbana, pois têm gerado renda e alimentos para a população urbana. Muito além de compreender esses novos espaços, é preciso inseri-los no planejamento urbano.

É possível perceber que a AUP está presente no município e integra a economia local, sendo a produção de hortaliças a principal atividade agrícola. Os agricultores urbanos e periurbanos possuem parte da sua renda proveniente da atividade agrícola. Em diversas situações foi possível evidenciar que a agricultura urbana e periurbana constitui a única fonte de renda para os agricultores capitalizados e que investem nessa modalidade de produção.

Para nove, dos treze produtores pesquisados, a agricultura é uma fonte de renda secundária, principalmente para os aposentados, que veem na AUP uma forma de complementar sua renda e garantir o sustento de sua família.

A maior parte dos produtores apresenta autonomia em sua produção, comercializam seus produtos com supermercados, sacolão, nas feiras livres, restaurantes, lanchonetes e também no próprio local de produção. A mão de obra familiar e a pequena presença de funcionários nas unidades produtivas evidenciam uma produção em pequena escala, mas que garante a renda, a sobrevivência e a oferta de alimentos para a população e para a maior parte dos agricultores urbanos e periurbanos.

Conclui-se que o que torna a agricultura urbana e periurbana em Presidente Prudente tão particular são suas características, que diferem muito daquilo que é encontrado nos estudos sobre a AUP. Em Presidente Prudente não temos a presença forte das mulheres no

cultivo, não foram apresentadas por parte dos agricultores e, pelo que foi visto na pesquisa de campo, qualquer princípio de agroecologia e a produção orgânica são pouco expressivos em relação ao cultivo tradicional.

Enquanto as hortas comunitárias na agricultura urbana e periurbana são desenvolvidas em municípios como Campinas/SP, Americana/SP e Belo horizonte/MG, em Presidente Prudente não há organizações de pessoas nesse sentido. Do ponto de vista da diversidade que compreende a AUP, no município a predominância está na produção de hortaliças.

A AUP é, portanto, uma das formas de uso e prática dos espaços urbanos e periurbanos. Sendo assim, essa forma de produzir e usar o espaço geográfico não pode deixar de ser considerada pelos agentes da gestão e do planejamento das cidades, até porque, como mostrado, a AUP já construiu e articulou engrenagens cujas funcionalidades fazem-se inerentes ao processo permanente de reprodução do espaço urbano em todo o mundo.

Assim, a AUP promove e estimula a organização e a participação populares. Os produtores ainda apresentam algum receio de organizarem em associações ou cooperativas; porém, enfatizam a importância e a necessidade dessa organização para fortalecer a produção e lutar pelos interesses comuns.

Espera-se que a pesquisa possa contribuir para o fortalecimento da AUP no município e colaborar para a elaboração de políticas públicas, ainda que na escala local. Uma política que possa tornar clara a importância da AUP para a cidade, estabelecendo quais espaços podem ser utilizados e que disponibilize a infraestrutura necessária para garantir alimentos de qualidade, ao mesmo tempo em que reconheça a AUP como uma atividade econômica da cidade e para a própria cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA (Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada), 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pud/td/autor005.html>. Acesso em: 21 fev. 2019.

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.

ALMEIDA, André Martins de. **A Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB no período após a abertura comercial: mudança institucional e novos instrumentos**. Piracicaba, 2014. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-05052014-105819/publico/Andre_Martins_de_Almeida_versao_revisada.pdf. Acesso em: 17 out. 2019.

ALVES, Flamarion Dutra. **A relação campo-cidade na Geografia Brasileira**: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. *Geografia Ensino & Pesquisa*, vol. 16, n. 3, set./dez. 2012.

ANDRADE, L.N.T.; NUNES. M.U.C. **Produtos alternativos para controle de doenças e pragas em agricultura orgânica**. Aracaju: Embrapa-Tabuleiros Costeiros, 2001. 20p. (Embrapa Tabuleiros Costeiros. Documentos, 281.

ARRUDA, Juliana. **Agricultura urbana e periurbana em Campinas/SP**: Análise do programa de hortas comunitárias como subsídio para políticas públicas. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, 2006.

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambient. soc. [online]**. 2007, vol.10, n.1, pp.137-150. ISSN 1414-753X. disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2007000100009>. Acesso em: 17 out. 2019.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sérgio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. In: GRISA, Greta. SCHNEIDER, Sergio. (Orgs.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p.19-50.

BANCO DO NODESTE. Grupos e Linhas de Crédito PRONAF - Quadro Resumo (Plano Safra 2019/2020). Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/165130/228956/tabela_grupos_Pronaf_19122018.pdf/9e353e24-d3e9-39ef-2698-14f212171a61. Acesso em 12 nov. 2019.

BAGLI, Priscilla. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema**: dos mitos pretéritos às recentes transformações.

2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, IBGE. Censos Demográficos 1950-1991. **Anuário Estatístico do Brasil, 1996**. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1996.pdf, acesso em 05 de fevereiro de 2019.

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico, 2000**. Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>, acesso em 05 de fevereiro de 2019.

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>, acesso em 05 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001: Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional.

BRASIL. Lei nº 10696, de 2 de julho de 2003. Lei de criação do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Diário Oficial da União, Seção 1, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jul. 2003. Seção 1. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/110.696.htm. Acesso em: 28 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Plano Safra 2019-2020. Brasília: 2019. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2019-2020/view>>. Acesso em: 10 de jan. 2020.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalamento e a questão urbana. Tradução de Daniel Sanfelici, Karen Heberle. Geosp – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, n. 33, p. 198-220, 2013. ISSN 2179-0892. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74311/77954>. Acesso em: 15 out. 2019.

BRYANT, Christopher R.; RUSWURM Lorne Henry; MCLELLAN A. G. **The city's countryside: land and its management in the rural-urban fringe**. London: Longman, 1982.

CAMARGO, Carlos Eduardo Secchi. **Qualidade Ambiental Urbana em Presidente Prudente-SP**. Presidente Prudente, 2007 152 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2017.

CAMPANHOLA, Clayton; VALARINI, Pedro José. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, 2001.

CAMPOS, Jaqueline Arruda. **Entre o urbano e o rural: uma análise da periurbanização na região metropolitana de Natal-RN** / Jaqueline de Arruda Campos. 2018. 169f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Natal, RN, 2018.

CAPORAL, Francisco Roberto; Costabeber, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 24 p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

COUTINHO, Maura Neves. **Agricultura urbana: Práticas populares e sua inserção em políticas públicas**, 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

COSTA, Ériko Fabrício Nery da. **Periferização, dispersão e fragmentação urbana em cidades intermediárias da Amazônia: o caso de Altamira, Pará**. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Universidade da Amazônia.

COVARRUBIAS, Juliana Duz Ricarte. **Agricultura urbana em Porto Ferreira-SP: Mapeamento, caracterização e tipificação**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de São Carlos, 2011.

DAMASIO, Mariana Assis. **Panorama da agricultura urbana e periurbana. Os potenciais de abrangência socioambiental das práticas de AUP**. Rio Claro, 2015. 36 f. Trabalho de conclusão de curso (Ecologia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985**. Campinas: ICONE; UNICAMP, 1985.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v.13, n.2, p. 153-167, 2011.

ESPAÑA, Elisabeth Delios **La agricultura en espacios periurbanos en el municipio de Alboraya**. Valencia: Universidad de Valencia, 1991.

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Cidades mais verdes na África. Un informe de la FAO sobre la Agricultura Urbana y Periurbana en la región**. Roma: FAO, 2013.

_____. Ciudades más verdes em América Latina y el Caribe. **Un informe de la FAO sobre la Agricultura Urbana y Periurbana en la región**. Roma: FAO, 2014.

FRANÇA, Caroline Jabour de; BERGAMASCHI, Rodrigo Bettim. **Mapeamento das áreas periurbanas do Espírito Santo**. IJSN, 2011. 32 p. (Texto para Discussão, n. 24)

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GNAU, Grupo Nacional de Agricultura urbana. Lineamientos para los subprogramas de la Agricultura Urbana, 2002. Disponível em <<http://www.ausc.co.cu/index.php/2015-07-06-16-01-39/lineamientos-m-3>>, acesso em 04 de março de 2019.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sérgio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. In: GRISA, Greta. SCHNEIDER, Sergio. (Orgs.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p.19-50.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Políticas públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. **Faz ciência**. Francisco Beltrão, FACIBEL, v. 1 n. 1, 1997, p. 38-49.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Agricultura, desenvolvimento e Sustentabilidade**. In Marafon, G. J. (org.), Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária, Rio de Janeiro, Eduerj, 2007. (p. 179-198)

HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza** (UFU. Online), v. 25, p. 469-483, 2013.

HOLZER, Werther. Uma Discussão Fenomenológica sobre os conceitos de Paisagem e Lugar, Território e Meio Ambiente. **Revista Território**, ano 2, nº 3. p. 77-85. jul./dez. 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORAFIA E ESTATISTICA – disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100639.pdf> acessado em 10 de fev. 2019.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Bahia: Via litterarum, 2010.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 34. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEME, Marina Koketsu. Agricultura urbana em Rio Claro (SP): produção e políticas públicas. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MACHADO, Althair Toledo; MACHADO, Cynthia. Torres de Toledo. **Agricultura urbana**. Documentos/Embrapa Cerrados, 2002. Disponível em: <http://bbeletronica.cpac.embrapa.br/2002/doc/doc_48.pdf>. Acesso em 10.11.2019.

MADALENO, Isabel Maria. **A cidade das mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2002.

MARAFON, José Glaucio. Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade. **Revista CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-13, jun., 2014

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARISCO, L. M. O. **A norma e o fato**: abordagem analítica da segregação sócio-espacial e exclusão social a partir dos instrumentos urbanísticos. 2003. 212 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

MARTINS, Pedro; VINHOLI, Ana Carolina. Êxodo rural e a identidade dos agricultores urbanos em Itajaí/SC. In: MARTINS, Pedro; SÁNCHEZ, Héctor Ávila; WELTER, Tânia (Orgs.). **Território & sociabilidade: relatos latinoamericanos**. 1. ed., Florianópolis: UDESC, 2012, p. 55-77.

MATTEI, L. Políticas de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil: O Caso Recente do Pronaf. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, nº 1, jan-mar. 2007.

MATOS, Patrícia. Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A Modernização da agricultura no Brasil e os Novos Usos do Território. (2011) **Geo UERJ**, ano 13, n. 22, v. 2, 2º. sem. de 2011, p. 290-322.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Trad. Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MELAZZO, Everaldo Santos. **Mercado imobiliário, expansão territorial e transformações intraurbanas: o caso de Presidente Prudente-SP**. 1993. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 144 pgs.

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. Planejamento em Áreas de Transição Rural-Urbana: Velhas Novidades em Novos Territórios. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 11, p. 83-100, 2008.

MONTEIRO, Ana Victoria Vieira Martins. Agricultura Urbana e Peri-urbana: questões e perspectivas. **Informações Econômicas**. SP. v. 32, n. 6. 2002. Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br / sitio / textos / ana % 20victoria % 20sobre % 20AU.htm>. Acesso: 20/02/202018.

MOREIRA, Ruy. Campo e cidade no Brasil contemporâneo. **Conferência no simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização**, São Paulo, SESCSP, 2005.

MOUGEOT, Luc J. A. Agricultura Urbana - conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, n.1, 2000. Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU1/AU1conceito.html>. Acesso em 20 mar. 2018.

NASCIMENTO, Agnaldo da Silva. **No vazio, caberiam casas, parques, fábricas... caberia muita cidade**. Dissertação (mestrado em Geografia). – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2014.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda; SILVA, Renata Rastrello; PAULA, Dilma Andrade de. Entre o rural e o urbano: modos de vida no distrito de Cruzeiro do Peixotos no município de Uberlândia (MG). In: SOARES, Beatriz Ribeiro; OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda; MARRA, Thiago Batista. (Org.). **Ensaio Geográficos**. Uberlândia: UFU/PET Geografia, 2006, p.73-92.

PAIM, Alessandra Bonotto Hoffmann. **A agricultura urbana e as suas contribuições para a segurança alimentar e o desenvolvimento mais sustentável das pequenas municipalidades**: estudo de caso: hortas domésticas no Município de Feliz, RS. 2017. 237 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Engenharia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Porto Alegre/RS, 2017.

PEDONE, Luiz. **Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília, Fundação Centro de Formação do Servidor Público, FUNCEP, 1986.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural ao urbano no Brasil. In: SZMRECSANYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. **Vida rural e mudança social**. Editora Nacional: São Paulo, 1979.

RACINE, Jean-Bernard; RAFFESTIN, Claude; RUFFY, Victor. Escala e ação: Contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 45, n. 1, jan/mar. 1983.

ROSA, Pedro Paulo Videiro. Políticas públicas em agricultura urbana e periurbana no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-17.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. p.45-66. **Revista da ANPEGE**. v. 2, fev. 2006.

SACHS, Ignacy. Brasil Rural: da redescoberta à invenção. In: Estudos Avançados. USP. **Instituto de Estudos Avançados**. vol. 15, nº 43. São Paulo: IEA, 2001.

SAMPAIO, Arlete. As políticas de desenvolvimento social no Brasil In: Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão. Organizadoras: COELHO, Maria Francisca Pinheiro; TAPAJÓS, Luziele Maria de Souza; RODRIGUES, Monica. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010. 360p.

SANTANDREU, Allain; LOVO, Ivana Cristina. Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**. Belo Horizonte, 2007, 89 p.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SARON, Flávio Arruda. A. **Os efeitos dos programas de desenvolvimento rural para o apoio à agricultura familiar no Noroeste paulista: limites, desafios e perspectivas**. 243. f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SEQUEIRA, Gisela Romariz. **Agricultura urbana e periurbana no Curuçambá em Ananindeua, região metropolitana de Belém: perspectivas e desafios**, Universidade Federal do Pará, 2014.

SCHNEIDER, Sergio; CONTERATO, Marcelo Antônio . Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. In: Guillermo Neiman; Clara Craviotti. (Org.). Entre el Campo y la Ciudad - Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro. Buenos Aires: Ciccus, 2006,

SCHNEIDER, Sergio. **Ciências sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento**. Campo-território: revista de geografia agrária, v.4, n. 7, p. 24-62, fev. 2009.

SILVA, Joana Aires da. **Agricultura urbana em Teresina: o rural que permanece na cidade**. 2014. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVA, Eliane Regina Francisco da. Agentes territoriais na implementação do programa de aquisição de alimentos (PAA) e do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP). 484f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2019.

SMIT, Jac; NASR Joe; RATTA Annu. **Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities**. The Urban Agriculture Network, Inc. 1996.

SOROKIN, Pitirin A.; ZIMMERMAN Carlo C.; GALPIN, Charles J. **Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano.** In: Martins, Jose de Souza (Org.) Introdução crítica à Sociologia Rural. São Paulo: Hucitec, 1981, p.198-224.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana. (Dissertação de Mestrado), Rio Claro: IGCE/UNESP, 1983.

TERRILE, R. Planificación urbana, ordenamiento territorial y AU. Texto temático del Curso-Taller: “Diseño e implementación multi-actoral de políticas y acciones estratégicas en Agricultura Urbana”, IPES, **RUAF**, Lima. 2006.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da ciência.** 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

TUBINO, J. Construindo uma política nacional para a agricultura urbana e periurbana em face das agendas internacionais. In: ROCHA, M. (Org.). **Segurança Alimentar: Um desafio para acabar com a fome no Brasil.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. cap. 5, p.179-190.

VALDIONES, Ana Paula Gouveia. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no município de São Paulo** (Dissertação de mestrado) Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VALE, Ana Rute do. Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP), (tese de doutorado). Rio Claro, 2005.

VALE, Ana Rute do; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. **Crescimento urbano e teorias sobre o espaço Periurbano: analisando o caso do Município de Araraquara (SP).** In: GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira (Org.) Geografia: ações e reflexões. 1 ed. Rio Claro: AGETEO; Programa de pós-graduação em geografia, 2006, p. 231-246.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

VELOSO, F. **Redes locais e mercados institucionais de compra da agricultura familiar nos municípios de Adamantina, Paulicéia e Tupi Paulista (SP).** 430 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 5 a 43, abr. 1996. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8095/6917>>. Acesso em: 18 Fev. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural.** 2001.

APÊNDICE

Formulário aplicado aos agricultores urbanos e periurbanos

POLÍTICAS PÚBLICAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS E AGRICULTURA URBANA/PERIURBANA EDITAL CAPES/PGPSE nº 42/2014 - FCT-UNESP; UFRN; UFSC				
Objetivo Geral: Caracterizar aspectos socioeconomicos da agricultura urbana e periurbana e a relação dos produtores com as políticas públicas .				
1. UNIDADE DA PRODUÇÃO - UP				
Objetivo: Caracterizar o responsável pelo processo de produção da agricultura urbana e/ou periurbana.				
ID UPF	Coordenadas Geográficas (Latitude)	Coordenadas Geográficas (Longitude)	Área	Paga
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> 1. Urbana <input type="checkbox"/> 2. Rural	<input type="checkbox"/> 1. IPTU <input type="checkbox"/> 2. ITR
Município	Logradouro	UF	Localidade	
Nome do Entrevistado e responsável pela Unidade Produtiva				
MOBILIDADE DO ENTREVISTADO (Preencher conforme a legenda)				
Local de nascimento				
Município	Bairro	povoado	UF	
Localização	Relação com a terra	Relação de trabalho	Motivo de saída	
Local de residência anterior a esta				
Município	Bairro	povoado	UF	
Localização	Relação com a terra	Relação de trabalho	Motivo de saída	
Local de residência atual				
Município	Bairro	povoado	UF	
Localização	Relação com a terra	Relação de trabalho		
Legenda Mobilidade				
Localização: 1 = rural / 2 = urbano / 3 = não se aplica				
Relação com a terra: 1 = própria compra / 2 = própria herança / 3 = arrendamento / 4 = posse / 5 = Programa Governamental/Assentamento / 6 = morador / 7 = terra cedida para o cultivo/criação / 8 = propriedade familiar / 9 = propriedade pública / 10 = propriedade pública / 11 = terreno baldio / 12 = empregado rural / 13 = não se aplica / 14 = outro. Qual?				
Relação de trabalho: 1 = morador/caseiro / 2 = empregado rural permanente / 3 = trabalhador temporário / 4 = não se aplica / 5 = outro. Qual?				
Motivo de saída do local: 1 = ficou desempregado / 2 = à procura de emprego / 3 = assistência médica / 4 = escola / 5 = perda da terra / 6 = morte de familiares / 7 = acompanhar os pais ou familiares / 8 = contemplado com o Programa Minha Casa Minha Vida / 9 = contemplado com Programas de Reestruturação Fundiária / 10 = contemplado com o PNRA / 11 = à procura de melhores condições de vida / 12 = foi residir com familiares / 13 = não se aplica / 14 = outro. Qual?				

**POLÍTICAS PÚBLICAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS E AGRICULTURA URBANA/PERIURBANA
EDITAL CAPES/PGPSE nº 42/2014 - FCT-UNESP; UFRN; UFSC**

DEMOGRAFIA DA UNIDADE FAMILIAR DO ENTREVISTADO (Preencher conforme a legenda)

Caracterização do entrevistado

1	Nome _____	Sexo _____	Profissão _____	Parentesco _____	Estado civil _____	Idade _____	Escolaridade _____
----------	------------	------------	-----------------	------------------	--------------------	-------------	--------------------

Caracterização dos membros da família que residem com o entrevistado

2	Nome _____	Sexo _____	Profissão _____	Parentesco _____	Estado civil _____	Idade _____	Escolaridade _____
3	Nome _____	Sexo _____	Profissão _____	Parentesco _____	Estado civil _____	Idade _____	Escolaridade _____
4	Nome _____	Sexo _____	Profissão _____	Parentesco _____	Estado civil _____	Idade _____	Escolaridade _____
5	Nome _____	Sexo _____	Profissão _____	Parentesco _____	Estado civil _____	Idade _____	Escolaridade _____
6	Nome _____	Sexo _____	Profissão _____	Parentesco _____	Estado civil _____	Idade _____	Escolaridade _____
7	Nome _____	Sexo _____	Profissão _____	Parentesco _____	Estado civil _____	Idade _____	Escolaridade _____
8	Nome _____	Sexo _____	Profissão _____	Parentesco _____	Estado civil _____	Idade _____	Escolaridade _____
9	Nome _____	Sexo _____	Profissão _____	Parentesco _____	Estado civil _____	Idade _____	Escolaridade _____
10	Nome _____	Sexo _____	Profissão _____	Parentesco _____	Estado civil _____	Idade _____	Escolaridade _____
11	Nome _____	Sexo _____	Profissão _____	Parentesco _____	Estado civil _____	Idade _____	Escolaridade _____

Legenda Demografia

Profissão: 1 = Agricultor / 3 = Pedreiro / 4 = Autônomo / 5 = Servidor público / 6 = Comerciante / 7 = Profissional liberal / 8 = Professor / 9 = Diarista / 10 = Do lar / 11 = Outro. Qual? (Especificar no espaço)

Relação de parentesco em relação ao responsável pela unidade de produção: 1 = Responsável pela atividade produtiva / 3 = Cônjuge ou companheiro(a) / 4 = Filho(a) / 5 = Enteado(a) / 6 = Genro ou nora / 7 = Pai, mãe, padrasto ou madrasta / 8 = sogro(a) / 9 = Neto ou bisneto / 10 = irmão ou irmã / 11 = Avô ou avó / 12 = Outro parente / 13 = Agregado / 14 = Empregado

Estado civil: 1 = Casado(a) / 2 = União estável / 3 = Solteiro(a) / 4 = Divorciado(a) / 5 = Separado(a) / 6 = Viúvo(a)

Idade: 1 = Menos de 16 anos / 2 = De 16 a 18 anos / 3 = De 19 a 25 anos / 4 = De 26 a 35 anos / 5 = De 36 a 45 anos / 6 = De 46 a 55 anos / 7 = De 56 a 65 anos / 8 = Mais de 65 anos

Escolaridade: 1 = Sem escolaridade / 2 = Fundamental incompleto / 3 = Fundamental completo / 4 = Ensino médio incompleto / 5 = Ensino médio completo / 6 = Superior incompleto / 7 = Superior completo / 8 = Não se aplica (criança) / 9 = Ensino infantil (3 a 5 anos) / 10 = Criança em idade escolar sem matrícula.

INFRAESTRUTURA DOMICILIAR E DA UNIDADE PRODUTIVA

2 INFRAESTRUTURA DOMICILIAR

Condição da moradia

1. própria comprada 2. própria financiada 3. própria herança 4. Alugada 5. Outro. Qual?

Material de estrutura da casa

1. madeira 2. alvenaria 3. pau a pique 4. resto de materiais 5. Outro. Qual?

Tipo de piso

1. madeira 2. alvenaria 3. cerâmica 4. chão batido 5. Outro. Qual?

Tipo de teto

1. telha barro 2. telha amianto 3. telha zinco 4. resto de materiais 5. Outro. Qual?

Número de cômodos

1. 1(um) 2. 2 (dois) 3. 3 (três) 4. 4 (quatro) 5. mais de 4 (quatro)

Abastecimento de água

1. rede geral 2. poço artesiano 3. captada da chuva 4. captada de rio 5. captada do lago 6. captada do córrego

7. carro pipa 8. Outro. Qual?

Equipamentos infraestruturais

Possui energia elétrica

1. Sim 2. Não

Possui telefone fixo

1. Sim 2. Não

Possui telefone celular

1. Sim 2. Não

Possui internet

1. Sim 2. Não

Bens de consumo duráveis disponíveis

1. Televisão 2. DVD 3. geladeira 4. freezer 5. fogão 6. Computador 7. impressora 8. Outro. Qual?

Principal tipo de transporte utilizado pela família do agricultor

1. automóvel 2. moto 3. ônibus 4. bicicleta 5. Outro. Qual?

**POLÍTICAS PÚBLICAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS E AGRICULTURA URBANA/PERIURBANA
EDITAL CAPES/PGPSE nº 42/2014 - FCT-UNESP; UFRN; UFSC**

2 INFRAESTRUTURA UNIDADE PRODUTIVA

Nome da propriedade _____		Nome da empresa _____	
paga pela utilização da área <input type="checkbox"/> 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não		em caso afirmativo, qual o valor pago <input type="checkbox"/> 1. até R\$ 100,00 <input type="checkbox"/> 2. entre R\$ 100,00 e R\$ 500,00 <input type="checkbox"/> 3. entre R\$ 500,00 e R\$ 1000,00 <input type="checkbox"/> 4. acima de R\$ 1000,00	
Frequência de pagamento pelo uso da terra <input type="checkbox"/> 1. semanal <input type="checkbox"/> 2. quinzenal <input type="checkbox"/> 3. mensal <input type="checkbox"/> 4. semestral <input type="checkbox"/> 5. anual <input type="checkbox"/> 6. outra. Qual?			
Desde quando produz e/ou cria neste local			
<input type="checkbox"/> 1. menos de 1 ano <input type="checkbox"/> 2. entre 1 e 5 anos <input type="checkbox"/> 3. entre 6 a 10 anos <input type="checkbox"/> 4. entre 11 e 20 anos <input type="checkbox"/> 5. acima de 20 anos			
Abastecimento de água			
<input type="checkbox"/> 1. rede geral <input type="checkbox"/> 2. poço artesiano <input type="checkbox"/> 3. captada da chuva <input type="checkbox"/> 4. captada de rio <input type="checkbox"/> 5. captada do lago <input type="checkbox"/> 6. captada do córrego <input type="checkbox"/> 7. carro pipa <input type="checkbox"/> 8. Outro. Qual?			
Equipamentos infraestruturais			
Possui energia elétrica <input type="checkbox"/> 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não		Possui telefone fixo <input type="checkbox"/> 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não	
Possui telefone celular <input type="checkbox"/> 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não		Possui internet <input type="checkbox"/> 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não	
Possui depósito/ galpão para produto <input type="checkbox"/> 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não		capacidade do depósito/ galpão _____	
		oficina de reparo das máquinas e equipamentos <input type="checkbox"/> 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não	
Possui próprio transporte para escoamento da produção? Quantos?			
<input type="checkbox"/> 1. carro de passeio <input type="checkbox"/> 2. camionete <input type="checkbox"/> 3. pampa <input type="checkbox"/> 4. caminhão aberto <input type="checkbox"/> 5. caminhão baú <input type="checkbox"/> 6. moto <input type="checkbox"/>			

ATIVIDADE PRODUTIVA

Panorama geral da utilização das terras - safra 2016/2017 (Unidades de medidas a serem usadas: H (hectare) / M² (metro quadrado)/ A (alqueire)/ T (tarefa)/ C (cova))

<input type="checkbox"/> 1. Área de lavoura permanente _____	<input type="checkbox"/> 2. Área de lavoura temporário _____	<input type="checkbox"/> 3. Área de terras em descanso _____
<input type="checkbox"/> 4. Área de pastagens _____	<input type="checkbox"/> 5. Área reforestada e de vegetação nativa _____	<input type="checkbox"/> 6. Área Construída _____
<input type="checkbox"/> 7. Área de quintal produtivo _____	<input type="checkbox"/> 8. outros _____	
Qual a principal atividade agrícola do estabelecimento? _____		

Quais os motivos que propiciou os tipos de cultivos e de criação na Unidade de Produção? (múltiplas escolhas, por ordem de prioridade - EX: 1, 2, 3 ...)

<input type="checkbox"/> 1. Características do solo	<input type="checkbox"/> 2. Disponibilidade de água	<input type="checkbox"/> 3. Condições financeiras	<input type="checkbox"/> 4. Conhecimento adquirido	<input type="checkbox"/> 5. Demanda do auto consumo
<input type="checkbox"/> 6. Orientação recebida nos cursos	<input type="checkbox"/> 7. Orientação de outros agricultores	<input type="checkbox"/> 8. Demandas do Mercado Consumidor	<input type="checkbox"/> 9. Demanda do PAA	<input type="checkbox"/> 10. Demanda do PNAE
<input type="checkbox"/> 11. outro. Qual?				

Realizou algum curso específico para na área da atividade agrícola e/ou manejo animal?

<input type="checkbox"/> 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não	Em caso afirmativo, qual? _____				
Executado por qual instituição?					
<input type="checkbox"/> 1. Associação	<input type="checkbox"/> 2. Sindicato	<input type="checkbox"/> 3. Cooperativa	<input type="checkbox"/> 4. ONG's	<input type="checkbox"/> 5. Instituição de ensino público	<input type="checkbox"/> 6. Instituição de ensino privado
<input type="checkbox"/> 7. Empresa privada	<input type="checkbox"/> 8. Empresa de assistência técnica	<input type="checkbox"/> 9. Outra. Qual?			

PRODUÇÃO / DESTINO DA PRODUÇÃO

HORTALIÇAS DE FOLHA / FLOR CULTIVADAS - PRODUÇÃO MENSAL (Obs: preencher "Destino da produção" conforme a legenda abaixo)

	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 1. Acelga	_____	_____	_____	_____	_____
<input type="checkbox"/> 2. Agrião	_____	_____	_____	_____	_____
<input type="checkbox"/> 3. Alface	_____	_____	_____	_____	_____
<input type="checkbox"/> 4. Almeirão	_____	_____	_____	_____	_____
<input type="checkbox"/> 5. Brócolis	_____	_____	_____	_____	_____
<input type="checkbox"/> 6. Coentro	_____	_____	_____	_____	_____
<input type="checkbox"/> 7. Couve	_____	_____	_____	_____	_____
<input type="checkbox"/> 8. Couve-flor	_____	_____	_____	_____	_____
<input type="checkbox"/> 9. Cebolinha	_____	_____	_____	_____	_____
<input type="checkbox"/> 10. Espinafre	_____	_____	_____	_____	_____
<input type="checkbox"/> 11. Repolho	_____	_____	_____	_____	_____
<input type="checkbox"/> 12. Rúcula	_____	_____	_____	_____	_____

POLÍTICAS PÚBLICAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS E AGRICULTURA URBANA/PERIURBANA
EDITAL CAPES/PGPSE nº 42/2014 - FCT-UNESP; UFRN; UFSC

<input type="checkbox"/> 13. Salsinha	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____
Outro _____	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____
Outro _____	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____
Outro _____	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____

Legenda do destino da produção (Hortaliças de folha/flor)

1. Autoconsumo 2. Cooperativa 3. Frigorífico / Agroindústria 4. Açougue 5. Supermercado 6. Mercadinho 7. Feira livre
 8. Intermediário/Atravessador 9. Outros produtores 10. PAA 11. PNAE 12. PAAIS 13. Hotéis 14. Restaurantes
 15. CEASA 16. Central de comercialização da agricultura familiar 17. Ponto de venda no próprio local de produção 18. Sacolão
 19. Hipermercado 20. Outro. Qual?

Se vende para supermercado, hipermercado, mercadinho, feira livre, hotéis ou restaurantes, especificar quais:

Formas de escoamento da produção (Hortaliças de folha/flor)

1. Transporte próprio 2. Transporte fretado 3. Transporte da cooperativa/associação 4. Carro do comprador
 5. Outro. Qual?

HORTALIÇAS DE FRUTO CULTIVADAS - PRODUÇÃO MENSAL (Obs: preencher "Destino da produção" conforme a legenda abaixo)

<input type="checkbox"/> 1. Abóbora	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____
<input type="checkbox"/> 2. Chuchu	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____
<input type="checkbox"/> 3. Jiló	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____
<input type="checkbox"/> 4. Pimentão	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____
<input type="checkbox"/> 5. Berinjela	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____
<input type="checkbox"/> 6. Vagem	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____
<input type="checkbox"/> 7. Milho	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____
<input type="checkbox"/> 8. Milho verde	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____
<input type="checkbox"/> 9. Maxixe	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____
<input type="checkbox"/> 10. Pepino	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____
<input type="checkbox"/> 11. Quiabo	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____
<input type="checkbox"/> 12. Tomate	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____
<input type="checkbox"/> 13. T. Cereja	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____
Outro _____	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____
Outro _____	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____
Outro _____	Quant. produzida _____	Quant. vendida _____	Frequência da venda _____	\$ Kg _____	Destino da prod _____

Legenda do destino da produção (Hortaliças de fruto)

1. Autoconsumo 2. Cooperativa 3. Frigorífico / Agroindústria 4. Açougue 5. Supermercado 6. Mercadinho 7. Feira livre
 8. Intermediário/Atravessador 9. Outros produtores 10. PAA 11. PNAE 12. PAAIS 13. Hotéis 14. Restaurantes
 15. CEASA 16. Central de comercialização da agricultura familiar 17. Ponto de venda no próprio local de produção 18. Sacolão
 19. Hipermercado 20. Outro. Qual?

Se vende para supermercado, hipermercado, mercadinho, feira livre, hotéis ou restaurantes, especificar quais:

Formas de escoamento da produção (Hortaliças de fruto)

1. Transporte próprio 2. Transporte fretado 3. Transporte da cooperativa/associação 4. Carro do comprador
 5. Outro. Qual?

POLÍTICAS PÚBLICAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS E AGRICULTURA URBANA/PERIURBANA
EDITAL CAPES/PGPSE nº 42/2014 - FCT-UNESP; UFRN; UFSC

HORTALIÇAS DE RAIZ CULTIVADAS - PRODUÇÃO MENSAL (Obs: preencher "Destino da produção" conforme a legenda abaixo)

<input type="checkbox"/> 1. Rabanete	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 2. Beterraba	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 3. Cenoura	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 4. Mandioquinha	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 5. Nabo	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
Outro	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
Outro	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
Outro	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod

Legenda do destino da produção (Hortaliças de raiz)

1. Autoconsumo
 2. Cooperativa
 3. Frigorífico / Agroindústria
 4. Açougue
 5. Supermercado
 6. Mercadinho
 7. Feira livre
 8. Intermediário/Atravessador
 9. Outros produtores
 10. PAA
 11. PNAE
 12. PAAIS
 13. Hotéis
 14. Restaurantes
 15. CEASA
 16. Central de comercialização da agricultura familiar
 17. Ponto de venda no próprio local de produção
 18. Sacolão
 19. Hipermercado
 20. Outro. Qual?

Se vende para supermercado, hipermercado, mercadinho, feira livre, hotéis ou restaurantes, especificar quais:

Formas de escoamento da produção (Hortaliças de raiz)

1. Transporte próprio
 2. Transporte fretado
 3. Transporte da cooperativa/associação
 4. Carro do comprador
 5. Outro. Qual?

RAÍZES / TUBÉRCULOS CULTIVADOS - PRODUÇÃO MENSAL (Obs: preencher "Destino da produção" conforme a legenda abaixo)

<input type="checkbox"/> 1. Cará	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 2. Inhame	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 3. Batata doce	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 4. Batata inglesa	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 5. Macaxeira / Alpim	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 6. Mandioca	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
Outro	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
Outro	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
Outro	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod

Legenda do destino da produção (Raízes / Tubérculos)

1. Autoconsumo
 2. Cooperativa
 3. Frigorífico / Agroindústria
 4. Açougue
 5. Supermercado
 6. Mercadinho
 7. Feira livre
 8. Intermediário/Atravessador
 9. Outros produtores
 10. PAA
 11. PNAE
 12. PAAIS
 13. Hotéis
 14. Restaurantes
 15. CEASA
 16. Central de comercialização da agricultura familiar
 17. Ponto de venda no próprio local de produção
 18. Sacolão
 19. Hipermercado
 20. Outro. Qual?

Se vende para supermercado, hipermercado, mercadinho, feira livre, hotéis ou restaurantes, especificar quais:

Formas de escoamento da produção (Raízes / Tubérculos)

1. Transporte próprio
 2. Transporte fretado
 3. Transporte da cooperativa/associação
 4. Carro do comprador
 5. Outro. Qual?

**POLÍTICAS PÚBLICAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS E AGRICULTURA URBANA/PERIURBANA
EDITAL CAPES/PGPSE nº 42/2014 - FCT-UNESP; UFRN; UFSC**

FRUTAS CULTIVADAS - PRODUÇÃO MENSAL (Obs: preencher "Destino da produção" conforme a legenda abaixo)

<input type="checkbox"/> 1. Acerola	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 2. Banana	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 3. Mamão	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 4. Umbu Cajá	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 5. Pitanga	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 6. Maracujá	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 7. Limão	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 8. Melão	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 9. Melancia	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 10. Laranja	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
<input type="checkbox"/> 11. Morango	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
Outro	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
Outro	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod
Outro	Quant. produzida	Quant. vendida	Frequência da venda	\$ Kg	Destino da prod

Legenda do destino da produção (Frutas)

1. Autoconsumo
 2. Cooperativa
 3. Frigorífico / Agroindústria
 4. Açougue
 5. Supermercado
 6. Mercadinho
 7. Feira livre
 8. Intermediário/Atravessador
 9. Outros produtores
 10. PAA
 11. PNAE
 12. PAAIS
 13. Hotéis
 14. Restaurantes
 15. CEASA
 16. Central de comercialização da agricultura familiar
 17. Ponto de venda no próprio local de produção
 18. Sacolão
 19. Hipermercado
 20. Outro. Qual?

Se vende para supermercado, hipermercado, mercadinho, feira livre, hotéis ou restaurantes, especificar quais:

Formas de escoamento da produção (Frutas)

1. Transporte próprio
 2. Transporte fretado
 3. Transporte da cooperativa/associação
 4. Carro do comprador
 5. Outro. Qual?

POLÍTICAS PÚBLICAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS E AGRICULTURA URBANA/PERIURBANA
EDITAL CAPES/PGPSE nº 42/2014 - FCT-UNESP; UFRN; UFSC

PRODUTOS ANIMAIS E SEUS DERIVADOS - PRODUÇÃO MENSAL (Obs: preencher "Destino da produção" conforme a legenda abaixo)

<input type="checkbox"/> 1. Galinha	Quant. <input type="text"/>	Quant. vendida <input type="text"/>	Frequência da venda <input type="text"/>	\$ Kg <input type="text"/>	Destino da prod <input type="text"/>
<input type="checkbox"/> 2. Bovino de corte	Quant. <input type="text"/>	Quant. vendida <input type="text"/>	Frequência da venda <input type="text"/>	\$ Kg <input type="text"/>	Destino da prod <input type="text"/>
<input type="checkbox"/> 3. Bovino de leite	Quant. <input type="text"/>	Quant. vendida <input type="text"/>	Frequência da venda <input type="text"/>	\$ Kg <input type="text"/>	Destino da prod <input type="text"/>
<input type="checkbox"/> 4. Caprino	Quant. <input type="text"/>	Quant. vendida <input type="text"/>	Frequência da venda <input type="text"/>	\$ Kg <input type="text"/>	Destino da prod <input type="text"/>
<input type="checkbox"/> 5. Ovino	Quant. <input type="text"/>	Quant. vendida <input type="text"/>	Frequência da venda <input type="text"/>	\$ Kg <input type="text"/>	Destino da prod <input type="text"/>
<input type="checkbox"/> 6. Suíno	Quant. <input type="text"/>	Quant. vendida <input type="text"/>	Frequência da venda <input type="text"/>	\$ Kg <input type="text"/>	Destino da prod <input type="text"/>
<input type="checkbox"/> 7. Equino	Quant. <input type="text"/>	Quant. vendida <input type="text"/>	Frequência da venda <input type="text"/>	\$ Kg <input type="text"/>	Destino da prod <input type="text"/>
<input type="checkbox"/> 8. Coelho	Quant. <input type="text"/>	Quant. vendida <input type="text"/>	Frequência da venda <input type="text"/>	\$ Kg <input type="text"/>	Destino da prod <input type="text"/>
<input type="checkbox"/> 9. Apicultura	Quant. <input type="text"/>	Quant. vendida <input type="text"/>	Frequência da venda <input type="text"/>	\$ Kg <input type="text"/>	Destino da prod <input type="text"/>
<input type="checkbox"/> 10. Ovos	Quant. <input type="text"/>	Quant. vendida <input type="text"/>	Frequência da venda <input type="text"/>	\$ Kg <input type="text"/>	Destino da prod <input type="text"/>
<input type="checkbox"/> 11. Leite	Quant. <input type="text"/>	Quant. vendida <input type="text"/>	Frequência da venda <input type="text"/>	\$ Kg <input type="text"/>	Destino da prod <input type="text"/>
<input type="checkbox"/> 12. Mel	Quant. <input type="text"/>	Quant. vendida <input type="text"/>	Frequência da venda <input type="text"/>	\$ Kg <input type="text"/>	Destino da prod <input type="text"/>
<input type="checkbox"/> 13. Manteiga	Quant. <input type="text"/>	Quant. vendida <input type="text"/>	Frequência da venda <input type="text"/>	\$ Kg <input type="text"/>	Destino da prod <input type="text"/>
<input type="checkbox"/> 14. Queijo	Quant. <input type="text"/>	Quant. vendida <input type="text"/>	Frequência da venda <input type="text"/>	\$ Kg <input type="text"/>	Destino da prod <input type="text"/>
Outro <input type="text"/>	Quant. <input type="text"/>	Quant. vendida <input type="text"/>	Frequência da venda <input type="text"/>	\$ Kg <input type="text"/>	Destino da prod <input type="text"/>
Outro <input type="text"/>	Quant. <input type="text"/>	Quant. vendida <input type="text"/>	Frequência da venda <input type="text"/>	\$ Kg <input type="text"/>	Destino da prod <input type="text"/>
Outro <input type="text"/>	Quant. <input type="text"/>	Quant. vendida <input type="text"/>	Frequência da venda <input type="text"/>	\$ Kg <input type="text"/>	Destino da prod <input type="text"/>

Legenda do destino da produção (Produtos animais e seus derivados)

1. Autoconsumo 2. Cooperativa 3. Frigorífico / Agroindústria 4. Açougue 5. Supermercado 6. Mercadinho 7. Feira livre
 8. Intermediário/Atravessador 9. Outros produtores 10. PAA 11. PNAE 12. PAAIS 13. Hotéis 14. Restaurantes
 15. CEASA 16. Central de comercialização da agricultura familiar 17. Ponto de venda no próprio local de produção 18. Sacolão
 19. Hipermercado 20. Outro. Qual?

Se vende para supermercado, hipermercado, mercadinho, feira livre, hotéis ou restaurantes, especificar quais:

--

Formas de escoamento da produção (Produtos animais e seus derivados)

1. Transporte próprio 2. Transporte fretado 3. Transporte da cooperativa/associação 4. Carro do comprador
 5. Outro. Qual?

Tem o bloco de produtor rural (talão de notas)?

1. sim 2. não

Possui Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)?

1. sim 2. não Caso negativo, por que?

Quais as condições de comercialização?

1. preço fixo de mercado 2. preço pós-fixado (consignação) 3. misto 4. outro. Qual?

Tem dificuldade para vender a produção?

1. sim Caso positivo, quais são?
 2. não 1. não possui transporte para o escoamento 2. dificuldade no acesso aos mercados institucionais 3. exigências do mercado formal
 4. dificuldade no acesso as políticas públicas 5. falta de assistência técnica 6. não possui certificação
 7. outro. Qual?

Qual época do ano é mais difícil vender a produção? Por que?

Tem dificuldade em realizar a produção?

1. sim Caso positivo, quais são?
 2. não 1. falta de incentivo do Estado 2. dificuldade na comercialização 3. falta de assistência técnica 4. falta de mão de obra especializada
 5. falta de melhorias técnicas de cultivo 6. disponibilidade de água 7. dificuldade de acesso ao crédito 8. valor dos insumos
 9. dificuldade de acesso as políticas públicas 10. Exigências técnicas do Estado 11. Escassez de mão de obra
 12. outro. Qual?

Qual época do ano é mais difícil a produção dos cultivos e a criação animal? Por que?

POLÍTICAS PÚBLICAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS E AGRICULTURA URBANA/PERIURBANA
EDITAL CAPES/PGPSE nº 42/2014 - FCT-UNESP; UFRN; UFSC

2 - RELAÇÕES DE TRABALHO - RT

Objetivo: Identificar as relações de trabalho existente na unidade de produção.

Qual a forma de gestão da unidade produtiva

1. familiar 2. individualizada 3. coletiva (associação/cooperativa) 4. coletiva (grupo informal)
 5. coletiva (comunitária)

Possui trabalho familiar

1. sim 2. não

- | | | |
|--|--|---|
| <input type="checkbox"/> 1. homens com menos de 14 anos
Nº <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> 2. homens entre 14 e 65 anos
Nº <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> 3. homens com mais de 65 anos
Nº <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> 4. mulheres com menos de 14 anos
Nº <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> 5. mulheres entre 14 e 65 anos
Nº <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> 6. mulheres com mais de 65 anos
Nº <input type="text"/> |

Possui trabalhador assalariado permanente

1. sim 2. não

- | | | |
|--|--|---|
| <input type="checkbox"/> 1. homens com menos de 14 anos
Nº <input type="text"/> \$ <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> 2. homens entre 14 e 65 anos
Nº <input type="text"/> \$ <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> 3. homens com mais de 65 anos
Nº <input type="text"/> \$ <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> 4. mulheres com menos de 14 anos
Nº <input type="text"/> \$ <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> 5. mulheres entre 14 e 65 anos
Nº <input type="text"/> \$ <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> 6. mulheres com mais de 65 anos
Nº <input type="text"/> \$ <input type="text"/> |

Legenda trabalho assalariado permanente

1 = menos de 1 salário / 2 = 1 salário / 3 = De 2 a 3 salários / 4 = De 4 a 5 salários / 5 = mais de 5 salários

Possui trabalhador assalariado temporário / diarista

1. sim 2. não

- | | | |
|--|--|---|
| <input type="checkbox"/> 1. homens com menos de 14 anos
Nº <input type="text"/> valor dia <input type="text"/> Quant. dias <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> 2. homens entre 14 e 65 anos
Nº <input type="text"/> valor dia <input type="text"/> Quant. dias <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> 3. homens com mais de 65 anos
Nº <input type="text"/> valor dia <input type="text"/> Quant. dias <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> 4. mulheres com menos de 14 anos
Nº <input type="text"/> valor dia <input type="text"/> Quant. dias <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> 5. mulheres entre 14 e 65 anos
Nº <input type="text"/> valor dia <input type="text"/> Quant. dias <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> 6. mulheres com mais de 65 anos
Nº <input type="text"/> valor dia <input type="text"/> Quant. dias <input type="text"/> |

Possui trabalhador voluntário

1. sim 2. não

- | | | |
|--|--|---|
| <input type="checkbox"/> 1. homens com menos de 14 anos
Nº <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> 2. homens entre 14 e 65 anos
Nº <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> 3. homens com mais de 65 anos
Nº <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> 4. mulheres com menos de 14 anos
Nº <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> 5. mulheres entre 14 e 65 anos
Nº <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> 6. mulheres com mais de 65 anos
Nº <input type="text"/> |

3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL - OS

Objetivo: Identificar as formas de relação e situação social dos agricultores/produtores.

- É associado a cooperativa? 1. Sim 2. Não em caso afirmativo, qual(is)? _____
- É membro de alguma associação? 1. Sim 2. Não em caso afirmativo, qual(is)? _____
- É filiado a algum sindicato? 1. Sim 2. Não em caso afirmativo, qual(is)? _____
- Se é filiado você participa das atividades ligadas a eles? 1. Sim 2. Não em caso afirmativo, quais atividades? _____
 1. reuniões 2. protestos 3. capacitações/treinamentos
 4. outros. Quais? _____

Se você não participa, o deve acontecer na associação/sindicato/cooperativa para que você possa participar?

1. mudar a presidência/gestão 2. haver um maior empenho das lideranças 3. haver nova eleição 4. outro. Qual?

Na sua opinião, qual a importância da associação/sindicato/cooperativa?

1. traz benefícios para os associados 2. garante a representatividade dos produtores 3. lutar por melhorias 4. acessar políticas públicas
 5. outro. Qual?

Participa de alguma organização não-governamental?

1. sim 2. não em caso afirmativo, qual(is)? _____

É filiado a algum partido político?

1. sim 2. não

**POLÍTICAS PÚBLICAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS E AGRICULTURA URBANA/PERIURBANA
EDITAL CAPES/PGPSE nº 42/2014 - FCT-UNESP; UFRN; UFSC**

Avaliação dos agricultores sobre sua situação social (escala social)?

o agricultor/ produtor em relação às outras pessoas da sociedade brasileira? Por que? _____

1. inferior 2. igual 3. superior

o agricultor/ produtor em relação aos demais agricultores/ produtores? Por que? _____

1. inferior 2. igual 3. superior

a profissão de agricultor/ produtor face às demais profissões no país? Por que? _____

1. inferior 2. igual 3. superior

4. TÉCNICAS - T

Objetivo: Descrição dos materiais e tipos de uso para a realização da atividade agrícola e pecuária.

SOLO

Substâncias e produtos utilizados para uso em fertilização e correção do solo (Pode ser marcada mais de uma alternativa)

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1. composto orgânico de origem vegetal e animal (vermicomposto) | <input type="checkbox"/> 9. biofertilizante de origem animal |
| <input type="checkbox"/> 2. composto orgânico proveniente do resíduo doméstico | <input type="checkbox"/> 10. subprodutos derivados da aquicultura e pesca |
| <input type="checkbox"/> 3. adubos verdes | <input type="checkbox"/> 11. resíduos de biodigestores e de lagoas de decantação |
| <input type="checkbox"/> 4. inoculantes, microorganismos e enzimas | <input type="checkbox"/> 12. cal virgem |
| <input type="checkbox"/> 5. macronutrientes NPK | <input type="checkbox"/> 13. sulfato de cálcio (gesso) |
| <input type="checkbox"/> 6. micronutrientes | <input type="checkbox"/> 14. pó de serra, casca, e outros derivados da madeira, pó de carvão e cinzas |
| <input type="checkbox"/> 7. calcário | <input type="checkbox"/> 15. produtos processados de origem animal procedentes de matadouros e abatedouros |
| <input type="checkbox"/> 8. biofertilizante de origem vegetal | <input type="checkbox"/> 16. outros. Quais? |

AGRICULTURA

2 EQUIPAMENTOS E INSUMOS

Implementos agrícolas (Pode ser marcada mais de uma alternativa)

- | | | | |
|---|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> 1. tratores | <input type="checkbox"/> 7. pulverizador costal manual | <input type="checkbox"/> 13. caixa d' água | <input type="checkbox"/> 19. semeadeira/adubadeira |
| <input type="checkbox"/> 2. arado de tração animal | <input type="checkbox"/> 8. pulverizador costal motorizado | <input type="checkbox"/> 14. sementeira | <input type="checkbox"/> 20. distribuidor de esterco líquido |
| <input type="checkbox"/> 3. plantadeira manual | <input type="checkbox"/> 9. enxada | <input type="checkbox"/> 15. distribuidor de calcário | <input type="checkbox"/> 21. distribuidor de forragem |
| <input type="checkbox"/> 4. carroça | <input type="checkbox"/> 10. pá de mão | <input type="checkbox"/> 16. subsolador/escarificador | <input type="checkbox"/> 22. grade - trator |
| <input type="checkbox"/> 5. grade de tração animal | <input type="checkbox"/> 11. carro de mão | <input type="checkbox"/> 17. ensilhadeira de forragem | <input type="checkbox"/> 23. plantadeira para plantio direto |
| <input type="checkbox"/> 6. equipamentos irrigação | <input type="checkbox"/> 12. ciscador | <input type="checkbox"/> 18. colhedeira de forragem | <input type="checkbox"/> 24. pulverizador - trator |
| <input type="checkbox"/> 25. tratorito / minitrator | <input type="checkbox"/> 26. outros. Quais? | | |

Qual a origem das mudas?

1. produzidas 2. compradas 3. doadas 4. outro. Qual?

Qual a origem das sementes?

1. produzidas 2. compradas 3. doadas 4. outro. Qual?

A aquisição das mudas e/ou sementes

1. viveiros 2. sementeiras 3. outro. Qual?

Utiliza esterco

1. sim em caso afirmativo, de quê? _____

2. não 1. aves 2. caprino/ovino 3. bovino 4. suíno 5. equino 6. outro. Qual?

Qual a origem do esterco? _____

1. próprio 2. comprado 3. troca 4. outro. Qual?

Utiliza

1. adubo químico 2. fertilizantes de base 3. fertilizantes de cobertura 4. calcário 5. agrotóxico 6. compostagem

Quais os principais fornecedores de insumos para o plantio

Condições de pagamentos na compra de insumos _____

1. compra à vista 2. cartão 3. cheque 4. troca 5. outro. Qual?

O que é feito do restolho

1. joga fora 2. faz compostagem 3. alimento para os animais 4. coloca direto nos plantios 5. outro. Qual?

**POLÍTICAS PÚBLICAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS E AGRICULTURA URBANA/PERIURBANA
EDITAL CAPES/PGPSE nº 42/2014 - FCT-UNESP; UFRN; UFSC**

2 TRATO CULTURAL

Tem dificuldade de acesso a água durante o ano

1. sim 2. não

Utiliza irrigação

1. sim em caso afirmativo, de que tipo? —
 2. não 1. aspersão 2. micro aspersão 3. gotejamento 4. outro. Qual?

Origem da água para irrigação

1. rede geral 2. açude 3. córrego ou rio 4. poço artesiano 5. poço semi-artesiano 6. outro. Qual?

Qual a área total do terreno utilizada para os cultivos em M² _____ (colocar o total quando possível)

1. até 100 2. de 101 a 500 3. de 501 a 1.000 4. de 1.001 a 5.000 5. de 5.001 a 10.000 6. mais de 10.000

Qual o sistema de produção utilizado

1. convencional 2. tradicional 3. orgânico 4. agroecológico 5. em transição agroecológica 6. hidroponia
 7. outro. Qual?

Se agroecológico, a quanto tempo trabalha de forma agroecológica?

1. menos de 1 ano 2. de 1 a 2 anos 3. de 3 a 4 anos 4. de 5 a 6 anos 5. de 7 a 8 anos 6. de 9 a 10 anos 7. mais de 10 anos

Se orgânico, a quanto tempo trabalha de forma orgânica?

1. menos de 1 ano 2. de 1 a 2 anos 3. de 3 a 4 anos 4. de 5 a 6 anos 5. de 7 a 8 anos 6. de 9 a 10 anos 7. mais de 10 anos

Com quem aprendeu a cultivar a terra e/ou criar animais dessa forma?

1. pais e/ou parentes 2. por iniciativa própria 3. com outros agricultores 4. através de cursos 5. ONG's 6. Instituição de ensino público
 7. Instituição de ensino privado 8. Empresa de assistência técnica e extensão rural 9. outro. Qual?

Porque prefere cultivar dessa forma?

1. prejudica menos o meio ambiente 2. dá mais retorno financeiro 3. não tem renda para comprar produtos químicos
 4. sempre produziu assim 5. outro. Qual?

Possui certificação?

1. sim 2. não em caso afirmativo, Qual? _____

CRIAÇÃO

Manejo sanitário - Utiliza

1. vermifugação 2. vacinação 3. produtos de controle de parasitas externos (carrapaticida, inseticida, bicheiras, etc.) 4. solução de iodo
 5. desinfetantes (creolina, água sanitária, cal, etc) 6. extratos vegetais (óleo de neem, garrafadas, etc.) 7. sabões e detergentes
 8. medicamentos em geral (antibióticos) 9. outros. Quais?

Manejo alimentar - Utiliza

1. cereais (milho, sorgo, etc.) 2. subprodutos vegetais (farelo de trigo, soja, mamona, algodão, etc.) 3. leite e subprodutos lácteos (soro)
 4. melação 5. subprodutos de origem animal (farinha de carne, de osso, de peixe, crustáceos, esterco de galinha) 6. sal
 7. suplementos vitamínicos e minerais 8. suplemento alimentar (aminoácidos, probióticos, etc.) 9. lavagem (resto de comida humana)
 10. tubérculos (mandioca, batata, etc.) 11. outros. Quais?

Tipo de alimentação animal

1. pastagem 2. capineira 3. silagem 4. feno 5. ração 6. palma 7. outra. Qual?

Se utiliza ração, qual a quantidade mensal fornecida _____

Qual o valor pago pela ração mensalmente _____

Origem da alimentação

1. produção própria 2. comprada 3. troca 4. outra. Qual?

A pastagem é

1. própria 2. alugada 3. em área pública 4. cedida 5. outra. Qual?

Quais os principais fornecedores de insumos para criação animal _____

Condições de pagamentos na compra de insumos

1. compra à vista 2. cartão 3. cheque 4. troca 5. outro. Qual?

5. INTERAÇÃO TÉCNICA - IT

Objetivo: Identificar as interações técnicas e seus efeitos na unidade produtiva.

Recebe assistência técnica quando necessário?

1. Sim 2. Não em caso afirmativo, qual o órgão ou instituição assessora? —
 1. EMATER / CATI / EPAGRI 2. ONG / OCIP 3. Secretaria de agricultura municipal
 4. cooperativa / associação 5. particular 5. outro. Qual?

Qual a frequência das visitas?

1. semanal 2. quinzenal 3. mensal 4. trimestral 5. semestral 6. anual 7. quando solicita

**POLÍTICAS PÚBLICAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS E AGRICULTURA URBANA/PERIURBANA
EDITAL CAPES/PGPSE nº 42/2014 - FCT-UNESP; UFRN; UFSC**

Na sua opinião, a assistência técnica é importante?

1. Sim 2. Não

Porque? _____

Qual a sua avaliação da assessoria técnica que recebe?

1. excelente 2. ótima 3. boa 4. regular 5. ruim 6. péssima

Na sua opinião, o que deveria melhorar no serviço de assistência técnica ?

6. FINANCIAMENTO - F

Objetivo: Conhecer quais as linhas de financiamento acessadas e seu rebatimento na condição de vida do entrevistado.

Já teve acesso ao crédito do PRONAF?

1. Sim 2. Não

em caso afirmativo, quando fez o empréstimo? _____

1. a menos de 1 ano 2. de 1 a 2 anos 3. de 3 a 4 anos 4. de 5 anos ou mais

Qual modalidade?

1. A 2. A/C 3. B 4. C 5. D 6. E 7. semi-árido 8. jovem 9. mulher 10. agroecologia
 11. agroindústria 12. agroindústria familiar 13. outro. Qual?

Em qual banco fez o empréstimo?

1. Banco do Brasil 2. Banco do Nordeste 3. Caixa Econômica Federal

Teve dificuldade em acessar ao crédito?

1. Sim 2. Não

em caso afirmativo, qual(is)? _____

Para quais finalidades utilizou o empréstimo?

1. compra de equipamentos 2. compra de insumos 3. reformas/construções 4. compra de animais
 5. outro. Qual?

Qual o valor do empréstimo?

Já quitou o empréstimo?

1. Sim 2. Não

1. Sim 2. Não

em caso afirmativo, quanto tempo levou para pagar? _____

1. menos de 1 ano 2. de 1 a 2 anos 3. de 3 a 4 anos 4. de 5 anos ou mais

Teve dificuldade para quitar os pagamentos?

1. Sim 2. Não

em caso afirmativo, qual(is)? _____

O empréstimo do PRONAF contribuiu para melhorar as condições de produção e de vida da família?

1. Sim 2. Não

em caso afirmativo, de que forma? _____

O valor do empréstimo foi suficiente para realizar o que pretendia?

1. Sim 2. Não

Possui outros empréstimo, financiamento ou prestação a serem pagos?

1. Sim 2. Não

em caso afirmativo, qual o banco?

1. Banco do Nordeste 2. Banco do Brasil 3. Caixa Econômica 4. BNDES 5. outro. Qual?

Qual a linha de crédito? _____

Qual o valor do empréstimo? _____

Já quitou o empréstimo?

1. Sim 2. Não

**POLÍTICAS PÚBLICAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS E AGRICULTURA URBANA/PERIURBANA
EDITAL CAPES/PGPSE nº 42/2014 - FCT-UNESP; UFRN; UFSC**

7. UNIDADE PRODUTIVA E MERCADO INSTITUCIONAL - UPMI

Objetivo: Identificar a relação do responsável pela unidade produtiva com o mercado institucional.

Conhece algum programa de compra direta da agricultura familiar?

1. Sim 2. Não em caso afirmativo, qual o banco?
 1. PAA 2. PNAE 3. PAAIS 4. outro. Qual?

Como conheceu os programas de compra direta da agricultura familiar?

1. associação 2. cooperativa 3. sindicato 4. movimentos sociais/agroecológicos 5. ONG's 6. CONAB 7. Universidades
 8. Órgãos de assistência técnica e extensão rural 9. outros agricultores 10. outro. Qual?

Já acessou alguma dessas políticas?

1. Sim 2. Não

em caso afirmativo, qual(is)?

1. PAA 2. PNAE 3. PAAIS 4. outro. Qual?

Se não acessou porque?

Qual o ano que participou?

Quais produtos foram comercializados?

Teve dificuldade em acessar o programa?

1. Sim 2. Não

em caso afirmativo, qual(is)?

Na sua opinião, o valor recebendo na venda contribuiu para a renda familiar? Porque?

1. Sim

2. Não

Na sua opinião, os programas de comercialização institucional são importantes para o agricultor?

1. Sim em caso afirmativo, porque?
 1. Garante a compra da produção 2. Regularidade na compra 3. Preço mais justo 4. Melhoria da qualidade dos produtos
 2. Não 5. Valorização do produtor familiar 6. Melhoria da alimentação escolar 7. Entrega alimentos de qualidade para a população
 8. Diminui a dependência do atravessador 9. outro. Qual?

Na sua opinião, o que deve ser modificado nessas políticas para que elas contribuam para o fortalecimento da agricultura familiar?

1. Aumentar os valores limites para comercialização 2. Continuidade nas compras 3. Regularidade nos pagamentos
 4. Atualização dos preços dos produtos 5. Assistência para elaboração dos projetos 6. Ampliação dos programas 7. Acompanhamento técnico
 8. Criação de políticas complementares 9. Outro. Qual?

Tem interesse em acessar o PAA, PNAE ou o PAAIS? Por que?

1. Sim

2. Não

Porque?

8. RENDA - R (Preencher conforme a legenda)

Objetivo: Identificar a composição da renda familiar do entrevistado com base nas suas distintas modalidades.

TP = trabalho principal / TA = trabalho Acessório / \$ = Renda

RENDA DO ENTREVISTADO

1 TP \$ do Trabalho Principal Local TA \$ do Trabalho Acessório Local
 1 \$ da Aposentadoria \$ do Bolsa Família \$ do Benefício \$ do Seguro Desemprego

Legenda Renda

Tipos de Trabalho: 1 = Agricultura/criação / 2 = diarista / 3 = serviço público / 4 = empregado(a) doméstico(a) / 5 = autônomo / 6 = comerciante / 7 = pedreiro / 8 = estudante / 9 = trabalhador liberal / 10 = trabalho doméstico / 11 = motorista / 12 = vendedor / 13 = outro. Qual?

Local da ocupação: 1 = casa / 2 = escola / 3 = lote, unidade de produção própria / 4 = lote, propriedade do empregador / 5 = comércio local / 6 = no próprio município / 7 = em outro município / 8 = atividade itinerante / 9 = na associação de produtores / 10 = na cooperativa de produção / 11 = outro. Qual?

**POLÍTICAS PÚBLICAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS E AGRICULTURA URBANA/PERIURBANA
EDITAL CAPES/PGPSE nº 42/2014 - FCT-UNESP; UFRN; UFSC**

RENDA DOS DEMAIS MEMBROS DA FAMÍLIA QUE RESIDEM COM O ENTREVISTADO							
2	TP	\$ do Trabalho Principal	Local	TA	\$ do Trabalho Acessório	Local	
2		\$ da Aposentadoria	\$ do Bolsa Família	\$ do Benefício	\$ do Seguro Desemprego		
3	TP	\$ do Trabalho Principal	Local	TA	\$ do Trabalho Acessório	Local	
3		\$ da Aposentadoria	\$ do Bolsa Família	\$ do Benefício	\$ do Seguro Desemprego		
4	TP	\$ do Trabalho Principal	Local	TA	\$ do Trabalho Acessório	Local	
4		\$ da Aposentadoria	\$ do Bolsa Família	\$ do Benefício	\$ do Seguro Desemprego		
5	TP	\$ do Trabalho Principal	Local	TA	\$ do Trabalho Acessório	Local	
5		\$ da Aposentadoria	\$ do Bolsa Família	\$ do Benefício	\$ do Seguro Desemprego		
6	TP	\$ do Trabalho Principal	Local	TA	\$ do Trabalho Acessório	Local	
6		\$ da Aposentadoria	\$ do Bolsa Família	\$ do Benefício	\$ do Seguro Desemprego		
7	TP	\$ do Trabalho Principal	Local	TA	\$ do Trabalho Acessório	Local	
7		\$ da Aposentadoria	\$ do Bolsa Família	\$ do Benefício	\$ do Seguro Desemprego		
8	TP	\$ do Trabalho Principal	Local	TA	\$ do Trabalho Acessório	Local	
8		\$ da Aposentadoria	\$ do Bolsa Família	\$ do Benefício	\$ do Seguro Desemprego		
9	TP	\$ do Trabalho Principal	Local	TA	\$ do Trabalho Acessório	Local	
9		\$ da Aposentadoria	\$ do Bolsa Família	\$ do Benefício	\$ do Seguro Desemprego		
10	TP	\$ do Trabalho Principal	Local	TA	\$ do Trabalho Acessório	Local	
10		\$ da Aposentadoria	\$ do Bolsa Família	\$ do Benefício	\$ do Seguro Desemprego		
11	TP	\$ do Trabalho Principal	Local	TA	\$ do Trabalho Acessório	Local	
11		\$ da Aposentadoria	\$ do Bolsa Família	\$ do Benefício	\$ do Seguro Desemprego		

Legenda Renda

Tipos de Trabalho: 1 = Agricultura/criação / 2 = diarista / 3 = serviço público / 4 = empregado(a) doméstico(a) / 5 = autônomo / 6 = comerciante / 7 = pedreiro / 8 = estudante / 9 = trabalhador liberal / 10 = trabalho doméstico / 11 = motorista / 12 = vendedor / 13 = outro. Qual?

Local da ocupação: 1 = casa / 2 = escola / 3 = lote, unidade de produção própria / 4 = lote, propriedade do empregador / 5 = comércio local / 6 = no próprio município / 7 = em outro município / 8 = atividade intinerante / 9 = na associação de produtores / 10 = na cooperativa de produção / 11 = outro. Qual?

ANEXOS**ANEXO A – LEI MUNICIPAL Nº 5480 – 25 DE MAIO DE 2000**

Dispõe sobre: cria o plano municipal de hortas domésticas e/ou comunitárias e institui incentivos fiscais para os proprietários de imóveis urbanos destinados ao programa ora criado, e dá outras providências.

O Presidente da CÂMARA MUNICIPAL de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, em cumprimento ao disposto no parágrafo 6º do artigo 47 da Lei Orgânica do Município de Presidente Prudente e artigo 162 do Regimento Interno, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado no Município de Presidente Prudente, o Programa de Hortas Domésticas e/ou Hortas Comunitárias nos termos desta lei.

Art. 2º O Programa ora criado visa à produção de hortaliças aproveitando os terrenos baldios da zona urbana da sede do Município.

Art. 3º As áreas e terrenos utilizados para o desenvolvimento das hortas comunitárias e/ou domésticas, terão um desconto de 70% do valor do lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, a título de incentivo fiscal.

§ 1º - Somente serão beneficiados com a redução referida no "caput" deste artigo, os proprietários que, tendo sido cadastrados, comprovem estar cultivando hortas domésticas e comunitárias de forma ininterruptos, sem que o benefício seja extinto, cabendo ao infrator o pagamento do IPTU, na sua integralidade, acrescido de multa, juro de mora, além de outros acréscimos previstos para os contribuintes inadimplentes, conforme dispõe a legislação específica vigente.

§ 2º - As Secretarias Municipais de Finanças, Desenvolvimento Econômico e a de Planejamento, pelos seus órgãos competentes, exercerão rigorosa fiscalização para os efeitos do benefício fiscal ora instituído, no tocante a perfeita integração da respectiva área urbana no Programa Municipal de Hortas Domésticas e Comunitárias.

Art. 4º A Divisão de Agricultura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico dará todo apoio técnico, para o desenvolvimento das hortas comunitárias e domésticas.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias da sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas todas as disposições em contrário.
Presidente Prudente "Paço Municipal Florivaldo Leal", 25 de maio de 2000.

DIRCEU MATHEUS
Presidente

ANEXO B - LEI MUNICIPAL Nº 6435 – 01 DE MARÇO DE 2006**Cria o programa de aproveitamento de terrenos baldios e dá outras providências.**

O Presidente da Câmara Municipal de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, em cumprimento ao disposto no § 7º do artigo 47 da Lei Orgânica do Município de Presidente Prudente e artigo 162 do Regimento Interno, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído em Presidente Prudente o Programa de Aproveitamento de Terrenos Baldios, que consiste em autorização do uso dos mesmos para o cultivo de hortaliças em geral.

Art. 2º A Prefeitura Municipal receberá a inscrição dos terrenos baldios e distribuirá as áreas entre os pretendentes, previamente inscritos.

§ 1º - A autorização de que trata o Art. 1º, dar-se-á mediante termo expresso entre a Prefeitura Municipal e o proprietário do terreno.

§ 2º - A Administração Municipal deverá providenciar a colocação de identificação nos terrenos inscritos.

Art. 3º Terá direito a inscrever-se no Programa, todo cidadão residente em Presidente Prudente, vedada a inscrição de mais de um membro da mesma família.

Parágrafo Único - A área contemplada não poderá exceder um módulo de 400 metros quadrados.

Art. 4º No contrato entre a Prefeitura e o beneficiário deverá constar os seguintes deveres:

I - providenciar o cercamento da área;

II - manter a área limpa;

III - prevenir a erosão do solo;

IV - em caso da comercialização da produção excedente, somente poderá ser feita nos limites do Município;

V - o compromisso de devolução da área até o prazo de 03 (três) meses a contar do pedido, prorrogáveis por mais 03 (três) meses, se constatada a necessidade de colheita.

Parágrafo Único - O não cumprimento dos deveres incorrerá na exclusão do beneficiário do Programa.

Art. 5º Fica proibida a realização de qualquer construção na área cedida.

Art. 6º Independente do tempo de uso da área inscrita no Programa, não incorrerá direito a usucapião.

Art. 7º Deverá a Prefeitura Municipal incentivar o trabalho cooperativo dos beneficiados com o Programa.

Art. 8º Fica a Prefeitura autorizada a firmar convênio com entidades prestadoras de extensão, visando o fornecimento de mudas e planejamento dos plantios.

Art. 9º A Prefeitura Municipal sempre que possível, priorizará a aquisição de itens para merenda escolar, junto aos participantes deste Programa.

Art. 10 - A Prefeitura terá o prazo de 60 (sessenta) dias para regulamentar a presente Lei.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", em 01 de Março de 2006.

ED THOMAS,
Presidente

MAURO ALVES DOS SANTOS
Diretor Geral

ANEXO C - LEI MUNICIPAL Nº 9586 – 05 DE JANEIRO DE 2018**LEI Nº 9.586/2018**

Institui o Programa “HORTA EDUCATIVA NAS ESCOLAS” de conscientização sobre a importância do cultivo e do consumo de produtos naturais nas escolas, no Município de Presidente Prudente.

**Autor: Vereadora ELZA ALVES PEREIRA
E PEREIRA – “ELZA DO GÁS”**

ENIO LUIZ TENÓRIO PERRONE, Presidente da Câmara Municipal de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, nos termos do parágrafo 3º do artigo 47 da Lei Orgânica do Município de Presidente Prudente e conforme parágrafo 2º do artigo 158 do Regimento Interno: FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o Programa “HORTA EDUCATIVA NAS ESCOLAS” de conscientização sobre importância do cultivo e do consumo de produtos naturais, nas escolas, creches e estabelecimentos educacionais, no Município de Presidente Prudente.

Art. 2º O Programa “HORTA EDUCATIVA NAS ESCOLAS” tem os seguintes objetivos:

I – Conscientizar os alunos em geral, sobre a importância dos alimentos naturais como frutas, verduras e legumes, cultivados sem agrotóxicos, produzidos com técnicas que garantem a qualidade destes alimentos e podendo ser consumidos pelos próprios alunos;

II – Fornecer alimentos de qualidade para os alunos e utilizar os mesmos para complementar o cardápio em suas residências;

III – Capacitar alunos e professores, orientadores, coordenadores e voluntários, para aplicar os conhecimentos na escola, nas residências ou em qualquer local por eles desejados;

IV – Estimular o cultivo de hortas em casas, escolas, centros comunitários e qualquer outro local que tenha a possibilidade de ser criado.

Art. 3º Os produtos cultivados pelos alunos poderão ser doados para os mesmos, com o conhecimento dos pais ou responsáveis que irão acompanhar o processo desde o plantio.

Art. 4º Cada escola poderá utilizar de materiais reciclados como pneus, garrafas e outros produtos para a confecção das hortas.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art.6º O Executivo regulamentará a presente Lei através de decreto.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Prudente, 05 de janeiro de 2018.

ENIO LUIZ TENORIO PERRONE

Presidente

Registrada e publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, aos cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito.

MAURO ALVES DOS SANTOS

Diretor Geral

ANEXO D - DECRETO MUNICIPAL Nº 29270 – 26 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a criação do programa “Semeando Prudente”, e dá outras providências.

NELSON ROBERTO BUGALHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de se aproveitar melhor as áreas públicas disponíveis, e também para que se mantenham limpas e utilizadas áreas ociosas ou não aproveitadas;

CONSIDERANDO os compromissos desta Administração em atender as necessidades nutricionais principalmente da população de baixa renda, em quantidade e qualidade adequadas, o compromisso com o desenvolvimento de programas municipais ligados ao planejamento da agricultura sustentável e à segurança alimentar nutricional, de modo a complementar as atividades agroalimentares na vida da cidade;

CONSIDERANDO a necessidade de se incentivar a produção de alimentos de forma coletiva e/ou familiar, garantindo à população o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade que visam o combate à fome;

CONSIDERANDO a necessidade de se estimular a geração de trabalho e renda por meio de práticas de agricultura urbana, periurbana, rural e familiar, considerando os processos de produção, beneficiamento, distribuição e comercialização de alimentos;

CONSIDERANDO o fomento à gestão ambiental do território, potencializando o uso de espaços ociosos com práticas de agricultura, promovendo a recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais;

CONSIDERANDO a premência para implementação de políticas de valorização da produção para a subsistência das famílias de agricultores e de estratégia para a viabilidade econômica desses segmentos produtivos;

CONSIDERANDO o estímulo e a consolidação de circuitos locais e regionais de comercialização e de abastecimento (feiras, sacolões, venda direta), bem como o atendimento às demandas institucionais (merenda escolar, hospitais, creches), por meio de mecanismos de regulação da relação oferta- Secretaria de Assuntos Jurídicos e Legislativos demanda, como forma de melhorar e ampliar o acesso de agricultores aos mercados;

CONSIDERANDO o incentivo ao associativismo, o cooperativismo e as redes de economia solidária, como instrumento estratégico da sustentabilidade econômica, social e ambiental; e

CONSIDERANDO complementarmente a necessidade de desenvolvimento de parcerias entre o Poder Público Municipal e as entidades da sociedade civil,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o programa “Semeando Prudente”, que objetiva transformar espaços públicos sem utilização em hortas para produção de alimentos orgânicos, preservação e bom uso das áreas públicas.

Parágrafo único. Competirá à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e à Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Habitação a administração e controle do programa.

Art. 2º. Para execução do programa, fica autorizado aos interessados, às associações civis ou a um grupo de pessoas devidamente identificadas, em caráter de precariedade, o uso de áreas públicas que não estejam sendo utilizadas, porque ociosas ou não aproveitadas, para plantio de produtos da olericultura e eventualmente também de fruticultura e vegetação de paisagismo.

Art. 3º. Essa autorização de uso será sempre modificável e revogável unilateralmente pela Administração, quando o interesse público o exigir, sem indenização.

Art. 4º. O cadastramento, a concessão aos interessados, o acompanhamento dos processos de produção e a organização ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que procederá antes à vistoria técnica no imóvel pretendido, para principalmente averiguar as eventuais restrições impostas pela legislação ambiental, em especial às áreas de relevante interesse ambiental. Secretaria de Assuntos Jurídicos e Legislativos

Art. 5º. As áreas públicas a serem cedidas deverão ser identificadas pela Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Habitação. Parágrafo único. Eventualmente e em casos excepcionais, devidamente justificados, poderá ser cedida mais de uma área ao particular.

Art. 6º. As áreas públicas porventura já ocupadas poderão ser objeto de regularização, após pedido do interessado e análise das secretarias envolvidas.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Presidente Prudente, 26 de setembro de 2018.

NELSON R. BUGALHO
Prefeito

ALBERICO BEZERRA DE LIMA
Secretário de Administração

WILSON PORTELLA RODRIGUES
Secretário do Meio Ambiente

LUIZ ABEL GOMES BRONDI
Secretário de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Habitação